

# Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Outubro 2016  
Volume 10 | Número 4



# Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Outubro 2016  
Volume 10 | Número 4



# Boletim Regional

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: [depec@bcb.gov.br](mailto:depec@bcb.gov.br)):

<b>Região Norte</b> –	Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém ( <i>e-mail</i> : <a href="mailto:pa.depec@bcb.gov.br">pa.depec@bcb.gov.br</a> );
<b>Região Nordeste</b> –	Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza ( <i>e-mail</i> : <a href="mailto:ce.depec@bcb.gov.br">ce.depec@bcb.gov.br</a> ), Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Recife ( <i>e-mail</i> : <a href="mailto:pe.depec@bcb.gov.br">pe.depec@bcb.gov.br</a> ), Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador ( <i>e-mail</i> : <a href="mailto:ba.depec@bcb.gov.br">ba.depec@bcb.gov.br</a> );
<b>Região Centro-Oeste</b> –	Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte ( <i>e-mail</i> : <a href="mailto:mg.depec@bcb.gov.br">mg.depec@bcb.gov.br</a> );
<b>Região Sudeste</b> –	Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte ( <i>e-mail</i> : <a href="mailto:mg.depec@bcb.gov.br">mg.depec@bcb.gov.br</a> ), Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro ( <i>e-mail</i> : <a href="mailto:rj.depec@bcb.gov.br">rj.depec@bcb.gov.br</a> ), Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo ( <i>e-mail</i> : <a href="mailto:sp.depec@bcb.gov.br">sp.depec@bcb.gov.br</a> );
<b>Região Sul</b> –	Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba ( <i>e-mail</i> : <a href="mailto:pr.depec@bcb.gov.br">pr.depec@bcb.gov.br</a> ), Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre ( <i>e-mail</i> : <a href="mailto:rs.depec@bcb.gov.br">rs.depec@bcb.gov.br</a> ).

## Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1042  
Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 10, n. 4.

## Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil  
Comun/Dipiv/Coivi  
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo  
Caixa Postal 8.670  
70074-900 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565  
Fax: (61) 3414-1898  
*E-mail*: [editor@bcb.gov.br](mailto:editor@bcb.gov.br)

## Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0** ou **0,0** menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- \* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

## Central de Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil  
Departamento de Atendimento Institucional (Deati)  
Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate)  
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 1º subsolo  
70074-900 Brasília – DF  
Telefone: 145 (custo de ligação local)  
Internet: <http://www.bcb.gov.br?FALECONOSCO>

# Sumário

---

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>Sumário executivo</b>	<b>7</b>
<b>Região Norte</b>	<b>11</b>
<b>Região Nordeste</b>	<b>15</b>
Bahia _____	19
Ceará _____	21
Pernambuco _____	23
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>25</b>
<b>Região Sudeste</b>	<b>29</b>
Minas Gerais _____	33
Rio de Janeiro _____	36
São Paulo _____	39
<b>Região Sul</b>	<b>43</b>
Paraná _____	47
Rio Grande do Sul _____	50
<b>Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais</b>	<b>53</b>
<b>Boxes</b>	
Evolução regional da indústria: uma abordagem com foco no porte das empresas _____	57
Economia baiana: estrutura produtiva e desempenho recente _____	64
<b>Indicadores regionais e nacionais</b>	<b>73</b>
<b>Apêndice</b>	<b>77</b>

# Apresentação

---

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que permitem, conjuntamente, compor a análise econômica conjuntural – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para a avaliação da economia regional. Ao mesmo tempo, o esforço de produção contribui para que a Instituição adquira um melhor entendimento das conjunturas regionais.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem os órgãos e os institutos de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das

fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec). Ressalte-se que as periodicidades e as defasagens de divulgação podem diferir entre os dados utilizados, podendo implicar análises com referências temporais também distintas, limitadas pela disponibilidade e tempestividade da informação.

## Sumário executivo

---

O movimento de estabilização da atividade em curso no País está sujeito não apenas a oscilações inerentes a esse processo, mas também a dinâmicas distintas das economias locais. Nesse sentido, a heterogeneidade ora observada na trajetória das atividades econômicas regionais – dependentes de especificidades das respectivas estruturas setoriais, das cadeias produtivas, da abertura do comércio externo e, entre outros fatores, da evolução da renda real na região – corrobora essa perspectiva. Este boletim analisa o desempenho recente e as perspectivas para a economia das cinco regiões geográficas do país.

No Norte, as atividades industriais, tanto extrativa quanto de transformação, vem repercutindo o ambiente externo mais benigno para economias emergentes e a recuperação da confiança do empresariado do setor. Nesse contexto, o Índice de Atividade Econômica Regional do Norte (IBCR-N) cresceu 1,0% no trimestre até agosto, em relação ao trimestre finalizado em maio, quando variou 1,1%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados. Não obstante, os indicadores de demanda local, em particular os índices relativos aos desempenhos do comércio e de serviços, seguem em trajetória declinante desde o final de 2014, ressaltando-se que os indicadores de expectativas dos consumidores não sugerem, até o momento, reversão desse quadro. O continuado enfraquecimento do mercado de trabalho – com impactos sobre o emprego e os rendimentos – bem como a moderação do mercado de crédito, são os principais determinantes dessa evolução do consumo.

A economia do Nordeste registrou desempenho inferior à média nacional no terceiro trimestre do ano. Os indicadores de demanda mostraram continuidade do comportamento desfavorável do comércio e do setor de serviços, impactados pelo ambiente de aumento do desemprego, crédito mais restrito e queda na renda real. No âmbito da oferta, destacou-se o desempenho positivo do setor industrial, que apresentou sinais de estabilização e

possível retomada de crescimento, com potenciais desdobramentos favoráveis sobre as demais atividades. Nesse cenário, o IBCR-NE recuou 1,0% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando diminuía 1,5%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

A atividade agrícola no Centro-Oeste, foi sensibilizada por adversidades climáticas registradas no segundo trimestre do ano, que condicionaram a quebra de safra das culturas de inverno, que concentram mais de 70% da produção de milho colhida na região. Assim, a estimativa da safra de grãos é de retração anual de 16,1%. Nesse ambiente, o IBCR-CO diminuiu 2,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando contraíra 1,5%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados. Apesar dos efeitos da estiagem sobre a agricultura e a pecuária, os indicadores das vendas do comércio e, principalmente, o volume de serviços não financeiros, registraram retração menos intensa, na margem, no trimestre encerrado em agosto. A recuperação consistente dos indicadores de demanda entretanto, a despeito da recente reação positiva dos índices de confiança, está condicionada ao maior dinamismo nos mercados de trabalho e de crédito.

A atividade econômica no Sudeste, após experimentar trajetória recessiva desde o final de 2014, apresentou sinais de acomodação nos trimestres recentes. Os indicadores de oferta têm apresentado evolução relativamente mais favorável. A indústria regional cresceu, na margem, 0,5% no trimestre encerrado em agosto, após expansão de 1,7% no trimestre até maio, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE. Ressalte-se que a despeito da recente reação da atividade industrial, o parque produtivo ainda registra elevado nível de ociosidade, como reflexo da queda na produção observada nos dois últimos anos. Nesse contexto, o IBCR-SE registrou expansão de 0,5% no trimestre considerado, após alta de 0,3%, no trimestre encerrado em maio. Assim como as demais regiões do país, os indicadores de consumo no Sudeste seguiram repercutindo a continuidade na distensão do mercado de trabalho – a taxa de desocupação, mensurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE, atingiu 11,7% no trimestre encerrado em junho (8,3% em igual intervalo de 2015) – e o baixo dinamismo do mercado de crédito. Como atenuante, a evolução de indicadores de confiança sugere perspectivas mais favoráveis para o comércio nos próximos meses.

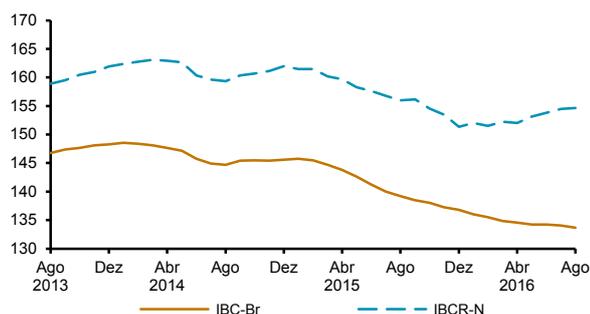
A retração da economia na região Sul também mostra tendência de estabilização considerado um horizonte de tempo mais amplo. Não obstante, a evolução recente dos indicadores econômicos regionais encontra-se influenciada pela safra de grãos favorável obtida neste ano e por seus efeitos secundários decorrentes. Nesse sentido, o IBCR-S registrou, na margem, variações respectivas de -1,1% e 1,5% nos trimestres encerrados em agosto e em maio, período em houve a apropriação das safras de verão, conforme estatísticas dessazonalizadas. Cabe mencionar que a renda auferida pelo setor agrícola contribuiu para a maior aquisição de insumos visando a safra de 2017. Com efeito, estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para as produções de arroz, soja e milho no próximo ano, são promissoras. No âmbito da demanda, destaque-se que as vendas do comércio ampliado recuaram com menor intensidade no trimestre encerrado em agosto. A despeito da retração das vendas, a confiança dos empresários do comércio mostrou importante reação – o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), calculado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), variou 9,3 pontos, para 87,8 pontos, no terceiro trimestre do ano, com avanços nos três componentes do indicador.

Cabe ressaltar que embora as economias regionais encontrem-se em estágios diferentes no processo de estabilização da atividade, apresentam em comum relativa fragilidade nos indicadores de demanda, em particular de consumo, afetados igualmente pela redução da massa salarial real, em ambiente de distensão do mercado de trabalho, e pelo reduzido dinamismo do mercado de crédito. No âmbito da oferta, a despeito de desempenhos regionais distintos, destaque-se que os indicadores de nível de utilização dos fatores de produção evidenciam que a economia segue operando com elevado nível de ociosidade – não havendo, portanto, restrições de oferta para a retomada da atividade industrial.

## Região Norte

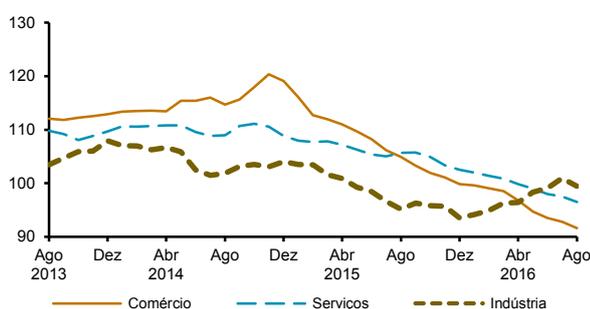
**Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2002 = 100



**Gráfico 1.2 – Comércio, serviços e indústria – Norte**

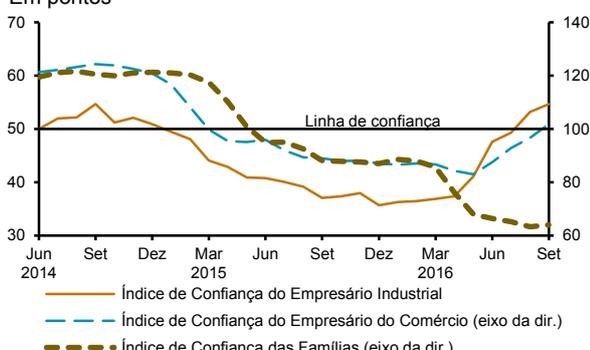
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2002 = 100



Fonte: IBGE

**Gráfico 1.3 – Confiança dos agentes – Norte**

Em pontos



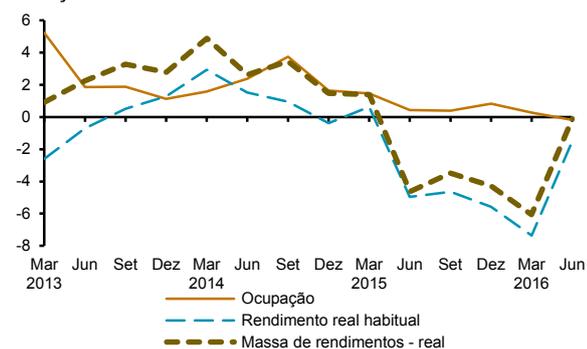
Fontes: CNI e CNC

A atividade econômica no Norte apresenta sinais de retomada gradual, após retração ocorrida ao longo de 2015. O avanço das atividades industriais, tanto extrativa quanto de transformação, favorecido pelo ambiente externo mais benigno para economias emergentes e pela recuperação da confiança do empresariado do setor contribuem para essa evolução na margem. Nesse contexto, o IBCR-N cresceu 1,0% no trimestre até agosto, em relação ao trimestre finalizado em maio, quando variou 1,1%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados. O consumo, não obstante, segue em retração, refletindo o aumento do desemprego, a queda da renda real e o crédito mais restrito.

Relativamente aos indicadores de demanda, as vendas do comércio ampliado na região, em trajetória declinante desde o final de 2014, não apresentaram sinais de estabilização nos meses recente. As vendas do comércio ampliado decresceram 3,3% no trimestre finalizado em agosto (4,4% até maio), segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Prospectivamente, os indicadores de expectativas dos consumidores não sugerem, até o momento, reversão do quadro na atividade varejista. O índice Intenção de Consumo das Famílias (ICF) do Norte, divulgado pela CNC, recuou 6 pontos, para 64,2 pontos, no terceiro trimestre do ano, destacando-se os decréscimos nos componentes acesso ao crédito e nível de renda atual. Corroborando com o cenário desfavorável do consumo, o volume do setor de serviços não financeiro também manteve-se em trajetória declinante – variação de -2,5% no trimestre até agosto, após - 2,4% no trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

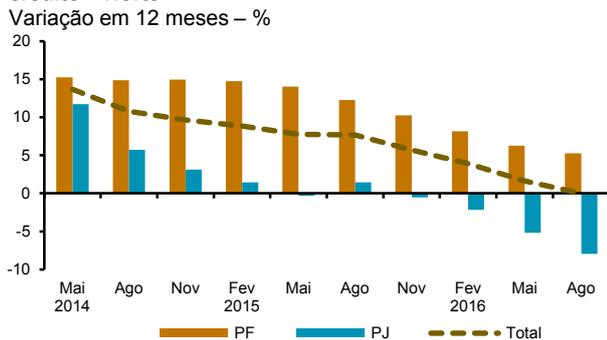
O reduzido dinamismo do comércio e do segmento de serviços reflete o continuado enfraquecimento do mercado de trabalho – com impactos sobre o emprego e os rendimentos – bem como a moderação do mercado de crédito. A taxa de desemprego da região atingiu 11,2% no trimestre finalizado em junho (8,5% em igual período de 2015), de acordo com a

**Gráfico 1.4 – Ocupação, rendimento e massa – Norte**  
Variação interanual no trimestre – %



Fonte: IBGE (PNADC)

**Gráfico 1.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte<sup>1/</sup>**  
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

PNADC do IBGE, refletindo elevação de 2,9% da força de trabalho e recuo de 0,2% da população ocupada. O mercado de trabalho formal registrou a eliminação de 10,2 mil empregos no trimestre finalizado em agosto (-12,4 mil no mesmo período de 2015), de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Caged/MTPS). O nível de emprego formal, considerando dados dessazonalizados, recuou 1,4% no trimestre até agosto.

Em relação ao mercado de crédito, o saldo das operações superiores a R\$1 mil realizadas na região seguiu em desaceleração em agosto – recuo de 0,1% no trimestre e estabilidade em doze meses – refletindo, em parte, a confiança ainda reduzida dos agentes. O estoque de crédito para pessoas físicas, embora em desaceleração, cresceu 1,4% no trimestre, enquanto o de pessoas jurídicas diminuiu 2,4%. A inadimplência dessas operações se mantém em trajetória relativamente benigna, situando-se em 4,99% em agosto, após diminuição de 0,25 p.p. no trimestre.

Os indicadores no âmbito da oferta evidenciam a recente reação da atividade na região, em especial, o desempenho do setor secundário. A produção da indústria aumentou 1,2% no trimestre finalizado em agosto, após crescimento de 3,6% no trimestre até maio, considerados dados dessazonalizados da PIM do IBGE. A indústria de transformação avançou 1,9%, com destaque para a produção de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos no Polo Industrial de Manaus. A indústria extrativa cresceu 0,8% no período, repercutindo, principalmente, o desempenho da extração de minério de ferro no Pará. Dados prospectivos sugerem a continuidade de crescimento do setor. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), alcançou 54,7 pontos em setembro (47,6 pontos em junho e 37,1 pontos em setembro de 2015), situando-se na zona de otimismo da pesquisa (acima de 50 pontos) pelo segundo mês consecutivo.

O melhor desempenho da economia no Norte vis-à-vis outras regiões do país, se reflete nas contas fiscais. O consolidado dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte apresentou *superavit* primário de R\$1,5 bilhão no primeiro semestre do ano (R\$1,3 bilhão no mesmo período em 2015), com destaque para o aumento no *superavit* dos governos estaduais, de R\$869 milhões para R\$1,3

**Tabela 1.1 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida <sup>2/</sup>
		2015	Outros <sup>4/</sup>			
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>	Jun	
Total	15 920	-1531	686	- 845	- 856	14 219
Governos estaduais	16 217	-1 317	720	- 597	-929	14 692
Capitais	913	-138	-3	-141	72	844
Demais municípios	-1 209	-76	-31	-107	0	-1 316

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

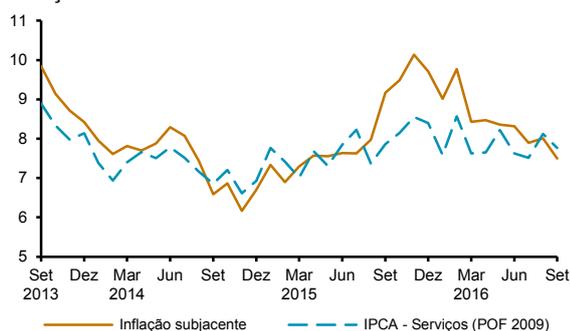
**Tabela 1.2 – IPCA – Belém**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %				
		2015	2016			
		Ano	II Tri	III Tri	Ano	
IPCA	100,0	9,95	2,03	1,28	6,16	
Livres	78,8	8,29	2,19	1,24	7,26	
Comercializáveis	44,1	7,63	2,04	1,75	7,10	
Não comercializáveis	34,7	9,12	2,41	0,58	7,46	
Monitorados	21,2	16,22	1,46	1,46	2,32	
Principais itens						
Alimentação	35,8	11,10	2,64	1,45	10,49	
Habituação	12,4	14,34	0,22	2,32	1,06	
Artigos de residência	5,1	5,29	0,29	1,84	4,54	
Vestuário	8,2	6,11	1,21	1,19	3,15	
Transportes	12,2	9,31	1,37	-0,25	1,09	
Saúde	10,4	9,38	4,86	1,45	8,66	
Despesas pessoais	8,2	11,61	2,29	1,52	5,86	
Educação	4,6	6,88	0,18	0,89	8,37	
Comunicação	3,1	3,08	3,24	0,01	1,09	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2016.

**Gráfico 1.6 – Inflação de serviços – Norte**  
Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

bilhão. A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), divulgada pela Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe), e as transferências da União<sup>1</sup>, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), registaram recuos reais<sup>2</sup> respectivos de 9,4% e 10,1% nos oito primeiros meses de 2016, em relação a igual período de 2015.

A inflação na região<sup>3</sup>, diferentemente do observado em nível nacional, não apresentou desaceleração ao longo do ano. Considerados intervalos de doze meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 10,15% em setembro, ante 9,95% em dezembro de 2015, a despeito do reduzido dinamismo do consumo. Esse comportamento é explicado em parte, pela aceleração dos preços de alimentos que possuem maior peso relativo no Norte.

A perspectiva de arrefecimento dos preços dos alimentos, uma vez concretizada, tende a reverter essa evolução no último trimestre do ano, assegurando processo de desinflação também na região. De fato, na margem a inflação local já revela essa influência. O IPCA no trimestre encerrado em setembro, relativamente ao trimestre terminado em junho, desacelerou de 2,03% para 1,28%, principalmente pela menor variação dos preços de alimentos *in natura* e de cereais, além do esgotamento do impacto do reajuste de medicamentos. O índice de difusão atingiu 49,8% ao fim do terceiro trimestre de 2016 (54,1% em junho), também sinalizando com a perspectiva de desinflação.

Considerado o segmento de preços livres, cabe ressaltar a variação dos itens de serviços que, favorecida pelo aumento na ociosidade arrefeceu de 8,40%, em 2015, para 7,77%, no intervalo de doze meses até setembro. A exemplo do observado em nível nacional, a redução da inflação subjacente no setor serviços manteve tendência de queda nos últimos meses.

Em síntese, a atividade econômica no Norte apresentou evolução positiva desde meados deste ano, mas mostra indicadores relacionados ao consumo com comportamento menos favorável, refletindo, sobretudo, o processo de distensão do mercado de trabalho e a situação de crédito

1/ Excluindo os valores destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

2/ Deflacionado pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

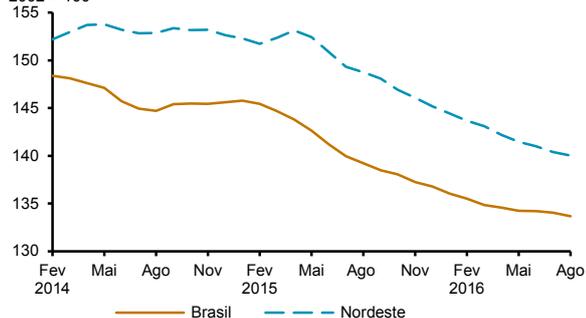
3/ Medida pelo IPCA calculado na região metropolitana de Belém.

mais restrito. Ressalte-se que a recuperação desses indicadores ocorre com defasagens ao ciclo econômico, na medida em que se consolidam os processos de recuperação da atividade na região e de ajuste macroeconômico do país.

**Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste**

Dados dessazonalizados

2002 = 100



**Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2016		
	Mai <sup>1/</sup>	Ago <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-2,5	-2,3	-9,8
Combustíveis e lubrificantes	-1,5	-2,0	-11,5
Híper e supermercados	-3,1	-0,1	-7,2
Móveis e eletrodomésticos	-5,5	-8,7	-20,3
Equip. e mat. para esc., inf. e comunicação	-7,5	-2,2	-22,6
Comércio ampliado	-2,8	-2,0	-13,4
Automóveis e motocicletas	-2,7	-2,4	-20,8
Material de construção	-5,6	1,0	-15,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A retração da economia do Nordeste persiste no terceiro trimestre do ano, repercutindo, principalmente, a continuidade do desempenho desfavorável do comércio, da agricultura e da construção civil. A atividade econômica da região surpreende negativamente e os sinais de início de estabilidade e possível retomada são mais evidentes apenas na produção industrial. A agricultura passa por expressiva retração, impactada pela forte estiagem em importantes estados produtores da região. No comércio, o aumento do desemprego, o crédito mais restrito e a queda na renda são determinantes para a diminuição das vendas. O recuo na construção civil é decorrente da crise pela qual passa o setor no cenário nacional e da conclusão de importantes obras na região.

Nesse cenário, o IBCR-NE recuou 1,0% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando diminuía 1,5%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Os principais setores, com exceção do industrial, não evidenciam ainda retomada de maior dinamismo na economia.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio ampliado, indicador relacionado ao consumo das famílias, registraram, na margem, recuos respectivos de 2,0% e 2,8% nos trimestres encerrados em agosto e em maio, dados dessazonalizados. Ressalte-se a ocorrência de reduções nas vendas de forma quase generalizada entre os segmentos pesquisados por sete trimestres consecutivos. Esse desempenho é consistente com o cenário observado, nos últimos trimestres, de reduções do emprego e do rendimento real, e de maior restrição no mercado de crédito.

Informações mais recentes indicam a continuidade da retração nas vendas, expressa em recuo de 25,7% nos emplacamentos de automóveis e comerciais leves no trimestre finalizado em setembro, em relação a igual trimestre do ano anterior. As pesquisas de sentimentos dos agentes econômicos ainda mostram ambiente de pessimismo. O ICF, da CNC, atingiu 77,9

pontos no terceiro trimestre de 2016, ante 80,6 pontos no trimestre anterior.

A percepção dos empresários, contudo, sugere relativa melhora. O Icec, também da CNC, registrou 90,2 pontos no terceiro trimestre de 2016 (84,0 pontos no segundo trimestre do ano), permanecendo, entretanto, abaixo do ponto de indiferença pelo sexto trimestre consecutivo.

O volume do setor de serviços na região também apresenta trajetória de retração sem sinais relevantes de recuperação, registrando recuos, na margem, de 2,3% no trimestre encerrado em agosto e de 2,1% no finalizado em maio, de acordo com dados dessazonalizados, da PMS do IBGE.

A trajetória dos gastos com consumo repercute o comportamento do mercado de trabalho na região, que registrou o corte de 16,4 mil postos formais no trimestre finalizado em agosto de 2016 (-42,9 mil em igual período do ano anterior), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se as demissões líquidas na construção civil e no comércio, segmentos que registram os piores indicadores de atividade na conjuntura econômica regional. O nível de emprego formal diminuiu 0,8% em relação ao trimestre encerrado em maio, quando recuara 1,0%, no mesmo tipo de comparação, dados dessazonalizados. Nesse contexto, a taxa de desemprego da região atingiu 13,2% no segundo trimestre do ano, ante 10,3% em igual período de 2015, de acordo com a PNADC, do IBGE, repercutindo retrações de 3,9% da população ocupada e de 0,7% da População Economicamente Ativa (PEA). O rendimento real médio e a massa salarial seguiram, como consequência, em trajetória declinante.

O crédito, outro fator relevante para a evolução do consumo, tampouco tem contribuído positivamente. O saldo das operações de crédito<sup>4</sup> no Nordeste recuou 0,3% no trimestre encerrado em agosto, mantendo ainda crescimento nominal reduzido em doze meses (0,6%). O saldo das operações com pessoas físicas aumentou 1,4%, percentual historicamente baixo para o período, e a carteira de pessoas jurídicas, na qual destacam-se os créditos destinados à indústria de transformação e ao comércio, recuou 2,8%. A inadimplência apresenta comportamento relativamente favorável, situando-se em 4,4% no trimestre encerrado em agosto (-0,19 p.p. no trimestre e 0,52 p.p. em doze meses).

**Tabela 2.2 – Evolução do emprego formal – Nordeste**

Novos postos de trabalho

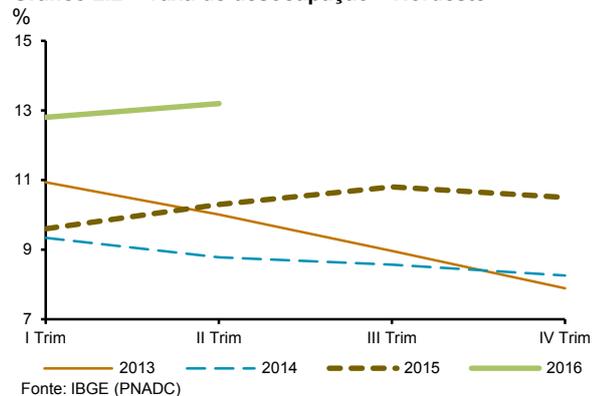
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015		2016		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-42,9	-7,5	-159,8	-92,4	-16,4
Indústria de transformação	-0,7	23,7	-57,5	-29,0	14,7
Serviços industriais de util. pública	-0,1	-1,3	-2,5	-2,3	-0,1
Construção civil	-19,8	-22,7	-30,0	-22,2	-18,5
Comércio	-13,8	8,6	-26,4	-23,3	-12,6
Serviços	-21,1	-16,5	-22,7	-13,4	-14,2
Agropecuária	13,1	3,4	-21,0	-2,4	14,5
Outros <sup>2/</sup>	-0,4	-2,8	0,3	0,3	-0,2

Fonte: MTPS

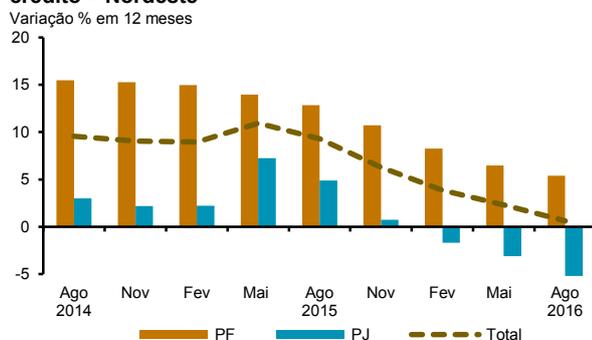
1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

**Gráfico 2.2 – Taxa de desocupação – Nordeste**



**Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste<sup>1/</sup>**



4/ Considera-se as operações de crédito superiores a R\$1 mil.

**Tabela 2.3 – Produção industrial – Nordeste**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2016		
		Mai <sup>2/</sup>	Ago <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	3,0	-0,9	-4,0
Indústrias extrativas	9,0	-1,9	1,3	-4,3
Indústrias de transformação	91,0	3,0	-1,3	-4,0
Produtos alimentícios	16,2	7,8	9,1	-9,8
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-0,2	-7,0	6,4
Outros produtos químicos	9,9	1,7	-0,5	-2,4
Artefatos couro e calçados	6,9	2,2	5,8	-5,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

No âmbito da oferta, destaca-se o desempenho positivo do setor industrial. A atividade fabril da região registra sinais de estabilização e possível retomada de crescimento, com possíveis desdobramentos favoráveis sobre as demais atividades. Ressalte-se que o recuo de 0,9% registrado na produção industrial no trimestre encerrado em agosto sucedeu expansão de 3,0% no trimestre finalizado em maio e repercutiu, em especial, desempenhos negativos nos segmentos metalurgia e coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, na Bahia. As indústrias do Ceará e de Pernambuco, importantes polos industriais da região, apresentaram crescimento no trimestre encerrado em agosto.

Os sinais de melhora na indústria são ratificados pela evolução dos índices de confiança dos empresários do setor. O Icei do Nordeste, divulgado pela CNI, atingiu 54,7 pontos em setembro (47,1 pontos em junho e 39,4 pontos em setembro de 2015) e o indicador de expectativas da Sondagem Industrial da CNI para o Nordeste, 56,5 pontos em setembro, quinto mês consecutivo expressando otimismo. Ressalte-se que apesar do melhor comportamento da indústria nos últimos meses, persiste elevada margem de ociosidade no setor, evidenciada pelo Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), que atingiu 68,0% em setembro.

**Tabela 2.4 – Produção agrícola – Nordeste**

Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup> (%)	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Var. % 2016/2015
		2015	2016	
Produção de grãos		16 394	9 812	-40,1
Soja	23,8	8 386	5 138	-38,7
Caroço de algodão (herbáceo)	8,1	1 338	782	-41,6
Milho	7,7	5 866	3 313	-43,5
Feijão	3,3	639	407	-36,3
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	13,6	61 546	60 646	-1,5
Mandioca	5,4	5 544	5 087	-8,2
Banana	5,4	2 283	2 428	6,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2016

As projeções para o setor agrícola indicam que a safra de grãos da região deverá totalizar 9,8 milhões de toneladas (5,3% da produção nacional) em 2016, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de setembro, do IBGE. A estimativa de redução anual de 40,1% para a produção do setor, significativamente superior à projetada para o país (12,3%), reflete perspectivas de recuos para as colheitas da soja (38,7%), impactada ainda pela forte estiagem que ocorreu nos três estados produtores da região, feijão (36,3%) e milho (43,5%), cujas lavouras respondem por 90,3% da produção anual de grãos do Nordeste.

**Tabela 2.5 – Necessidades de financiamento –****Nordeste<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun	Jan-jun
Total	-5 933	-1 149	2 415	2 434
Governos estaduais	-2 750	- 567	2 441	2 506
Capitais	- 498	- 340	43	8
Demais municípios	-2 685	- 242	- 69	- 80

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

A retração da atividade econômica no Nordeste influenciou os resultados das contas públicas da região. O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste diminuiu 80,6% no primeiro semestre do ano em relação a igual período de 2015.

O comércio exterior do Nordeste mostra-se em linha com a evolução da conjuntura econômica na região. Nesse sentido, as importações recuaram 18,3% nos

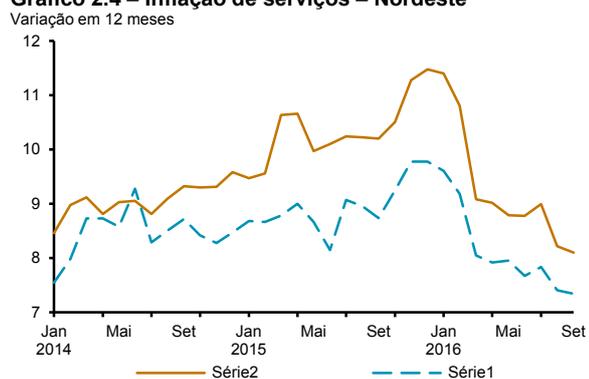
**Tabela 2.6 – IPCA – Nordeste**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	2016				Variação % 12 meses
		I Tri	II Tri	III Tri		
IPCA	100,0	2,86	1,95	1,17	9,15	
Livres	78,2	3,29	1,46	1,18	9,26	
Comercializáveis	39,4	3,33	1,40	1,58	9,75	
Não comercializáveis	38,8	3,25	1,53	0,79	8,77	
Monitorados	21,8	1,31	3,75	1,15	8,77	
Principais itens						
Alimentação	30,1	5,77	1,85	1,71	14,81	
Habitação	14,1	0,10	3,75	1,55	7,21	
Artigos de residência	4,6	1,70	1,68	0,70	4,96	
Vestuário	6,8	0,48	1,84	-0,06	5,47	
Transportes	16,5	1,68	-0,29	-0,06	4,94	
Saúde	11,1	2,99	4,81	1,93	11,95	
Despesas pessoais	9,0	2,34	1,48	1,84	7,68	
Educação	4,4	5,89	0,60	0,91	7,90	
Comunicação	3,5	-0,80	1,30	0,22	1,78	

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

**Gráfico 2.4 – Inflação de serviços – Nordeste**



nove primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2015, com ênfase no impacto dos recuos nas aquisições de bens de consumo duráveis e de combustíveis e lubrificantes, contrabalançado, em parte, pelo aumento de 79,3% nas compras de bens de capital, em especial de equipamentos para a Zona de Processamento de Exportações (ZPE) de Pecém (Ceará). As exportações, sensibilizadas pela queda dos preços de importantes produtos da pauta da região, diminuíram 13,2% no período.

A evolução do IPCA do Nordeste<sup>5</sup> no terceiro trimestre de 2016 ratificou a trajetória de desinflação iniciada na região no começo do ano, destacando-se que a evolução do índice de difusão do IPCA, que atingiu 57,2% no trimestre encerrado em setembro, ante 62,5% em igual período de 2015, corrobora com esta perspectiva de desinflação.

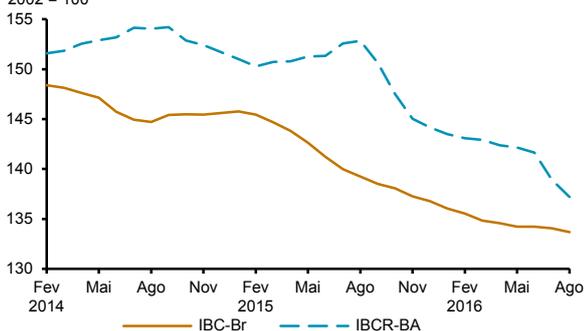
Neste cenário, o IPCA variou 1,17% no terceiro trimestre do ano (1,95% no segundo), repercutindo a desaceleração nos preços livres e monitorados, destacando-se os impactos favoráveis da evolução dos preços de alimentos *in natura* e do arrefecimento moderado da alta nos preços de serviços. Ressalte-se que houve manutenção da tendência da queda da inflação subjacente no setor serviços nos últimos meses, a exemplo do observado em nível nacional.

Em síntese, a trajetória da economia do Nordeste vem sendo condicionada pelo desempenho negativo de segmentos relacionados ao consumo das famílias, repercutindo o ambiente de redução da massa real de salários e baixo dinamismo do mercado de crédito. Por outro lado, a produção industrial sinaliza possibilidade de recuperação no curto prazo, evidenciada pela melhora dos sentimentos dos empresários e pelo crescimento do setor em importantes estados da região.

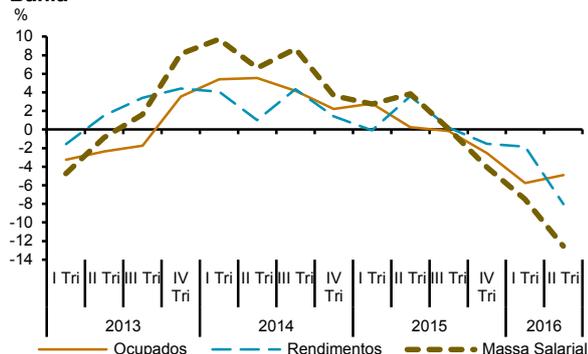
5/ Calculado com base nas variações e pesos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

### Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2002 = 100



### Gráfico 2.6 – Ocupação, rendimento e massa salarial – Bahia



Fonte: IBGE

### Tabela 2.7 – Comércio varejista – Bahia

Geral e setores selecionados

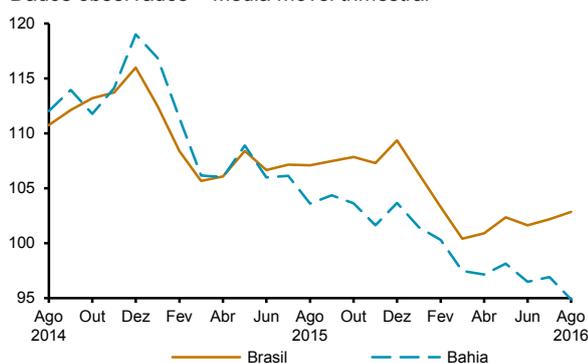
Setores	Variação % no período			
	2016			
	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	Ago <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-5,7	-3,9	-2,5	-12,4
Combustíveis e lubrificantes	-7,1	-3,5	-7,9	-17,2
Híper, supermercados	-3,9	-3,1	0,5	-8,2
Tecidos, vestuário e calçados	-5,7	-4,0	0,8	-16,1
Móveis e eletrodomésticos	-6,6	-6,1	-7,3	-16,9
Comércio ampliado	-4,7	-3,4	-2,1	-12,4
Automóveis e motocicletas	-2,2	-3,2	-0,3	-12,8
Material de construção	-0,4	-6,2	-1,5	-11,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos períodos encerrados em t e t-1. Dados dessazonalizados.

### Gráfico 2.7 – Volume de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

## Bahia

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia repetiu, no segundo trimestre de 2016, a retração de 3,7% registrada no trimestre anterior, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), evolução decorrente de recuos de 14,4% na agropecuária e de 2,4% no setor de serviços e na indústria. Indicadores divulgados mais recentemente sugerem que o processo de acomodação da atividade observado em âmbito nacional não se repete no estado, destacando-se os impactos dos desempenhos desfavoráveis do comércio, do setor de serviços e da agricultura. Nesse contexto, o IBCR- BA recuou 3,5% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando contraíra 1,5%, nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

O comportamento da demanda repercute, em parte, o processo de distensão do mercado de trabalho em curso na Bahia, evidenciado nas trajetórias declinantes do nível de emprego, da massa salarial e do rendimento médio recebido pelos ocupados. Ressalte-se que o mercado formal de trabalho continuou a registrar eliminação de postos de trabalho no trimestre encerrado em agosto, com recuo menos acentuado na construção civil e geração de postos na indústria de transformação.

A retração na renda disponível e as condições mais restritivas no mercado de crédito persistem impactando as vendas do comércio varejista, em especial nos segmentos de bens de consumo duráveis. De fato, o saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado diminuiu 0,9% em agosto, na comparação trimestral.

Ainda no âmbito da demanda, o volume dos serviços não financeiros no estado voltou a recuar no trimestre encerrado em agosto, destacando-se os resultados negativos nas atividades serviços prestados às famílias e transportes e correio, e a retomada na atividade serviços profissionais e administrativos.

Em relação aos condicionantes da oferta, a trajetória recente da indústria baiana não sugere tendência consistente de recuperação da atividade no estado: a produção industrial, depois de apresentar estabilidade nos trimestres encerrados em fevereiro e maio, recuou 6,8% no trimestre finalizado em agosto. Ocorreram recuos em setores importantes no estado, como derivados de petróleo, metalurgia,

**Tabela 2.8 – Produção industrial – Bahia**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos <sup>1/</sup> 2016	Acumulado		em 12 meses
		Mai <sup>2/</sup>	Ago <sup>2/</sup>	
Indústria geral	100,0	-0,2	-6,8	-6,0
Indústrias extrativas	5,9	-7,3	-8,8	-16,1
Indústrias de transformação	94,1	0,0	-6,8	-5,3
Deriv. petróleo e biocomb.	28,5	-9,1	-14,0	-6,7
Outros produtos químicos	16,1	2,7	-1,0	-0,3
Veículos, reb. e carrocerias	10,7	-4,7	3,5	-28,0
Metalurgia	8,2	2,6	-15,8	14,3
Produtos alimentícios	8,1	-0,3	4,4	2,7
Celulose e prod. papel	7,4	2,9	-8,5	-0,7

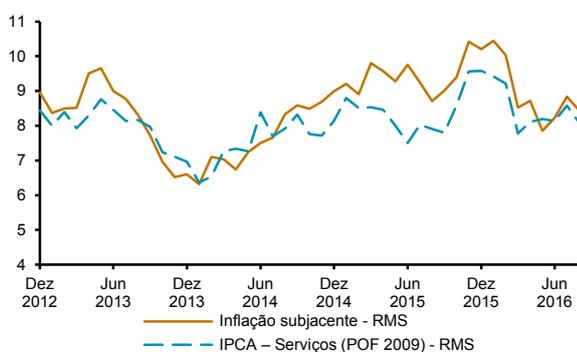
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 2.8 – Inflação de serviços - RMS**

Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

celulose e produtos químicos, contrastando com o melhor desempenho das indústrias alimentícia e automotiva. As perspectivas pessimistas em relação à indústria baiana são corroboradas pela evolução desfavorável do Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), divulgado pela SEI.

A safra de grãos da Bahia deverá recuar 35,8% em 2016, enquanto, em relação às demais lavouras, destacam-se as projeções de reduções para as culturas de cacau, cana-de-açúcar e mandioca.

As trajetórias da renda interna e da atividade industrial influenciaram o volume das importações – em especial de bens de consumo duráveis – no decorrer do ano, favorecendo que a balança comercial do estado registrasse *superavit* de US\$176,2 milhões nos nove primeiros meses de 2016 (*deficit* de US\$524,7 milhões no mesmo período de 2015).

O IPCA na Região Metropolitana de Salvador (RMS) desacelerou, na margem, no terceiro trimestre de 2016. Houve reduções nos segmentos de preços monitorados e de preços livres, com destaque para o impacto favorável da desaceleração dos preços no grupo da alimentação, após a redução dos efeitos do choque dos preços agrícolas. Ressalte-se, ainda, a acomodação da variação dos preços dos serviços, que atingiu 1,18% no segundo e no terceiro trimestres do ano.

## Ceará

**Gráfico 2.9 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará**



**Tabela 2.9 – Comércio varejista – Ceará**

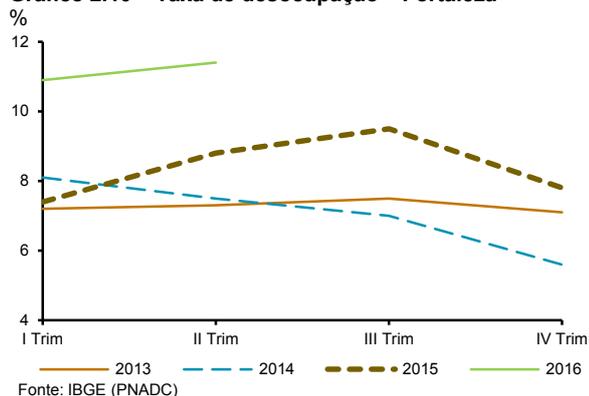
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2016		
	Mai <sup>1/</sup>	Ago <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-1,9	-1,8	-6,6
Combustíveis e lubrificantes	2,6	-2,3	-5,3
Hiper e supermercados	-1,4	-1,0	-3,5
Móveis e eletrodomésticos	-2,2	-8,6	-17,5
Equip.e mat. para esc.,inf. e comunicação	-6,8	17,1	-19,5
Comércio ampliado	-2,7	-1,9	-12,9
Automóveis e motocicletas	-0,4	-3,3	-24,8
Material de construção	-7,7	-0,3	-25,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 2.10 – Taxa de desocupação – Fortaleza**



O PIB do Ceará retraiu 2,5% no segundo trimestre de 2016, em relação ao trimestre anterior, quando havia recuado 1,1%, de acordo com dados dessazonalizados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Ressalte-se que a trajetória adversa do PIB repercutiu, fundamentalmente, o desempenho negativo da agropecuária.

Refletindo, em parte, retrações no emprego e no comércio, o IBCR-CE diminuiu 0,6% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando havia registrado estabilidade, segundo dados dessazonalizados. Importante destacar que, na medida em que o indicador havia apresentado retrações importantes em trimestres anteriores, sua evolução recente representa indicativo de acomodação da atividade econômica no estado.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio varejista ampliado recuaram 1,9% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando haviam decrescido 2,7%, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se as reduções nas vendas de móveis e eletrodomésticos, e de veículos, motocicletas, partes e peças, evolução consistente com o reduzido dinamismo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado, que recuaram 0,3% no trimestre.

O desempenho dos gastos com consumo é compatível com a distensão observada no mercado de trabalho do estado, que registrou, segundo o Caged/MTPS, a eliminação de 6,2 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em agosto, concentrada no comércio e na indústria de transformação. O nível de emprego formal no estado, considerados dados dessazonalizados, decresceu 0,9% no período. Nesse cenário, segundo a PNADC, do IBGE, a taxa de desemprego atingiu 11,4% no segundo trimestre de 2016 (8,8% em igual período de 2015) e o rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados decresceu 2,3%.

O volume de serviços não financeiros decresceu 2,6% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, segundo a PMS do IBGE, com destaque para o recuo de 14,6% no segmento de segmento serviços prestados às famílias. Nota-se certa acomodação, na margem, em setores associados à atividade da indústria, como serviços de transportes, evolução consistente com a relativa recuperação registrada na atividade industrial.

**Tabela 2.10 – Produção industrial – Ceará**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2016		
		Mai <sup>2/</sup>	Ago <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	0,4	0,4	-7,2
Artefatos de couro e calçados	26,7	1,4	5,1	-8,6
Produtos alimentícios	16,9	3,6	0,8	-3,0
Art. vestuário e acessórios	11,8	1,3	-4,1	-13,3
Bebidas	11,0	-0,6	-17,3	-10,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 2.11 – IPCA – Fortaleza**

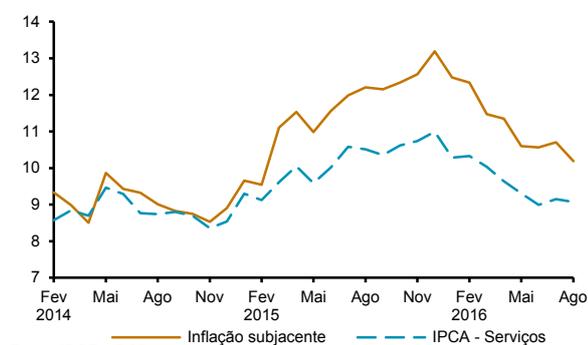
Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %			
		2016			
		I Tri	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	3,00	2,35	1,63	10,87
Livres	79,1	3,60	1,78	1,91	10,85
Comercializáveis	42,0	3,04	1,62	2,47	10,99
Não comercializáveis	37,1	4,29	1,96	1,28	10,74
Monitorados	20,9	0,71	4,52	0,58	10,89
Principais itens					
Alimentação	33,6	5,35	1,72	3,17	16,00
Habitação	14,0	0,22	4,45	0,90	7,11
Artigos de residência	4,2	1,04	2,87	-0,21	6,03
Vestuário	6,5	-0,19	2,60	-0,34	4,13
Transportes	15,4	1,81	0,96	-0,10	9,64
Saúde	9,7	2,90	4,82	2,08	12,40
Despesas pessoais	9,4	3,82	2,32	2,36	10,52
Educação	4,3	6,02	1,02	1,82	9,95
Comunicação	2,9	0,54	-0,16	-0,11	1,17

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

**Gráfico 2.11 – Inflação de serviços – Fortaleza**

Variação em 12 meses



Fonte: IBGE e BCB

De fato, o exame dos condicionantes da oferta mostra que a produção industrial do estado repetiu, no trimestre encerrado em agosto, a expansão de 0,4% registrada no trimestre finalizado em maio, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF, do IBGE. Destacaram-se os crescimentos nas atividades produtos têxteis e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis.

A indústria do estado deverá ser impulsionada, nos próximos trimestres, pelo início de operação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Ressalte-se que as importações realizadas pela CSP para a conclusão da montagem de suas principais plantas exerceram impacto acentuado sobre a balança comercial do estado, que registrou, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), *deficit* de US\$2,2 bilhões nos nove primeiros meses de 2016 – o crescimento de 34,9% registrado nas importações no período, em relação a igual intervalo de 2015, refletiu, sobretudo, o aumento de 664,5% nas compras de bens de capital, destinadas principalmente ao projeto mencionado.

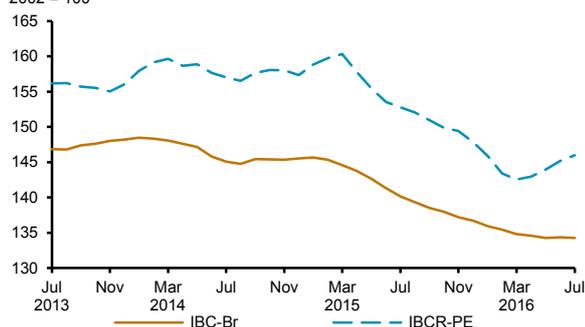
Conforme mencionado anteriormente, o desempenho da agropecuária constitui fator preponderante para a retração do PIB cearense no decorrer do ano, destacando-se os impactos de condições climáticas adversas e de redução da agricultura irrigada voltada para a produção de frutas e de legumes. Nesse contexto, a safra de grãos do estado deverá totalizar 203,7 mil toneladas em 2016, retraindo-se 9,5% no ano, de acordo com o LSPA de setembro.

A inflação ao consumidor da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), medida pelo IPCA, desacelerou, na margem, no trimestre encerrado em setembro, em ambiente de reduções nas variações dos preços nos segmentos de bens monitorados e bens não comercializáveis, com destaque para a redução do impacto da alimentação. Ressalte-se que, a exemplo do observado em nível nacional, a redução da inflação subjacente no setor serviços mostrou relativa resistência nos últimos meses.

A evolução recente dos indicadores econômicos do Ceará sugere relativa acomodação da atividade no estado. Contudo, a maturação de importantes empreendimentos, com ênfase no início da atividade da CSP, e as perspectivas de reversão da crise de confiança dos agentes econômicos deverão favorecer a evolução da economia cearense nos próximos trimestres.

## Gráfico 2.12 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados - MM3m  
2002 = 100



**Tabela 2.12 – Evolução do emprego formal – Pernambuco**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015		2016		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-17,7	4,7	-45,3	-20,1	2,1
Ind. de transformação	-1,0	13,5	-21,1	-8,0	6,6
Comércio	-3,6	2,2	-6,9	-4,9	-2,3
Serviços	-9,9	-11,0	-8,1	-3,6	-4,3
Construção civil	-7,0	-3,3	-2,7	-2,6	-3,1
Agropecuária	4,1	3,6	-6,4	-1,2	4,6
Serv. ind. de util. pública	-0,3	-0,4	-0,1	0,2	0,6
Outros <sup>2/</sup>	-0,1	0,0	-0,1	0,0	-0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

**Tabela 2.13 – Comércio varejista – Pernambuco**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015	2016		
		Ano	Mai <sup>1/</sup>	Ago <sup>1/</sup>
Comércio varejista	-7,7	-3,8	-1,2	-11,2
Combustíveis e lubrificantes	0,0	-3,8	5,3	-9,8
Hiper e supermercados	-7,7	-5,2	-0,9	-10,9
Tecidos, vestuário e calçados	-13,8	-2,4	-3,0	-16,9
Móveis e eletrodomésticos	-19,3	-6,0	-11,3	-28,6
Comércio ampliado	-10,8	-4,4	-1,0	-15,4
Automóveis e motocicletas	-18,9	-4,6	-2,1	-26,3
Material de construção	-9,2	-4,3	6,5	-15,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

6/ Refinaria da Petrobrás e Montadora da Fiat.

7/ A PIM-PF/IBGE para Pernambuco e o IBCR-PE também ainda não incluem os referidos projetos.

8/ Em 2015/2016 o excesso de chuvas nas regiões produtoras levou à quebra de safra da cana de açúcar e fez com que o refino do açúcar se encerrasse antecipadamente, em fevereiro, quando geralmente termina em abril. Consequentemente, com dados dessazonalizados, os crescimentos do segmento de alimentos, após recuar 24,2% no trimestre findo em fevereiro, refletem, sobretudo, bases de comparação deprimidas. Por fim, destaca-se que a influência do referido desvio sazonal deixará de ter influência apenas a partir do próximo trimestre.

## Pernambuco

O PIB do estado cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2016, em comparação ao anterior, conforme dados dessazonalizados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), destacando-se os impactos do aumento de 8,8% no setor industrial, impulsionado pelo desempenho da indústria de alimentos, e do recuo de 4,1% na produção agropecuária, influenciado por condições climáticas desfavoráveis.

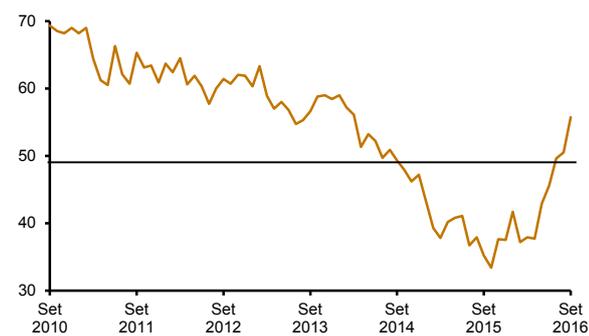
O desempenho trimestral do PIB, após quatro retrações consecutivas, sugere acomodação da atividade em Pernambuco, perspectiva fortalecida se considerado que dois projetos<sup>6</sup> importantes para a economia do estado, já em operação, ainda não estão incorporados ao PIB<sup>7</sup> estadual. A relevância dos projetos mencionados está evidenciada na alteração da representatividade dos produtos da pauta de exportações do estado – redução da importância do açúcar e aumento das relativas a óleo diesel e automóveis.

De maneira geral, a trajetória de indicadores divulgados mais recentemente ratifica a acomodação da atividade econômica no estado. Nesse sentido, o aumento de 0,6% registrado no IBCR-PE no trimestre finalizado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia variado -0,4%, nesse tipo de comparação, foi condicionado, em parte, pelo efeito estatístico do ajuste sazonal<sup>8</sup> da agroindústria sucroalcooleira.

O mercado de trabalho do estado persiste em trajetória de distensão. Nesse contexto, a taxa de desemprego atingiu, no segundo trimestre de 2016, o maior patamar da série, destacando-se a redução da ocupação na agricultura e na atividade confecções. Adicionalmente, o índice de emprego formal, registrou retração pelo nono trimestre consecutivo, de acordo com o Caged/MTPS.

A análise da demanda mostra que as vendas do comércio seguem refletindo as condições do mercado de trabalho, registrando, no conceito

**Gráfico 2.13 – Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI - Fiepe)**



Fonte: IBGE

**Tabela 2.14 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	595	933	56,8	-3,5
Básicos	61	71	16,0	-8,1
Industrializados	534	862	61,4	3,7
Semimanufaturados	65	37	-42,7	5,2
Manufaturados <sup>1/</sup>	470	825	75,8	3,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

ampliado, recuo de 1,0% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando haviam diminuído 4,4%, de acordo com a PMC/IBGE. O arrefecimento do processo de retração repercutiu elevações no consumo de combustíveis e lubrificantes e de materiais de construção, este favorecido pelo aumento de 1,5% registrado nas operações de crédito para pessoas físicas, em especial para moradias, no período.

A retração do volume dos serviços não financeiros também arrefeceu no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio, destacando-se o desempenho das atividades associadas ao turismo.

Sob a ótica da oferta, a produção da indústria pernambucana aumentou 6,5% no trimestre terminado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando crescera 7,4% no mesmo tipo de comparação, conforme dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE. Esse resultado repercutiu, em grande parte, os desempenhos das indústrias de alimentos, a mais importante do estado, devido ao refino de açúcar<sup>9</sup>, e de outros equipamentos de transporte, indicando maior dinamismo do polo naval.

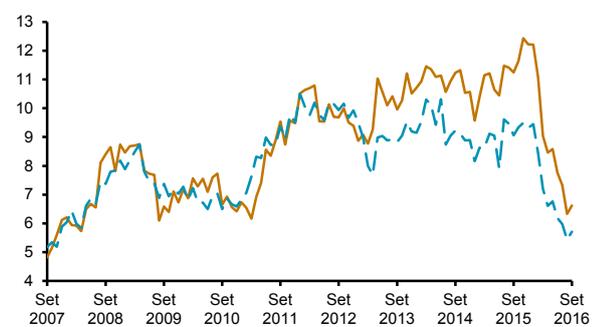
A expectativa de recuperação do setor industrial alinha-se à evolução da confiança dos empresários. O Icei de Pernambuco atingiu 55,7 pontos em setembro, maior patamar desde março de 2014, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe).

Vale destacar que o desempenho recente da indústria de Pernambuco foi favorecido pela demanda externa. Nesse sentido, o *quantum* exportado pelo estado aumentou 87,0% nos nove primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2015, evolução associada à maior diversificação da pauta, mais concentrada em bens com maior valor agregado, em virtude dos embarques de óleo diesel, resina PET e automóveis.

A inflação da Região Metropolitana de Recife, medida pelo IPCA, desacelerou no terceiro trimestre de 2016, evolução favorecida pelo menor impacto dos preços da alimentação. Nesse contexto, a inflação subjacente de serviços, considerados períodos de doze meses, recuou de 12,2%, em dezembro de 2015, para 6,6%, em setembro de 2016.

**Gráfico 2.14 – Inflação de serviços**

Variação % 12 meses

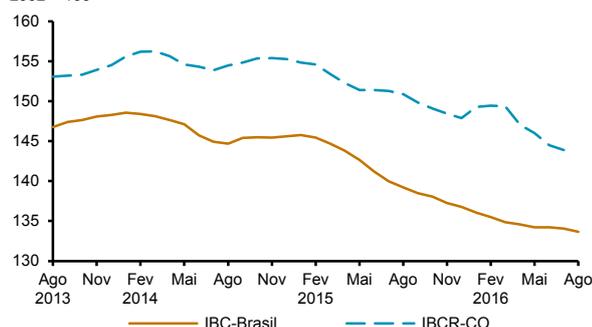


Fonte: IBGE

9/ Ver nota de rodapé 3.

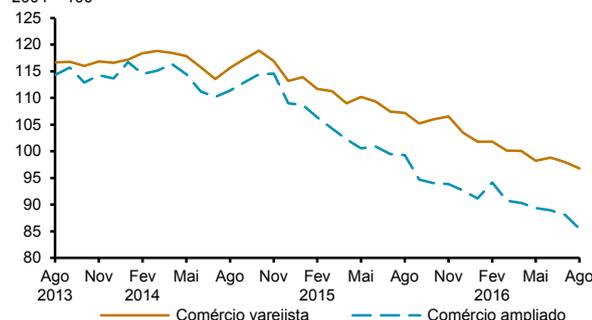
**Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Centro-Oeste**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2002 = 100



**Gráfico 3.2 – Comércio varejista – Centro-Oeste**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2004 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 3.1 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015		2016		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-5,3	-48,5	-48,3	-2,1	-1,7
Indústria de transformação	-7,7	-18,2	-11,5	6,4	-1,2
Comércio	-5,9	-1,7	-11,7	-10,5	-4,3
Serviços	2,1	-6,9	-15,6	0,1	-6,3
Construção civil	-2,6	-13,3	-12,0	2,0	1,5
Agropecuária	8,3	-7,6	3,5	-0,4	8,3
Outros <sup>2/</sup>	0,4	-0,8	-1,0	0,3	0,4

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, serv. ind. de utilidade pública e administração pública.

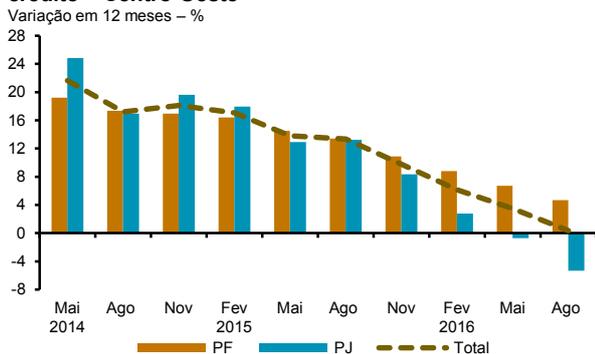
A evolução da economia do Centro-Oeste é, em grande parte, determinada pelo desempenho da agropecuária e por seus desdobramentos sobre a cadeia produtiva regional. Nesse sentido, repercutindo principalmente os efeitos da estiagem sobre a agricultura e a pecuária, além do menor dinamismo do comércio e da construção civil, o IBCR-CO, diminuiu 2,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando contraíra 1,5%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados.

No âmbito da demanda, os indicadores das vendas do comércio registraram retração menos acentuada, na margem, no trimestre encerrado em agosto (-1,6%) do que no finalizado em maio (-2,8%), de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. A trajetória declinante do volume de serviços mercantis não financeiros arrefeceu mais intensamente (recuos respectivos de 0,9% e 5,2%, nos trimestres mencionados), segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE.

A evolução do indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF) do Centro-Oeste, divulgado pela CNC, sugere retomada gradual das vendas. O ICF atingiu 82,8 pontos no terceiro trimestre do ano (80,2 pontos no segundo), ocorrendo melhora em seis dos sete subcomponentes do indicador. A recuperação consistente dos indicadores de demanda está condicionada, no entanto, ao maior dinamismo nos mercados de trabalho e de crédito.

De fato, persiste o processo de distensão no mercado de trabalho na região. Nesse sentido, a taxa de desocupação atingiu 9,7% no segundo trimestre do ano, ante 7,5% em igual período de 2015, aumento decorrente de elevações de 35,4% no número de desocupados e de 2,7% na força de trabalho, segundo a PNADC. A pesquisa indicou, ainda, recuo de 3,2% da massa de rendimento real, na comparação interanual. Adicionalmente, de acordo com o Caged/MTPS, houve corte de 1,7 mil postos formais no trimestre terminado em agosto, ante 2,1 mil no encerrado

**Gráfico 3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste<sup>1/</sup>**



**Gráfico 3.4 – Produção industrial – Centro-Oeste**



**Tabela 3.2 – Produção agrícola – Centro-Oeste**

Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Variação %
		2015	2016	
Grãos	83,2	89 715	75 252	-16,1
Algodão (caroço)	6,9	1 648	1 469	-10,9
Feijão	1,8	669	590	-11,8
Milho	17,5	41 122	27 545	-33,0
Soja	55,4	43 944	44 182	0,5
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	12,8	134 454	142 114	5,7
Tomate	0,6	961	790	-17,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2015.

em maio, contribuindo para que o nível de emprego recuasse, na margem, 0,8% no trimestre.

O baixo dinamismo do mercado de crédito também contribuiu para o desempenho recente da demanda. O saldo dos empréstimos superiores a R\$1 mil realizados na região contraiu 0,9% no trimestre até agosto, mantendo ainda expansão em doze meses, 4,4%. As operações com recursos direcionados registraram estoque estável no trimestre, enquanto o saldo das operações com recursos livres contraiu 2,1%, com crescimento de 0,6% da carteira de pessoas físicas e recuo de 3,0% na de pessoas jurídicas. A inadimplência das operações de crédito situou-se em 3,5% em agosto, com o recuo trimestral de 0,1 p.p. repercutindo estabilidade no segmento de pessoas físicas e retração de 0,2 p.p. no de pessoas jurídicas.

No âmbito da oferta, a produção industrial do Centro-Oeste, considerando o agregado de Goiás e Mato Grosso, únicos estados da região com estatísticas divulgadas pela PIM-PF do IBGE, expandiu 0,5% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando registrou estabilidade, na mesma base de comparação, conforme a série dessazonalizada. A indústria de transformação cresceu 0,6%, destacando-se o desempenho da metalurgia. A evolução dos indicadores de confiança dos empresários industriais aponta perspectivas favoráveis para o setor. O Icei de Goiás, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), e o Icei de Mato Grosso, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (Fiemt), atingiram, na ordem, 56,0 pontos e 49,0 pontos em setembro, aumentando 8,5 pontos e 4,1 pontos, respectivamente, em relação a junho. No mesmo sentido, o indicador de expectativas de demanda da Sondagem Industrial da CNI para o Centro-Oeste atingiu 54,1 pontos em setembro (52,4 pontos em junho).

A atividade agrícola no Centro-Oeste foi sensibilizada por adversidades climáticas registradas no segundo trimestre do ano, que condicionaram a quebra de safra das culturas de inverno, que concentram mais de 70% da produção de milho colhida na região. Assim, a estimativa da safra de grãos da região é de retração anual de 16,1%, de acordo com o LSPA de setembro, do IBGE, com reduções expressivas nas colheitas de milho (33,0%), feijão (11,8%) e de algodão (10,9%). Prospectivamente, a atividade do setor tende a mostrar recuperação em 2017, de acordo com estimativas da Conab, que apontam crescimento da safra de grãos da região entre 20,1% e 21,5%.

A despeito da quebra da safra de grãos, o desempenho da balança comercial da região foi favorecido, em parte, pela ampliação das vendas do setor agrícola – o aumento de 27,3% registrado no *superavit* comercial nos nove primeiros meses do ano, em bases interanuais, repercutiu variações de 7,3% nas exportações e de -21,7% nas importações.

O desempenho das vendas externas refletiu expansão de 15,8% no *quantum* e redução de 7,3% nos preços, com destaque para os aumentos nos embarques de produtos básicos, especialmente de soja; e de semimanufaturados. O declínio das importações decorreu de decréscimos de 13,1% nos preços e de 9,9% no *quantum*, com recuos principalmente nas aquisições de bens de capital, 39,7%.

A situação fiscal dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Centro-Oeste tem refletido o menor dinamismo econômico da região. A arrecadação do ICMS, de acordo com a Cotepe, e as transferências da União para a região recuaram 3,8% e 8,0%, respectivamente, em termos reais<sup>10</sup>, nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2015.

A trajetória do IPCA no Centro-Oeste, resultado da agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande, evidencia processo de desinflação gradual. Nesse sentido, o indicador variou 1,21% no terceiro trimestre do ano, ante 1,26% no segundo, evolução associada, em parte, ao esgotamento das pressões altistas do custo de alimentação. Ainda no âmbito dos preços livres, cabe ressaltar que a variação dos itens de serviço aumentou de 1,35% para 1,54% no período, impulsionada por elevações em passagens aéreas, enquanto a inflação subjacente do setor de serviços desacelerou de 1,25% para 0,97%. O índice de difusão atingiu 56,8% no terceiro trimestre ante 61,9% em igual período de 2015.

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 8,29% em setembro, ante 9,55% em igual período de 2015, evolução decorrente de desaceleração nos preços monitorados, de 17,04% para 7,65% e aceleração dos preços livres, de 7,33% para 8,48%.

Em síntese, a atividade econômica no Centro-Oeste recuou novamente no trimestre encerrado em agosto, influenciada, em especial, pela retração nas

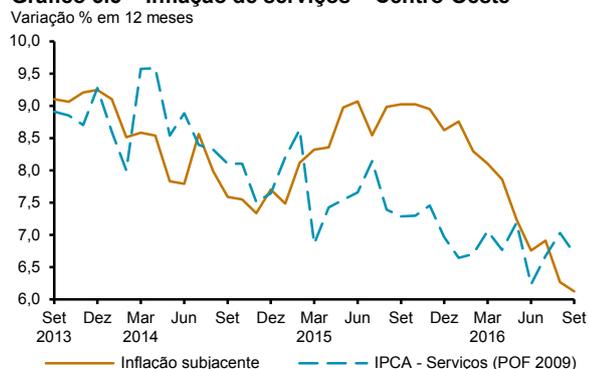
**Tabela 3.3 – IPCA – Centro-Oeste**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral				
		2015		2016		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri	
IPCA	100,00	3,34	2,25	1,26	1,21	
Livres	75,81	3,05	2,56	1,48	1,14	
Comercializáveis	34,24	3,23	2,83	1,33	1,58	
Não comercializáveis	41,56	2,90	2,34	1,61	0,79	
Monitorados	24,19	4,23	1,28	0,56	1,40	
Principais itens						
Alimentos e bebidas	24,53	5,03	4,19	2,87	0,81	
Habitação	15,77	2,69	-0,81	0,36	1,77	
Artigos de residência	4,33	1,02	2,32	0,71	0,43	
Vestuário	5,77	2,79	0,93	1,62	0,18	
Transportes	19,12	5,27	2,41	-2,16	1,24	
Saúde	10,61	1,82	2,27	5,01	1,57	
Despesas pessoais	11,18	1,44	2,86	1,61	1,83	
Educação	4,63	0,85	5,92	0,48	1,65	
Comunicação	4,06	2,28	-1,31	2,61	0,27	

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

**Gráfico 3.5 – Inflação de serviços – Centro-Oeste**



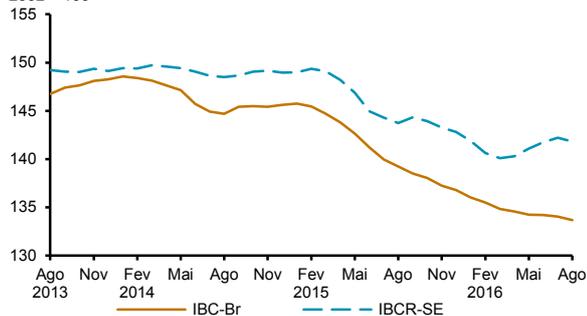
Fonte: IBGE e BCB

vendas do comércio e pela incorporação dos efeitos da estiagem sobre as projeções de safra de inverno. O desempenho da indústria da região registrou crescimento pelo segundo trimestre consecutivo, mas ainda se mostra insuficiente para dinamizar a atividade econômica regional. Perspectivas favoráveis para a estabilidade da atividade podem advir da concretização das expectativas dos empresários industriais e da recuperação da produção de grãos apontada pelas primeiras estimativas para a próxima safra.

**Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 4.1 – Comércio varejista – Sudeste**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015	2016		
		Ano	Mai <sup>1/</sup>	Ago <sup>1/</sup>
Comércio varejista	-3,3	-0,7	0,1	-4,9
Combustíveis e lubrificantes	-7,2	0,1	-2,5	-9,6
Hiper e supermercados	-1,5	-0,1	0,6	-0,7
Tecidos, vestuário e calçados	-9,3	-7,2	2,9	-13,4
Móveis e eletrodomésticos	-13,9	-0,7	-1,3	-13,2
Comércio ampliado	-6,9	-2,3	-2,7	-7,8
Automóveis e motocicletas	-14,2	-8,0	-8,1	-12,6
Material de construção	-10,2	-1,9	-2,0	-13,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 4.2 – Evolução do emprego formal – Sudeste**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015		2016		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-191,4	-244,9	-453,3	-99,3	-144,0
Indústria de transformação	-102,7	-88,4	-118,2	-26,2	-33,6
Comércio	-29,6	16,2	-93,5	-50,4	-11,4
Serviços	-59,7	-62,3	-138,6	-43,5	-50,3
Construção civil	-34,2	-63,4	-50,8	-39,8	-49,9
Agropecuária	40,5	-42,0	-40,2	55,7	4,8
Serv. industr. de utilidade pública	-3,2	-2,2	-1,0	0,7	-1,9
Outros <sup>2/</sup>	-2,4	-2,8	-11,0	4,2	-1,7

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

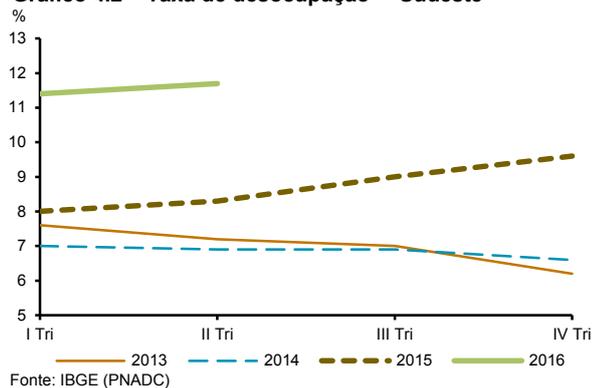
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

A atividade econômica no Sudeste, após apresentar trajetória declinante desde o final de 2014, vem registrando acomodação nos trimestres recentes, com ênfase na evolução favorável dos indicadores de oferta. Nesse contexto, o IBCR-SE aumentou 0,5% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando variou 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

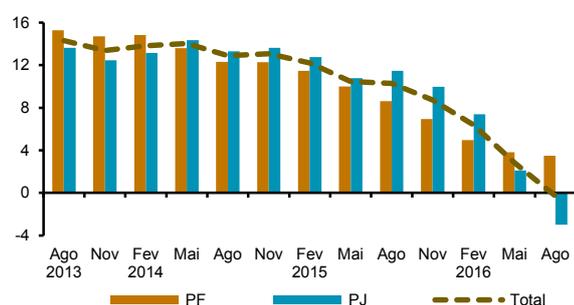
Os indicadores de consumo expressam fragilidade da demanda. Nesse sentido, as vendas do comércio ampliado recuaram 2,7% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando recuaram 2,3%, conforme dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Ressalte-se que a evolução desfavorável do setor refletiu, em especial, os resultados negativos das vendas de veículos e de material de construção – excluídos esses segmentos, as vendas varejistas registraram relativa estabilidade nos períodos mencionados. A evolução de indicadores de confiança sugere perspectivas favoráveis para o comércio: a Intenção de Consumo das Famílias e o Índice de Confiança do Empresário do Comércio, ambas divulgados pela CNC, aumentaram no terceiro trimestre, apesar de ainda permanecerem na zona de pessimismo.

O volume de serviços não financeiros apresentou relativa estabilidade no trimestre encerrado em agosto, após recuo de 1,1% no trimestre terminado em maio, de acordo com dados dessazonalizados da PMS, do IBGE, assinalando-se a resiliência nos segmentos de serviços prestados às famílias, serviços de informações e comunicação e transportes.

O comportamento da demanda tem sido influenciado pela continuidade na distensão do mercado de trabalho. A taxa de desocupação, mensurada pela PNADC, do IBGE, atingiu 11,7% no trimestre encerrado em junho (8,3% em igual intervalo de 2015), refletindo recuo de 0,9% da população ocupada e aumento de 2,9% da força de trabalho, com conseqüente redução do rendimento real

**Gráfico 4.2 – Taxa de desocupação – Sudeste****Gráfico 4.3 – Evolução do saldo das operações de crédito<sup>1/</sup> – Sudeste**

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 4.3 – Produção industrial – Sudeste**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2016	2016	12 meses
		Maio <sup>2/</sup>	Ago <sup>2/</sup>	
Indústria geral	100,0	1,7	0,5	-9,4
Indústrias extrativas	13,6	0,8	2,7	-10,9
Indústrias de transformação	86,4	1,7	0,5	-9,1
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	1,5	2,1	-23,5
Produtos alimentícios	12,7	12,8	-11,9	4,9
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	-2,7	-3,1	-11,1
Metalurgia	7,1	-4,3	8,0	-10,3
Outros produtos químicos	5,8	1,6	6,3	-3,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

médio habitual (4,2%) e da massa salarial (5,1%), no período. No mesmo sentido, dados do Caged/MTPS mostram que a economia da região eliminou 144 mil postos formais de trabalho no trimestre encerrado em agosto, ante corte de 191,4 mil postos em igual período do ano anterior. O nível de emprego formal recuou 1,0% no trimestre encerrado em agosto (-1,3% no finalizado em maio), segundo dados dessazonalizados.

O baixo dinamismo do mercado de crédito também contribuiu para a frágil evolução da demanda agregada. Em setembro, o saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil recuou 0,7% no trimestre e 1,5% em doze meses, evolução decorrente, em especial, da retração registrada na carteira de pessoas jurídicas. O crédito às famílias seguiu em trajetória de desaceleração no trimestre.

No âmbito da oferta, os indicadores têm apresentado evolução mais favorável. A indústria no Sudeste apresentou expansão de 0,5% no trimestre encerrado em agosto, após crescer 1,7% no trimestre até maio, segundo dados dessazonalizados da PIM, do IBGE. Ressalte-se que a despeito da recente reação da atividade industrial, o parque produtivo ainda registra elevado nível de ociosidade, como reflexo da queda na produção observada nos dois últimos anos.

Os indicadores de confiança dos empresários têm antecipado possível trajetória favorável do setor. O Icei, divulgado pela CNI, atingiu 51,9 pontos em setembro, superando a linha de indiferença após dez trimestres e refletindo elevações expressivas nos componentes relativos às condições atuais e às expectativas. O indicador de expectativas da Sondagem Industrial da região, também divulgado pela CNI, permaneceu na zona de pessimismo, mas variou 4,1 pontos, para 48,7 pontos, no trimestre encerrado em agosto.

A produção de grãos na região deverá retrair 2,1% em 2016, de acordo com o LSPA de setembro, do IBGE, condicionada, principalmente, por condições climáticas adversas ocorridas ao longo do ano. A renda agrícola associada às culturas de café arábica, cana-de-açúcar e laranja, que detém participação relevante na produção nacional e cujo desempenho é condicionante relevante para a dinâmica da economia regional, deverá aumentar no ano, favorecida por preços mais elevados, beneficiando a respectiva cadeia produtiva.

**Tabela 4.4 – Produção agrícola – Sudeste**

Itens selecionados

Discriminação	Peso <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Var. %
		2015	2016	
Grãos		20 069	19 641	-2,1
Arroz (em casca)	0,1	88	69	-21,6
Feijão	2,3	760	738	-3,0
Milho	6,8	11 565	10 067	-13,0
Soja	8,1	5 930	7 375	24,4
Outras lavouras				
Café	19,0	2 236	2 615	17,0
Banana	2,8	2 212	2 194	-0,8
Cana-de-açúcar	37,2	499 678	475 752	-4,8
Laranja	5,7	13 357	12 653	-5,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2016.

**Tabela 4.5 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	70 970	67 201	-5,3	-3,5
Básicos	25 571	20 869	-18,4	-8,1
Industrializados	45 399	46 332	2,1	0,5
Semimanufaturados	10 402	11 495	10,5	5,2
Manufaturados <sup>1/</sup>	34 998	34 837	-0,5	-1,1

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 4.6 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB**

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	73 040	55 874	-23,5	-23,1
Bens de capital	11 313	7 676	-32,1	-21,3
Bens Intermediários	42 795	35 029	-18,1	-19,3
Bens de consumo	12 422	9 410	-24,2	-23,7
Duráveis	3 217	1 688	-47,5	-44,8
Automóveis de passageiros	2 183	940	-56,9	-49,2
Semiduráveis e não duráveis	9 205	7 722	-16,1	-15,6
Combustíveis e lubrificantes	6 449	3 653	-43,4	-43,1
Petróleo	2 755	1 260	-54,3	-52,7
Demais	3 694	2 393	-35,2	-39,1
Bens não especificados	61	105	71,5	18,9

Fonte: MDIC/Secex

A despeito da recente e moderada reação da economia na região, os resultados fiscais ainda refletem os impactos da retração da atividade nos últimos dois anos. No primeiro semestre do ano, os *superavits* das capitais e dos governos estaduais recuaram 48,3% e 25,7%, respectivamente, em relação a igual período de 2015, e o resultado consolidado dos demais municípios reverteu de *superavit* para *deficit*. No mesmo sentido, apontam os recuos reais<sup>11</sup> registrados na arrecadação de ICMS na região (8,2%), de acordo com as Secretarias da Fazenda dos Estados, e das transferências da União para a região (8,0%), segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, nos oito primeiros meses de 2016, em relação a igual período de 2015.

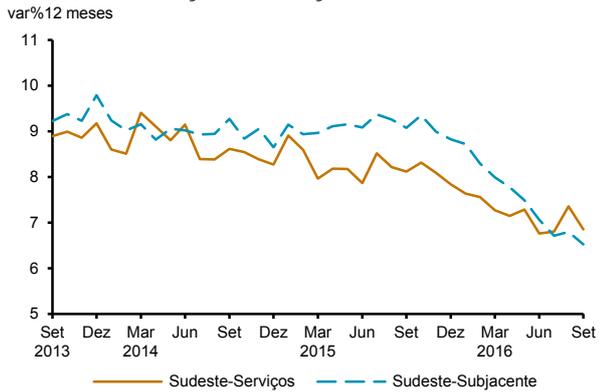
O arrefecimento da demanda doméstica também repercutiu sobre o desempenho do comércio externo do Sudeste, favorecendo a obtenção de resultados positivos. Nesse contexto, as exportações e as importações recuaram 5,3% e 23,5%, respectivamente, nos nove primeiros meses de 2016, comparativamente a igual período do ano anterior, gerando *superavit* comercial de US\$11,3 bilhões (*deficit* de US\$2,1 bilhões em igual período de 2015). O desempenho das exportações repercutiu recuo de 9,9% nos preços e aumento de 5,1% no *quantum*, com diminuição nas vendas de produtos básicos e de manufaturados, e aumento nas de semimanufaturados, especialmente açúcar de cana em bruto. A trajetória das importações refletiu diminuições de 6,5% nos preços e de 18,2% no *quantum*.

A trajetória do IPCA no Sudeste<sup>12</sup> evidencia o processo de desinflação em curso na região. O indicador variou 1,02% no terceiro trimestre do ano, ante 1,77% no segundo, redução decorrente de desacelerações dos preços livres – favorecida pelo esgotamento das pressões dos preços de alimentação, após altas relevantes no segundo trimestre – e dos administrados. O índice de difusão, corroborando o movimento de desinflação, atingiu 58,4% no terceiro trimestre ante 61,4% em igual período de 2015.

A variação dos preços dos serviços passou de 1,05%, no segundo trimestre do ano, para 1,66%, no terceiro, acumulando 6,75% e 6,85%, respectivamente, nos períodos de doze meses encerrados nos períodos mencionados. A redução da inflação subjacente no

11/ IGP-DI como deflator.

12/ Considerada a média ponderada das variações do IPCA nas regiões metropolitanas de São Paulo (RMSP), Rio de Janeiro (RMRJ), Belo Horizonte (RMBH) e Vitória (RMV).

**Gráfico 4.4 – Inflação de Serviços – Sudeste****Tabela 4.7 – IPCA – Sudeste**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período			
		2015	2016		12 meses
		Ano	II Tri	III Tri	
IPCA	100,0	10,56	1,77	1,02	8,29
Livres	75,0	8,09	1,48	1,29	8,40
Comercializáveis	32,8	7,72	1,81	1,56	9,33
Não comercializáveis	42,2	8,37	1,22	1,09	7,68
Monitorados	25,0	18,57	2,66	0,21	7,95
Principais itens					
Alimentação	24,3	11,06	2,77	1,48	12,59
Habitação	15,7	19,36	2,54	0,27	4,75
Artigos de residência	4,0	4,76	1,31	0,77	5,70
Vestuário	5,3	4,13	1,39	0,16	4,53
Transportes	18,4	10,09	-1,44	0,37	6,28
Saúde	11,9	9,27	4,81	2,01	11,82
Despesas pessoais	11,5	9,28	2,08	1,90	8,60
Educação	4,9	9,66	0,47	1,00	9,26
Comunicação	3,8	1,79	1,14	0,16	2,59

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2016.

setor serviços mostrou relativa resistência na região, nos últimos meses, vis-à-vis à tendência observada anteriormente.

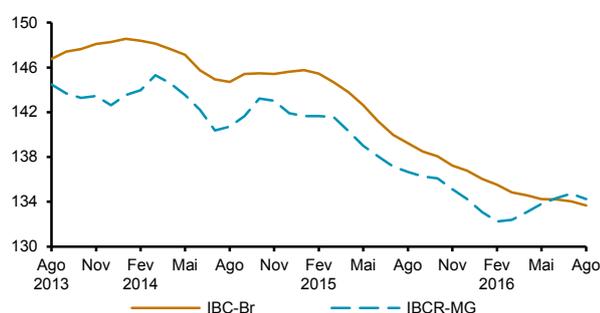
Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 8,29% em setembro, ante 10,56% em 2015, evolução decorrente de desaceleração nos preços monitorados, de 18,57% para 7,95% e aceleração os preços livres, de 8,09% para 8,40%.

A economia do Sudeste, favorecida pela recuperação modesta da produção industrial, apresentou acomodação na margem, interrompendo o cenário de contração registrado até meados deste ano. No entanto, a consolidação de uma trajetória consistente e prolongada de recuperação da atividade econômica da região dependerá, em boa medida, da continuidade da melhora das expectativas dos agentes econômicos e da gradual reação dos demais condicionantes da demanda, em particular dos mercados de trabalho e crédito.

## Minas Gerais

**Gráfico 4.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2002 = 100



**Tabela 4.8 – Índice de vendas no varejo – Minas Gerais**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015 Ano	2016		
		Mai <sup>1/</sup>	Ago <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-1,9	0,0	0,2	-1,5
Combustíveis e lubrificantes	-4,8	-1,7	-0,1	-5,0
Hiper, supermercados	0,8	-0,4	-0,2	0,5
Tecidos, vestuário e calçados	-7,3	-4,5	0,2	-12,5
Móveis e eletrodomésticos	-13,2	3,8	1,8	-11,9
Outros art. de uso pessoal e dom.	7,6	-2,9	2,1	12,6
Comércio ampliado	-7,0	-3,6	-1,4	-6,1
Veículos e motos, partes e peças	-16,4	-8,1	-2,0	-14,8
Material de construção	-8,9	-6,3	-1,3	-11,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 4.9 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015		2016		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-30,8	-75,7	-85,0	5,4	-23,9
Indústria de transformação	-17,2	-18,6	-21,4	-4,6	-3,5
Comércio	-7,1	5,2	-14,9	-10,0	-4,2
Serviços	-9,1	-10,5	-20,5	-4,9	-7,9
Construção civil	-14,9	-16,7	-18,1	-6,2	-5,4
Agropecuária	19,2	-33,2	-6,8	31,7	-1,9
Outros <sup>2/</sup>	-1,7	-1,8	-3,4	-0,6	-1,1

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, serv. ind. de utilidade pública e administração pública.

A atividade econômica em Minas Gerais se estabilizou no segundo trimestre do ano, após cinco trimestres de recuos consecutivos, conforme a trajetória do PIB, estimado pela Fundação João Pinheiro (FJP). Estatísticas mais recentes sugerem continuidade desse processo de estabilização. Nesse sentido, o IBCR-MG variou 0,3% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando avançara 1,2%, considerados dados dessazonalizados.

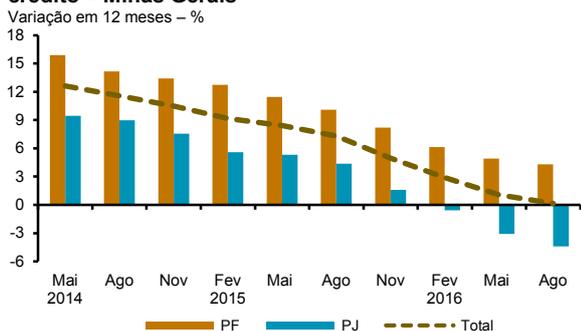
Os indicadores da demanda registram evolução heterogênea, mas apontam moderação no ritmo de retração. O recuo das vendas do comércio ampliado no estado diminuiu, na margem, de 3,6% para 1,4%, nos trimestres finalizados em maio e em agosto, conforme dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Excluídas as vendas de veículos e de material de construção, o comércio varejista cresceu 0,2% no trimestre encerrado em agosto, ante estabilidade no finalizado em maio. O sentimento do consumidor, avaliado pelo Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), cresceu no trimestre, mas permanece na zona de baixa confiança.

O volume de serviços não financeiros prestados no estado recuou 0,8% no trimestre encerrado em agosto (-0,4% no finalizado em maio), de acordo com dados dessazonalizados da PMS, destacando-se os recuos nos segmentos serviços às famílias e atividades turísticas.

A fragilidade dos indicadores de demanda reflete, em parte, o impacto da distensão observada no mercado de trabalho do estado. A taxa média de desocupação em Minas Gerais atingiu 10,9% no segundo trimestre de 2016 (PNADC), aumentando 3,1 p.p. em relação a igual trimestre de 2015, enquanto o rendimento médio real habitual e a massa de rendimentos real decresceram 2,1% e 2,7%, respectivamente, no período. Ressalte-se que a economia do estado eliminou, de acordo com o Caged/MTPS, 23,9 mil postos formais de trabalho no trimestre finalizado em agosto de 2016, e o nível de emprego formal recuou 0,9%, na margem, no período, dados dessazonalizados.

O reduzido dinamismo do mercado de crédito – o saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado permaneceu estável em

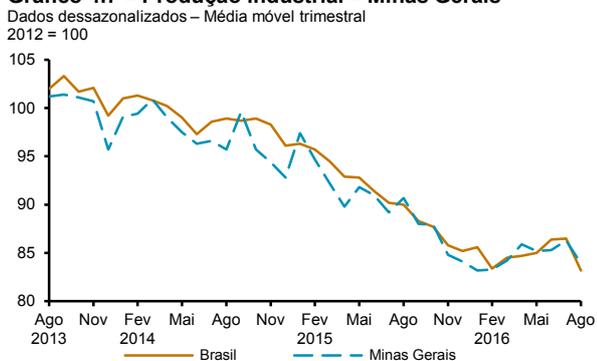
**Gráfico 4.6 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais<sup>1/</sup>**



agosto, no trimestre e em doze meses – é outro fator que tem impactado a evolução recente do consumo. A carteira de pessoas físicas elevou-se no trimestre, impulsionada pelas modalidades financiamento imobiliário, cartão de crédito à vista e crédito consignado, e a de pessoas jurídicas diminuiu, condicionada por retrações nos empréstimos a diversos setores de atividade. A taxa de inadimplência das operações de crédito atingiu 3,6% em agosto, recuando 0,3 p.p. no trimestre.

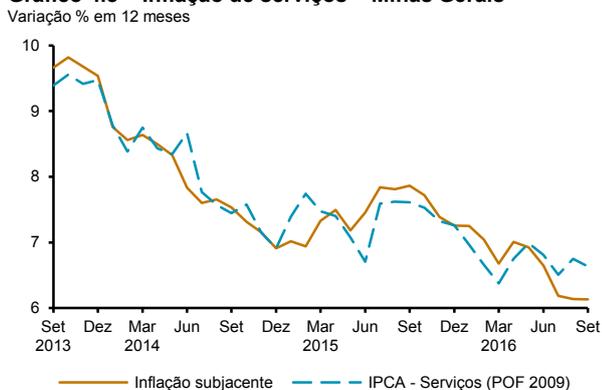
A fragilidade da demanda doméstica tem impactado o comércio externo regional. Nesse contexto, o *superavit* da balança comercial do estado aumentou 10,2% nos nove primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2015, refletindo reduções de 25,9% nas importações e de 4,3% nas exportações.

**Gráfico 4.7 – Produção industrial – Minas Gerais**



No âmbito dos indicadores de oferta, a expansão da atividade industrial no estado arrefeceu na margem, atingindo 0,1% no trimestre encerrado em agosto (1,9% no finalizado em maio), conforme série dessazonalizada da PIM do IBGE, com destaque para o desempenho dos segmentos máquinas e equipamentos, metalurgia e veículos automotores. Ressalte-se que apesar dessa reação, a atividade fabril se desenvolve em contexto de elevada ociosidade – o NUCI, calculado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), atingiu 78,9% no trimestre. A confiança dos empresários do estado segue em trajetória favorável, conforme evidenciado pela evolução do Icei/MG, da Fiemg, que atingiu 52,1 pontos em setembro (zona de confiança), nível mais elevado desde junho de 2013.

**Gráfico 4.8 – Inflação de serviços – Minas Gerais**



No âmbito fiscal, as retrações reais<sup>13</sup> registradas nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2015, na arrecadação do ICMS (1,3%) e nas transferências da União (8,7%) sugerem reduzida capacidade dos governos incentivarem a retomada da atividade econômica.

O IPCA da RMBH variou 0,87% no terceiro trimestre de 2016, ante 2,17% no segundo, redução decorrente de desacelerações nos preços livres, favorecida pela redução do impacto dos aumentos dos preços da alimentação, e nos monitorados. O índice de difusão atingiu 57,4%, ante 62,6% no trimestre finalizado em junho.

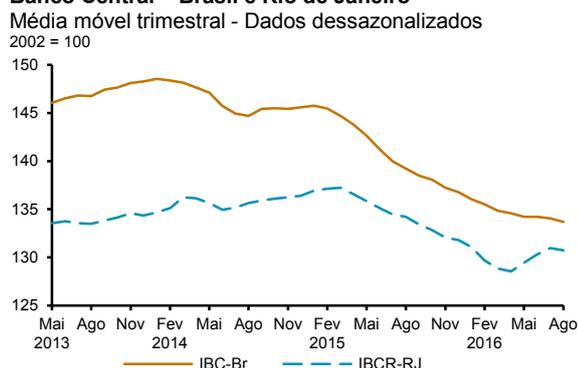
13/ IGP-DI como deflator.

Ainda no segmento de itens com preços livres, a variação dos preços dos serviços recuou 0,25 p.p., para 1,42%, no trimestre, ocorrendo desaceleração, ainda, na inflação subjacente de serviços (de 1,94% para 1,36%).

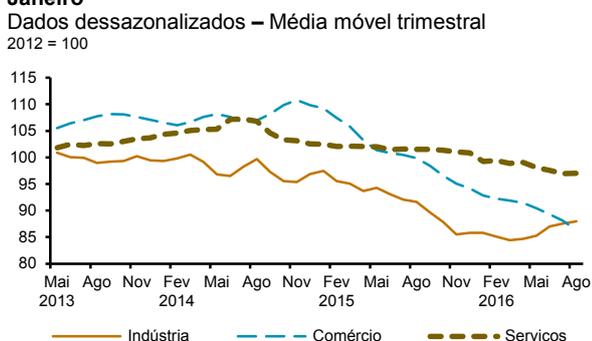
Em linhas gerais, a atividade econômica do estado registrou relativa acomodação a partir do trimestre encerrado em maio, expressa em dois resultados favoráveis do IBCR-MG – impulsionado pelo desempenho da colheita do café, a maior da série iniciada em 1990 - após desempenho negativo durante cinco trimestres. A indústria, embora não tenha apresentado crescimento significativo, registrou estabilização da retração na produção de segmentos importantes para a cadeia produtiva do estado, enquanto os indicadores de confiança dos empresários voltaram a sinalizar expectativas positivas. A confiança dos consumidores, entretanto, ainda mostra percepção negativa da economia, influenciada pelo processo de distensão do mercado de trabalho.

## Rio de Janeiro

**Gráfico 4.9 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro**



**Gráfico 4.10 – Comércio, serviços e indústria – Rio de Janeiro**



Fonte: IBGE

**Tabela 4.10 – Produção industrial – Rio de Janeiro**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2016		
		Mai <sup>2/</sup>	Ago <sup>2/</sup>	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	0,2	3,2	-8,7
Indústrias extrativas	28,1	-4,6	11,5	-2,1
Indústrias de transformação	71,9	0,3	0,1	-11,7
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	7,6	-4,0	-10,0
Metalurgia	10,4	-12,5	15,9	-20,6
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	-6,1	8,3	-22,8
Bebidas	3,9	2,4	7,7	2,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica no Rio de Janeiro registrou resultados mais favoráveis no trimestre encerrado em agosto, com destaque para o desempenho da indústria. Nesse contexto, o IBCR-RJ aumentou 1,0% no trimestre finalizado em agosto em relação ao anterior, quando havia diminuído 0,2%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 3,7% em agosto (-3,3% em maio).

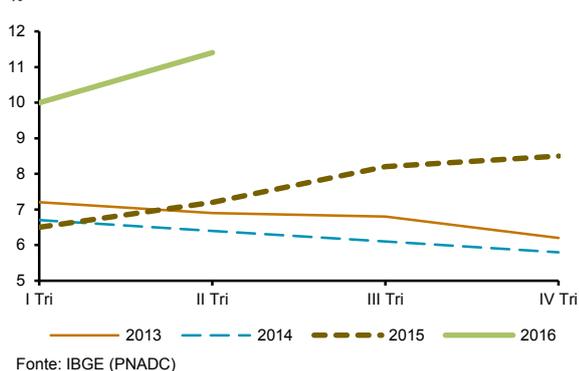
Relativamente aos indicadores da demanda, as vendas do comércio ampliado no estado recuaram, na margem, 1,9% e 4,6% nos trimestres finalizados em maio e em agosto, conforme dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Destacaram-se os desempenhos negativos das vendas em segmentos mais dependentes do crédito, como veículos, material de construção e móveis e eletrodomésticos.

O volume de serviços não financeiros prestados no estado diminuiu 1,1% no trimestre encerrado em agosto (-1,4% no finalizado em maio), de acordo com dados dessazonalizados da PMS. Ressalte-se que as atividades associadas ao turismo, a despeito de crescerem 1,7% em agosto, quando foram realizados os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, retraíram 0,7% no trimestre.

Entre os condicionantes da demanda, o estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado decresceu em agosto, tanto no trimestre (2,6%) quanto em doze meses (0,6%). A carteira de pessoas físicas aumentou 0,2% e a de pessoas jurídicas – influenciada pelo impacto da apreciação da moeda doméstica sobre operações vinculadas à variação cambial – recuou 3,6% no trimestre. A inadimplência aumentou 0,28 p.p., para 3,00%, no trimestre, situando-se em 5,48% no segmento de pessoas físicas e em 2,04% no de pessoas jurídicas;

O processo de distensão do mercado de trabalho, caracterizado pela elevação da taxa de desemprego e pela eliminação de postos formais, persistiu nos meses recentes. Nesse sentido, a taxa de desemprego atingiu 11,4% no segundo trimestre do ano, ante 7,2% no período equivalente em 2015, enquanto o rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados e a massa salarial real variaram, na ordem, 2,7% e -0,2%, em relação ao segundo trimestre de 2015, conforme a PNAD-C do IBGE. Estatísticas do

**Gráfico 4.11 – Taxa de desocupação – Rio de Janeiro**



**Tabela 4.11 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro**

Novos postos

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015		2016		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Total	-35,9	-31,5	-87,9	-41,2	-56,2
Indústria de transformação	-9,4	-10,2	-17,7	-8,1	-8,3
Comércio	-7,6	10,6	-21,5	-6,7	-7,6
Serviços	-18,4	-13,8	-33,3	-14,6	-15,5
Construção civil	-2,1	-16,7	-11,9	-12,8	-24,3
Agropecuária	2,1	-0,8	-1,9	1,5	0,7
Serviços ind. utilidade pública	-0,3	-0,2	-0,7	-0,8	-0,2
Outros <sup>2/</sup>	-0,2	-0,5	-0,9	0,3	-1,0

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

**Tabela 4.12 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio de Janeiro<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida <sup>2/</sup>
		2015	Outros <sup>4/</sup>			
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>	Jun	
Estado do RJ	128 690	1 326	7 167	8 493	-8 874	128 308
Governo estadual	115 595	670	6 421	7 090	-8 076	114 610
Capital	13 736	654	779	1 433	-879	14 290
Demais municípios	-642	2	-33	-31	80	-593

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Caged/MTE registram o corte de 56,2 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em agosto (-35,9 mil em igual período de 2015), em especial na construção civil e nos serviços. Nos últimos doze meses, houve eliminação de 216,8 mil empregos formais no estado (5,6% da população ocupada no setor privado).

No âmbito da oferta, a produção da indústria do estado cresceu, na margem, 3,2% no trimestre encerrado em agosto, ante 0,2% no terminado em maio, com destaque para o desempenho da extração mineral (interligação de novos poços e entrada em operação de unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo), que variou 11,5% no período. Importante mencionar que esta expansão foi observada em ambiente de ociosidade relevante da capacidade da indústria – o NUCI do estado atingiu 77,0% no trimestre, ante média histórica de 80,5%.

Na mesma base de comparação, o emprego, a massa salarial real e as horas trabalhadas registaram estabilidade e o faturamento real, recuo de 3,0%, de acordo com dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Ressalte-se que o crescimento da produção industrial ocorreu em cenário de aumento da confiança dos industriais fluminenses – o Icei, da Firjan, embora persistisse na área de pessimismo (abaixo de 50 pontos), atingiu 42,4 pontos em julho (33,2 pontos em abril).

A balança comercial do estado apresentou *superavit* de US\$2,5 bilhões nos nove primeiros meses de 2016 (*deficit* de US\$23,2 milhões em igual período de 2015), de acordo com o MDIC. Essa reversão decorreu de recuos de 5,5% nas exportações e de 25,4% nas importações, condicionados por retrações respectivas de 19,9% e 29,2% nas vendas e nas compras externas de óleos brutos de petróleo, principal produto da pauta do estado.

No âmbito fiscal, as reduções reais<sup>14</sup> na arrecadação de ICMS do estado (11,0%) e nas transferências da União, exceto Fundeb (7,0%) registradas nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2015, ratifica a dificuldade das esferas governamentais subnacionais adotarem políticas anticíclicas.

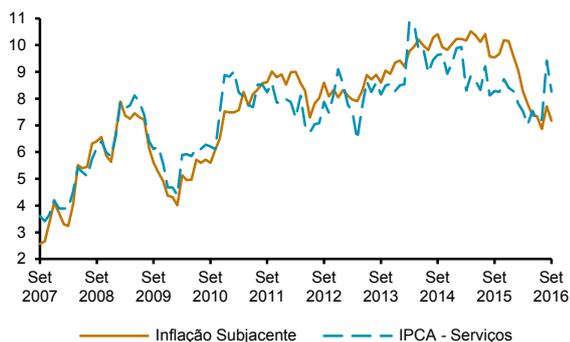
**Tabela 4.13 – IPCA – Rio de Janeiro**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2015	2016		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	3,10	2,81	1,61	1,33
Livres	71,9	2,98	2,80	1,54	1,58
Comercializáveis	27,5	2,77	2,14	2,82	1,79
Não comercializáveis	44,3	3,11	3,21	0,77	1,45
Monitorados	28,1	3,40	2,83	1,78	0,70
Principais itens					
Alimentação	24,7	4,20	4,15	2,25	1,00
Habitação	17,1	4,14	0,04	0,38	1,30
Artigos de residência	3,4	1,38	2,40	1,57	1,51
Vestuário	4,4	2,28	-0,64	2,21	-1,07
Transportes	17,2	3,24	4,44	-0,30	0,65
Saúde	12,0	1,87	1,90	5,52	1,90
Despesas pessoais	11,7	2,97	3,68	1,17	4,14
Educação	5,1	0,61	8,47	0,66	0,88
Comunicação	4,3	1,08	-1,45	1,77	-0,06

Fonte: IBGE

1/ Referente a setembro de 2016.

**Gráfico 4.12 – Inflação de Serviços – Rio de Janeiro**  
Variação % em 12 meses



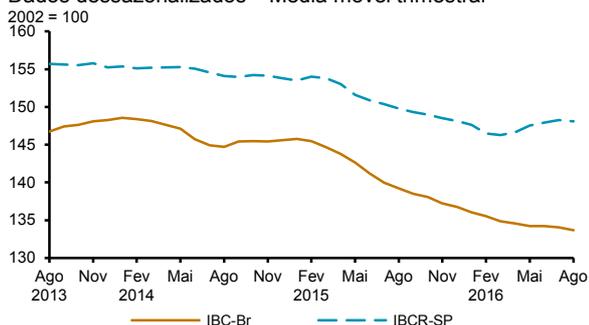
Em relação à trajetória da inflação, o IPCA da RMRJ, divulgado pelo IBGE, variou 1,33% no terceiro trimestre (1,61% no segundo), repercutindo desaceleração dos preços dos itens monitorados e administrados por contrato, de 1,78% para 0,70%, e relativa estabilidade na variação dos preços livres. O comportamento dos monitorados refletiu, principalmente, a dissipação do impacto dos reajustes de medicamentos, concentrados no segundo trimestre, e a redução da gasolina. O índice de difusão médio passou de 57,6%, no segundo trimestre, para 51,8%, no período subsequente.

Os preços dos serviços aceleraram, de 0,7% para 2,3%, no trimestre, destacando-se o item hotéis, impactado pelas Olimpíadas realizadas no período. A inflação subjacente no setor de serviços aumentou de 1,2% para 1,5%, no período.

Em síntese, alguns indicadores sugeriram acomodação ou alguma reversão da trajetória contracionista observada na economia do estado. O mercado de trabalho, entretanto, mantém-se em distensão e as finanças do estado e dos municípios fluminenses seguem impactadas por reduções de receitas tributárias associada à retração econômica e ao declínio da arrecadação de *royalties* e participações especiais pela exploração de petróleo, em linha com o recuo das cotações internacionais da *commodity*. Adicionalmente, há expectativa de acomodação em setores como serviços e construção civil, diante do encerramento do ciclo de grandes eventos internacionais recepcionados na capital do estado. Nesse cenário, a efetiva recuperação da atividade econômica no Rio de Janeiro segue dependente do maior dinamismo dos principais condicionantes da demanda doméstica.

### Gráfico 4.13 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

### Tabela 4.14 – Comércio varejista – São Paulo

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015	2016		
	Ano	Mai <sup>1/</sup>	Ago <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-3,5	-0,1	0,0	-4,9
Combustíveis e lubrificantes	-8,6	0,2	-3,3	-11,5
Hiper e supermercados	-1,6	0,3	1,1	0,3
Tecidos, vestuário e calçados	-10,3	-6,1	4,5	-13,8
Móveis e eletrodomésticos	-13,8	-0,2	-1,4	-11,9
Comércio ampliado	-5,9	-2,1	-2,7	-6,0
Automóveis e motocicletas	-11,0	-8,7	-9,5	-7,0
Material de construção	-10,6	-2,6	-2,4	-12,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

## São Paulo

A economia paulista apresentou alguma recuperação a partir do segundo trimestre de 2016, quando o PIB do estado cresceu 0,2% na margem, conforme dados dessazonalizados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Esse desempenho é atribuído à expansão do setor industrial (3,8%), primeiro desempenho favorável após dez trimestres consecutivos de retração, contrastando com recuos respectivos de 0,3% e 3,2% nos serviços e no setor primário. Estatísticas mais recentes relacionadas à produção industrial no estado corroboram a trajetória de acomodação da atividade, consistente com a elevação nos indicadores de confiança dos agentes econômicos, mas limitada pela fragilidade do consumo das famílias, em ambiente de reduzido dinamismo dos mercados de trabalho e de crédito.

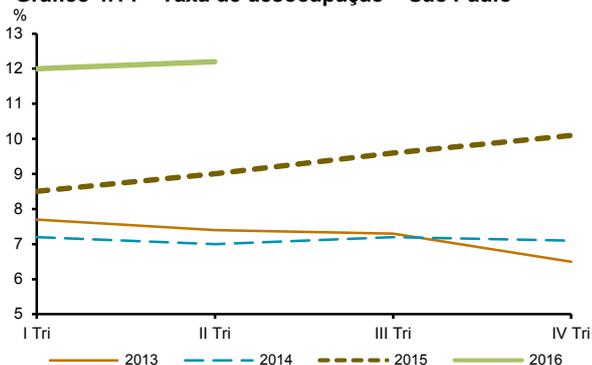
Essa trajetória de recuperação moderada da atividade do estado é ratificada pelo IBCR-SP, que aumentou 0,4% na margem no trimestre até agosto e 0,7% no trimestre finalizado em maio, considerados dados dessazonalizados.

Embora os indicadores gerais de atividade registrem resultados positivos, as estatísticas relativas à demanda doméstica apresentam sinais heterogêneos. As vendas do comércio ampliado seguem decrescendo na margem, 2,7% no trimestre finalizado em agosto e 2,1% no terminado em maio, segundo dados dessazonalizados da PMC. No entanto, excluídas as retrações nas vendas de veículos, motos, partes e peças (9,5%) e de material de construção (2,4%), as vendas do comércio varejista apresentam estabilidade nos trimestres mencionados.

O volume de serviços não financeiros aumentou 0,4% no trimestre encerrado em agosto (0,3% no terminado em maio), de acordo com a PMS.

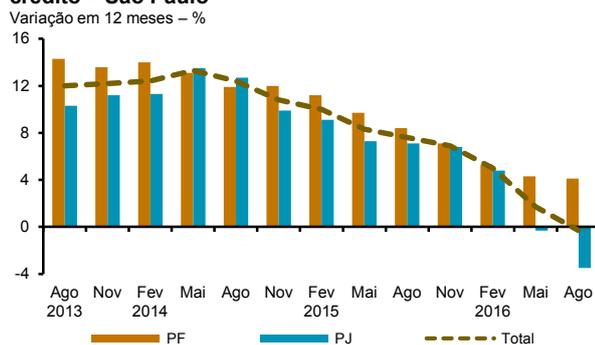
O desempenho do comércio reflete a continuidade do processo de distensão do mercado de trabalho e o baixo dinamismo do mercado de crédito. A taxa de desemprego, mensurada pela PNADC, do IBGE, atingiu 12,2% no segundo trimestre do ano, com variações de -0,2% na ocupação e de 3,5% da força de trabalho. Nesse contexto houve recuos de 7,0% no rendimento real médio habitual e de 7,1% na massa salarial. A economia do estado eliminou 48,2 mil postos formais no trimestre finalizado em agosto, ante 107,4 mil em igual período de 2015, de acordo com o Caged/MTPS.

### Gráfico 4.14 – Taxa de desocupação – São Paulo



Fonte: IBGE (PNADC)

**Gráfico 4.15 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo<sup>1/</sup>**



**Tabela 4.15 – Produção industrial – São Paulo**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup> 2016	Variação % no período		
		Maio <sup>2/</sup>	Ago <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	2,2	1,2	-9,2
Veículos, reboques e carrocerias	16,2	2,2	0,5	-22,6
Produtos alimentícios	14,8	12,7	-9,7	5,4
Deriv. petróleo e biocombustíveis	10,9	-8,3	2,0	-13,1
Máquinas e equipamentos	7,9	11,2	-0,5	-12,5
Outros produtos químicos	7,2	1,2	5,9	-3,5
Produtos de borracha e plástico	5,4	-1,3	4,5	-10,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 4.16 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	33 689	34 470	2,3	-3,5
Básicos	4 629	4 600	-0,6	-8,1
Industrializados	29 060	29 871	2,8	0,5
Semimanufaturados	3 785	5 474	44,6	5,2
Manufaturados <sup>1/</sup>	25 275	24 397	-3,5	-1,1

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

No mercado de crédito, o saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas em São Paulo diminuiu 0,6% no trimestre e 0,3% em doze meses. O segmento de operações com pessoas físicas apresentou crescimento de 1,3% no trimestre (4,1% em doze meses), destacando-se expansão do financiamento imobiliário, mas contração do financiamento de veículos com impacto negativo sobre o desempenho do varejo ampliado. A carteira de pessoas jurídicas, influenciada pelas modalidades financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e capital de giro, contraiu no trimestre e em doze meses.

Apesar do cenário ainda desfavorável para o comércio, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio SP), retornou à zona de otimismo no trimestre até agosto, após cinco trimestres consecutivos na área de pessimismo.

A produção industrial paulista cresceu, na margem, 1,2% e 2,2% nos trimestres encerrados em agosto e em maio, respectivamente, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF Regional. O NUCI da indústria do estado segue, contudo, em patamar historicamente reduzido, atingindo 74,6% no trimestre encerrado em agosto, segundo dados dessazonalizados da Fiesp.

A trajetória dos índices de confiança empresariais, repetindo a evolução do ICC, sugere perspectivas de continuidade do processo de retomada da economia paulista. O Icec, divulgado pela Fecomércio SP, embora ainda na zona de pessimismo, atingiu 89,3 pontos em setembro de 2016 (80,6 pontos em junho), e o Icei, calculado pela CNI, situou-se em 53,2 pontos, movendo-se para a zona de otimismo após três anos.

Os resultados do setor externo repercutem a fragilidade da atividade econômica do estado. Nesse sentido, a retração de 75,3% registrada no *deficit* da balança comercial nos nove primeiros meses de 2016, na comparação interanual, repercutiu variações de 2,3% nas exportações e de -21,9% nas importações. Destaque para o crescimento de 26,5% nas vendas para a China, principalmente de aviões.

A evolução do IPCA da RMSP evidencia continuidade do processo de desinflação no estado – a variação do indicador diminuiu de 1,71%, no segundo trimestre do ano, para 0,94%, no terceiro. A desaceleração

**Tabela 4.17 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB**  
Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	49 498	38 662	-21,9	-23,1
Bens de capital	6 246	4 632	-25,8	-21,3
Bens Intermediários	31 733	25 593	-19,3	-19,3
Bens de consumo	8 479	6 855	-19,2	-23,7
Duráveis	1 314	697	-47,0	-44,8
Automóveis de passageiros	536	126	-76,5	-49,2
Semiduráveis e não duráveis	7 164	6 158	-14,0	-15,6
Combustíveis e lubrificantes	3 020	1 563	-48,3	-43,1
Petróleo	1 722	528	-69,3	-52,7
Demais	1 299	1 035	-20,3	-39,1
Bens não especificados	21	19	-8,0	18,9

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 4.18 – IPCA – São Paulo**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	2016			
		Ano	II Tri	III Tri	12 meses
IPCA	100,0	11,10	1,71	0,94	8,12
Livres	75,7	8,46	1,22	1,27	8,11
Comercializáveis	33,6	8,48	1,26	1,45	9,17
Não comercializáveis	42,1	8,45	1,19	1,12	7,28
Monitorados	24,3	20,19	3,26	-0,06	8,20
Principais itens					
Alimentação	24,6	11,33	2,69	1,80	12,19
Habitação	15,0	21,48	3,51	-0,48	4,88
Artigos de residência	3,8	5,37	0,76	0,48	4,86
Vestuário	5,3	4,69	1,41	0,12	5,30
Transportes	19,3	10,69	-2,11	0,50	5,85
Saúde	12,1	9,58	4,69	2,20	12,57
Despesas pessoais	11,3	9,24	2,22	1,16	7,52
Educação	5,1	9,86	0,43	1,06	8,53
Comunicação	3,6	2,16	1,07	0,23	2,97

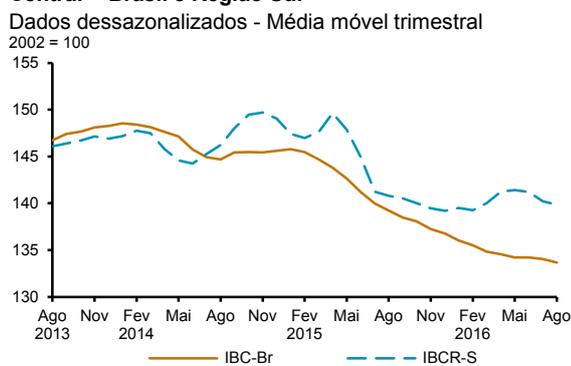
Fonte: IBGE

1/ Referente a setembro de 2016.

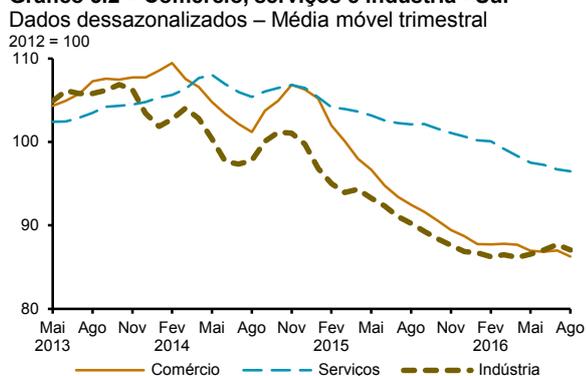
repercutiu, em especial, a redução do impacto dos preços dos alimentos e a reversão da variação dos preços monitorados, ressaltando-se, nesse segmento, o efeito das reduções das tarifas de energia elétrica residencial e do preço da gasolina. Os preços dos itens de serviços aceleraram, de 0,95% para 1,51%, no período, destacando-se as elevações em serviços pessoais e passagens aéreas.

A atividade econômica paulista registrou resultados mais favoráveis nos trimestres recentes, refletindo ambiente de maior confiança dos agentes econômicos. A continuidade desse processo está condicionada, no entanto, à consolidação do ajuste macroeconômico em curso no país, de modo que a economia do estado recupere o dinamismo de forma sustentada, com repercussão favorável sobre os diferentes setores de atividades e, por consequência, sobre o emprego e a renda.

**Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul**

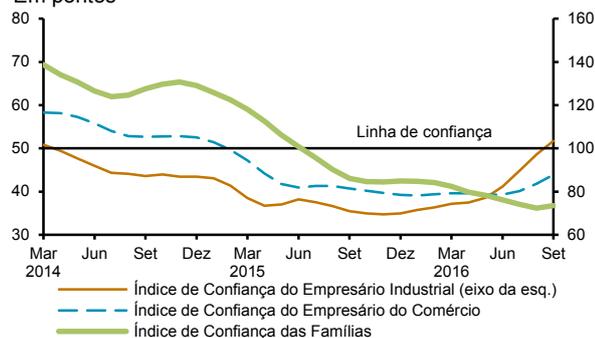


**Gráfico 5.2 – Comércio, serviços e indústria - Sul**



Fonte: IBGE

**Gráfico 5.3 – Confiança dos agentes – Sul**



Fontes: CNI e CNC

A trajetória recente dos principais indicadores da região aponta acomodação do processo de retração da atividade econômica, delineado desde o final de 2014. Considerado o trimestre encerrado em agosto, houve estabilidade no ritmo de recuo nas atividades comércio e serviços, e alguma retomada na indústria, em cenário de elevação dos níveis de confiança dos empresários.

Importante frisar que a estabilização da atividade na região, após longo período de retração, está sujeita a oscilações características desse processo, refletindo, entre outros fatores, estágios distintos nas dinâmicas setoriais. Nesse contexto, o IBCR-S registrou, na margem, variações respectivas de -1,1% e 1,5% nos trimestres encerrados em agosto e em maio, período em que houve a apropriação das safras de verão, conforme estatísticas dessazonalizadas. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 4,0% em agosto e 4,6% em maio.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio ampliado recuaram 0,8% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao terminado em maio, ante retração de 2,4% em âmbito nacional, destacando-se o desempenho negativo das vendas de veículos, segmento para o qual as condições de crédito são relevantes. Excluídas as comercializações de veículos e de material de construção, as vendas do varejo permaneceram estáveis no trimestre. Prospectivamente, o Indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado pela CNC, recuou 2,7 pontos, para 73,4 pontos, no terceiro trimestre de 2016, sugerindo, portanto, continuidade na fragilidade do consumo.

A despeito do desempenho das vendas, a confiança dos empresários do comércio mostrou importante reação recentemente. Nesse sentido, o Icec, calculado pela CNC, variou 9,3 pontos, para 87,8 pontos, no terceiro trimestre do ano, com avanços nos três componentes do indicador. Destaque-se que os empresários se mostraram confiantes relativamente às perspectivas de curto prazo tanto para a economia

brasileira, como para o setor comercial e a própria empresa.

O desempenho recente do setor de serviços também evidencia a fragilidade do consumo, mas ao mesmo tempo corrobora a percepção de acomodação no ritmo de retração da economia. O volume de serviços não financeiros prestados no Sul diminuiu em 1,1% no trimestre encerrado em agosto, após contração de 2,6% no trimestre anterior, recuos mais intensos que os observados aos correspondentes em nível nacional. Destacaram-se as retrações nos segmentos serviços prestados às famílias e serviços profissionais, administrativos e complementares.

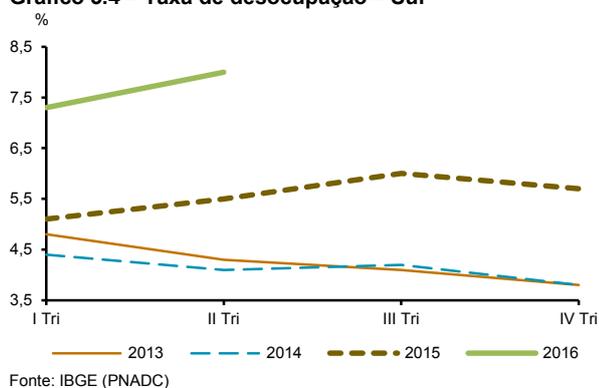
Entre os fatores que contribuem para a evolução do consumo, destaca-se a continuidade da distensão do mercado de trabalho. Nesse contexto, a economia da região eliminou 47,5 mil empregos formais no trimestre finalizado em agosto (103,6 mil em igual período de 2015), redução que segue contribuindo para a queda da massa salarial e da capacidade de compras das famílias. A taxa de desocupação, mensurada pela PNADC, atingiu 8,0% no trimestre encerrado em junho (5,5% em igual período de 2015), repercutindo crescimento de 1,8% na PEA e redução de 0,9% na população ocupada. A mesma pesquisa mostra recuos do rendimento médio habitual real (4,9%) e da massa salarial real (5,4%).

A evolução do mercado de crédito também contribui para o baixo dinamismo da demanda. O saldo das operações com valor superior a R\$1mil realizadas na região totalizou R\$542,8 bilhões em agosto, recuando no trimestre e em doze meses.

A carteira de crédito de pessoas físicas segue com crescimento moderado, destacando-se o aumento dos financiamentos imobiliários, cartão de crédito à vista e crédito consignado no trimestre. A carteira do segmento de pessoas jurídicas continua contraindo, especialmente os saldos das operações com empresas de transporte rodoviário de carga, da indústria de transformação e do comércio, ressaltando-se que os desembolsos do BNDES também mostram trajetória negativa na região – recuos respectivos de 24,0% e de 26,6% nos primeiros nove meses do ano e em doze meses até setembro, em relação a iguais períodos de 2015. A taxa de inadimplência retraiu 0,2 p.p., no trimestre.

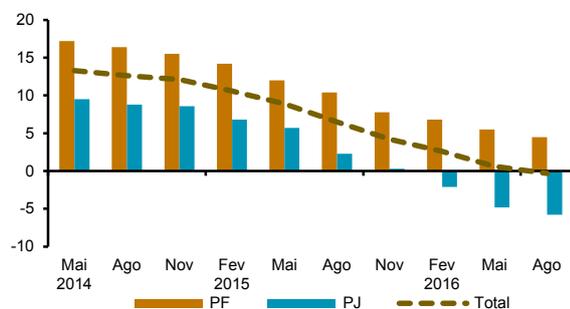
No âmbito da oferta, a produção industrial no Sul cresceu 0,6% no trimestre finalizado em agosto,

**Gráfico 5.4 – Taxa de desocupação – Sul**



**Gráfico 5.5 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul<sup>1/</sup>**

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

**Tabela 5.1 – Produção agrícola – Sul**

Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Variação %
		2015	2016	
Grãos	73,1	75 794	72 668	-4,1
Soja	45,3	34 930	35 299	1,1
Milho	11,9	24 417	21 178	-13,3
Arroz (em casca)	9,3	9 925	8 697	-12,4
Trigo	3,6	4 854	5 621	15,8
Feijão	2,5	960	814	-15,2
Outras lavouras				
Fumo	7,8	850	668	-21,5
Cana-de-açúcar	3,7	48 202	50 627	5,0
Mandioca	2,7	5 892	5 233	-11,2
Maçã	1,7	1 253	1 056	-15,7
Uva	1,5	1014	519	-48,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2016.

**Tabela 5.2 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	31 098	29 975	-3,6	-3,5
Básicos	16 268	15 471	-4,9	-8,1
Industrializados	14 830	14 505	-2,2	3,7
Semimanufaturados	2 352	2 813	19,6	5,2
Manufaturados <sup>1/</sup>	12 478	11 692	-6,3	3,2

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 5.3 – Importação por grandes categorias econômicas - FOB**

Janeiro-setembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	27 671	21 607	-21,9	-23,1
Bens de capital	4 134	2 800	-32,3	-21,3
Bens Intermediários	16 803	13 760	-18,1	-19,3
Bens de consumo	4 639	3 543	-23,6	-23,7
Duráveis	1 464	955	-34,8	-44,8
Automóveis de passageiros	1 018	673	-33,9	-49,2
Semiduráveis e não duráveis	3 174	2 588	-18,5	-15,6
Combustíveis e lubrificantes	2 095	1 504	-28,2	-43,1
Petróleo	1 808	848	-53,1	-52,7
Demais	286	656	129,4	-39,1
Bens não especificados	0	0	-	18,9

Fonte: MDIC/Secex

em relação ao terminado em maio, quando variou 0,3%, nessa base de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Ressalte-se que a reação recente do setor, um dos fatores que contribui para a perspectiva de estabilização da atividade após dois anos de retração, ocorre em cenário de elevado grau de ociosidade<sup>15</sup> na indústria – o NUCI situou-se em 76,4% no trimestre.

Prospectivamente, as expectativas dos empresários do Sul, avaliadas pelo Icei, mantêm trajetória de recuperação consistente, superando a linha de indiferença ao atingir 51,7 pontos no terceiro trimestre do ano (41,1 pontos no anterior).

Em relação à atividade agropecuária, outro importante fator de dinamismo da economia do Sul, os abates de aves e suínos, criações mais relevantes para a economia regional, aumentaram em torno de 4,0% nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2015, segundo dados do Mapa para estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). Em relação à produção vegetal, a safra de grãos de 2016 está estimada em 72,7 milhões de toneladas, de acordo com o LSPA de setembro do IBGE (39,5% da produção nacional), destacando-se que a renda correspondente auferida, em particular no primeiro semestre do ano, quando foi favorecida pela taxa de câmbio, contribuiu para a maior aquisição de insumos visando a safra de 2017. Com efeito, estimativas da Conab para as produções de arroz, soja e milho no próximo ano, são promissoras.

A retração da atividade econômica impactou o desempenho do comércio internacional da região em 2016. Nesse contexto, a balança comercial foi superavitária em US\$8,4 bilhões nos nove primeiros meses do ano, repercutindo recuos de 3,6% das exportações e de 21,9% das importações. A contração das exportações refletiu recuo nos embarques de produtos básicos (51,6% do total) e de produtos manufaturados (39% do total), enquanto as vendas de semimanufaturados expandiram 19,6% (especialmente celulose, 308,4%). A diminuição das importações decorreu de reduções nas aquisições em todas as categorias de uso.

A trajetória da atividade econômica também influenciou o desempenho fiscal dos entes subnacionais. O *superavit* primário dos governos

15/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para 2010.

**Tabela 5.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões						
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	2016	
		2015	Nominal				Outros <sup>4/</sup>
			Dez	Primário			
Total	100 214	-2 745	5 954	3 210	-1 006	102 417	
Gov. estad.	99 952	-1 801	5 903	4 102	-1 053	103 001	
Capitais	1 518	-371	35	-336	150	1 332	
Demais municípios	-1 256	-573	17	-556	-104	-1 916	

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

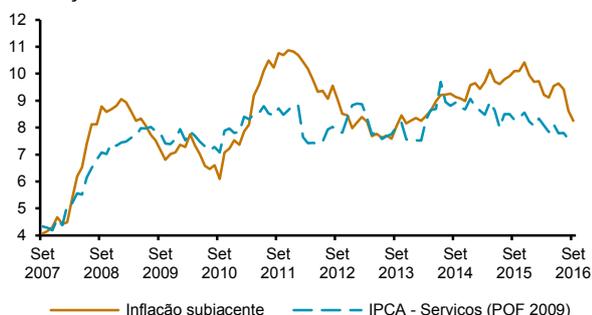
**Tabela 5.5 – IPCA – Sul**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2015		2016	
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	2,74	2,71	1,67	0,82
Livres	76,5	2,64	2,74	1,88	0,93
Comercializáveis	37,5	2,73	3,06	2,11	0,77
Não comercializáveis	39,1	2,55	2,43	1,66	1,08
Monitorados	23,5	3,06	2,62	1,02	0,47
Principais itens					
Alimentação	26,3	4,20	4,59	2,75	0,64
Habitação	15,3	1,55	1,06	0,14	0,17
Artigos de residência	4,4	1,21	2,14	0,64	0,04
Vestuário	6,5	3,02	0,88	2,28	0,23
Transportes	18,3	3,89	2,50	-0,41	1,63
Saúde	11,4	1,77	2,29	4,98	0,80
Despesas pessoais	10,2	1,55	2,33	1,88	1,22
Educação	4,0	0,74	7,34	0,48	2,25
Comunicação	3,5	2,15	-0,74	2,22	0,21

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2016

**Gráfico 5.6 - Inflação de Serviços - IPCA Sul**  
Variação % em 12 meses



Fonte: IBGE

dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul acumulou R\$2,7 bilhões no primeiro semestre, 40,4% inferior ao observado em igual período de 2015. Esse resultado foi impactado por reduções reais<sup>16</sup> da receita de ICMS e das transferências da União – incluídos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) -, que atingiram 1,2% e 8,8%, respectivamente, nos oito primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2015.

A variação do IPCA no terceiro trimestre de 2016 evidenciou continuidade do processo de redução da inflação da região<sup>17</sup>, destacando-se o impacto favorável da desaceleração nos custos com a alimentação, após dissipação de choque de preços agrícolas, e, no âmbito dos preços monitorados, as variações nos itens energia elétrica residencial (-5,63%) e gasolina (2,79%), influenciada pelo ciclo sazonal nos custos do álcool hidratado. O índice de difusão atingiu 54,6%, ante 62,5% no terceiro trimestre de 2015.

Ainda no âmbito dos preços livres, a variação dos itens de serviços, favorecida pelo aumento da ociosidade no setor, arrefeceu de 1,74%, no segundo trimestre, para 1,30%, no terceiro trimestre do ano. A exemplo do observado em nível nacional, a redução da inflação subjacente no setor serviços persistiu nos últimos meses.

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 8,17% em setembro, ante 11,87% em 2015, evolução decorrente de desaceleração nos preços monitorados, de 19,80% para 7,33%, e nos preços livres, de 9,71% para 8,43%.

Em linhas gerais, os indicadores econômicos do Sul acompanham a tendência nacional, com números ligeiramente mais favoráveis em relação ao desempenho do setor industrial. A perspectiva favorável para a próxima safra agrícola e a melhora dos indicadores de confiança empresarial sugerem retomada gradual da atividade na região, que tende a ser restrita no curto prazo em função do comportamento de condicionantes do consumo, em especial da continuidade do processo de distensão no mercado de trabalho.

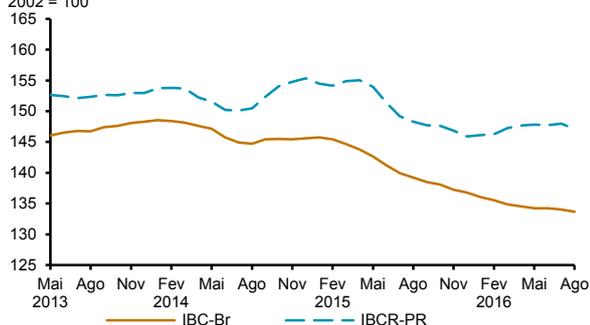
16/ Considerado o IGP-DI como deflator.

17/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

## Paraná

**Gráfico 5.7 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná**

Média móvel trimestral - dados dessazonalizados  
2002 = 100



**Tabela 5.6 – Índice de vendas no varejo – Paraná**

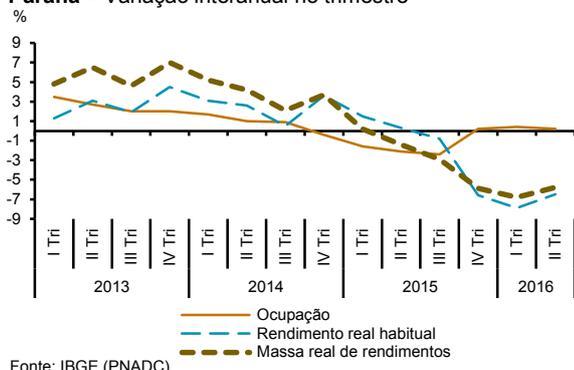
Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015 Ano	2016		
		Mai <sup>1/</sup>	Ago <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-3,2	0,1	-0,5	-6,7
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	-3,9	-0,1	-10,6
Hiper e supermercados	-1,2	1,6	-0,7	-3,0
Tecidos, vestuário e calçados	-9,9	2,3	1,4	-10,0
Móveis e eletrodomésticos	-11,6	-1,4	-3,0	-13,9
Comércio ampliado	-9,4	-0,4	-1,3	-9,6
Automóveis e motocicletas	-19,7	-2,6	-0,6	-13,9
Material de construção	-8,7	-1,0	-1,4	-11,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 5.8 – Ocupação, rendimento e massa no Paraná – Variação interanual no trimestre**



Fonte: IBGE (PNADC)

A trajetória declinante do PIB estadual, iniciada em 2014, manteve-se no segundo trimestre deste ano, quando o indicador recuou 2,6% na comparação interanual, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). A análise de estatísticas econômicas mais recentes, contudo, sugere processo de acomodação na retração da atividade, com indicações de melhora do nível de confiança dos agentes econômicos e relativa reação na produção industrial. Nesse contexto, e refletindo o esgotamento da apropriação da safra agrícola e a retração do comércio, o IBCR-PR diminuiu 0,5% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando crescera 1,1%, nesse tipo de comparação, dados dessazonalizados.

No âmbito da demanda, as vendas do comércio ampliado recuaram, na margem, 1,3% e 0,4%, respectivamente, nos trimestres encerrados em agosto e em maio, de acordo com dados dessazonalizados da PMC. Excluídas as vendas de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, o comércio varejista recuou 0,5% e cresceu 0,1% nos períodos mencionados.

O volume de serviços não financeiros, após três recuos trimestrais consecutivos, variou 0,1% no trimestre encerrado em agosto, conforme séries dessazonalizadas da PMS, destacando-se as variações nos segmentos serviços prestados às famílias (-2,6%) e informação (1,8%).

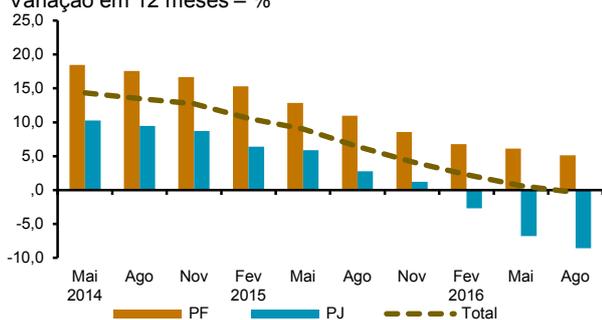
A confiança das famílias, avaliada pelo IFC em Curitiba, segue em elevação em setembro, sugerindo perspectiva favorável para a retomada da demanda. Em oposição, o percentual de famílias endividadas<sup>18</sup> atingiu 89,1% em setembro (85,5% em junho).

As condições da demanda refletem parcialmente a distensão do mercado de trabalho, que registrou, segundo o Caged/MTPS, a eliminação de 12,2 mil postos formais no trimestre encerrado em agosto, ante 29,4 mil em igual período de 2015. Nesse ambiente, a taxa de desocupação atingiu 8,2% no segundo trimestre do ano (6,2% no anterior), enquanto o rendimento médio habitual real e a massa salarial real recuaram 6,5% e 5,8%, respectivamente, na margem, de acordo com a PNADC.

18/ São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, aquisições imobiliárias, prestações de automóveis e contratação de seguros.

**Gráfico 5.9 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná<sup>1/</sup>**

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 5.7 – Produção industrial – Paraná**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2016		12 meses
		Mai <sup>2/</sup>	Ago <sup>2/</sup>	
Indústria geral	100,0	0,7	1,9	-8,5
Produtos alimentícios	22,7	5,2	-3,7	-0,3
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-8,9	-9,5	-6,2
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	-2,5	0,2	-24,0
Máquinas e equipamentos	6,7	34,7	31,6	-15,4
Celulose e prod. papel	5,5	-2,1	5,1	1,7
Outros produtos químicos	4,7	-6,5	9,3	-14,1

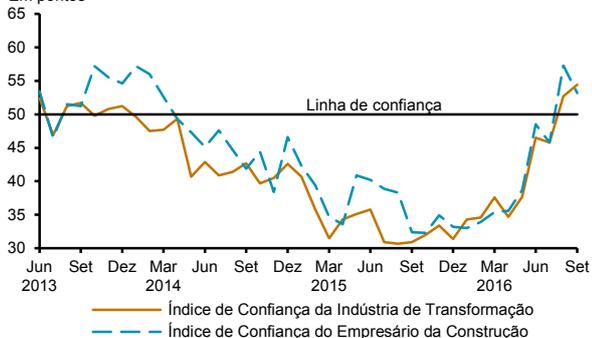
Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 5.10 – Confiança do empresariado – Paraná**

Em pontos



Fonte: Fiep

O baixo dinamismo do mercado de crédito também repercute sobre o ritmo da atividade econômica. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado contraiu 0,7% no trimestre, especialmente as realizadas com recursos livres. As operações com pessoas físicas registaram aumento no trimestre, em especial nas modalidades cartão de crédito à vista e crédito consignado, e a carteira de pessoas jurídicas, contração, condicionada pelo desempenho das modalidades cheque especial/conta garantida e capital de giro. A taxa de inadimplência recuou 0,25 p.p., para 3,05%, no trimestre.

No âmbito da oferta, a produção industrial do Paraná cresceu, na margem, 1,9% e 0,7%, respectivamente, nos trimestres encerrados em agosto e em maio, dados dessazonalizados (PIM-PF), destacando-se o desempenho da atividade máquinas e equipamentos. Os indicadores de confiança sugerem perspectivas favoráveis para o setor: em setembro, o Índice de Confiança da Indústria de Transformação (ICIT-PR) atingiu 54,4 pontos (46,5 pontos em junho) e o ICEC-PR, 53,2 pontos em setembro (48,5 pontos em junho), ambos na área de confiança.

A produção agrícola no estado, importante fator para o dinamismo da economia, foi estimada em 35,2 milhões de toneladas em 2016 (19,2% da produção do país). A projeção representa recuo anual de 6,1%, condicionado, em parte, por retrações nas safras de soja, milho, trigo e feijão. O Valor Bruto da Produção (VBP) deverá manter-se estável em termos reais, conforme estimativa do Mapa.

O comércio exterior tem contribuído para atenuar o arrefecimento do dinamismo econômico na região. A balança comercial do Paraná foi superavitária em US\$3,6 bilhões nos nove primeiros meses de 2016 (US\$1,7 bilhão em igual período de 2015), reflexo de variações de 2,2% nas exportações e de -16,7% nas importações, com destaque para os aumentos nas vendas de manufaturados (automóveis de passageiros; veículos de carga) e de semimanufaturados (açúcar de cana em bruto; óleo de soja em bruto). A diminuição nas compras externas ocorreu em todas as categorias de uso, especialmente bens de consumo e bens de capital. China, Argentina e Estados Unidos da América (EUA) mantêm-se como os principais parceiros comerciais do estado, ressaltando-se o crescimento das exportações de automóveis para a Argentina (53,2%).

**Tabela 5.8 – Produção agrícola – Paraná**

Itens selecionados

Discriminação	Peso <sup>1/</sup>	Em mil toneladas			Variação %
		Produção <sup>2/</sup>		2016/2015	
		2015	2016		
Grãos <sup>3/</sup>	76,2	37 525	35 249	-6,1	
Soja	49,1	17 229	16 970	-1,5	
Milho	16,5	15 777	13 924	-11,7	
Trigo	5,8	3 331	3 271	-1,8	
Feijão	4,1	726	603	-17,0	
Outras lavouras					
Cana-de-açúcar	7,7	47 368	49 860	5,3	
Fumo	3,4	180	149	-17,0	
Batata-inglesa	2,7	844	753	-10,8	
Mandioca	2,5	4 313	3 742	-13,2	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015

2/ Estimativa segundo o LSPA de outubro de 2016.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

**Tabela 5.9 – IPCA – RMC**

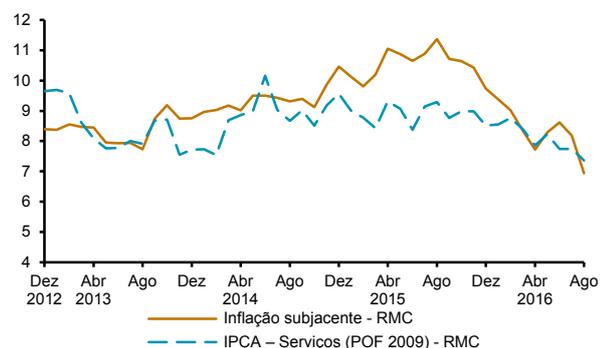
Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %			
		2015	2016		
		IV Tri	I Tri	II Tri	III Tri
IPCA	100,0	2,89	2,13	1,49	0,48
Alimentação	25,2	4,04	4,38	2,66	0,88
Habitação	16,4	1,28	-0,85	0,47	-1,71
Artigos de residência	4,2	1,70	2,08	-1,00	-0,10
Vestuário	7,0	2,99	1,10	1,63	0,78
Transportes	18,9	4,51	1,84	-0,57	1,91
Saúde	11,6	1,86	2,19	4,98	-0,07
Despesas pessoais	9,9	2,56	2,50	1,59	0,79
Educação	3,4	1,09	7,68	0,37	1,79
Comunicação	3,3	1,78	-1,02	1,80	0,30

Fonte: IBGE

1/ Referentes a setembro de 2016.

**Gráfico 5.11 – Inflação de serviços - RMC**

Variação % em 12 meses



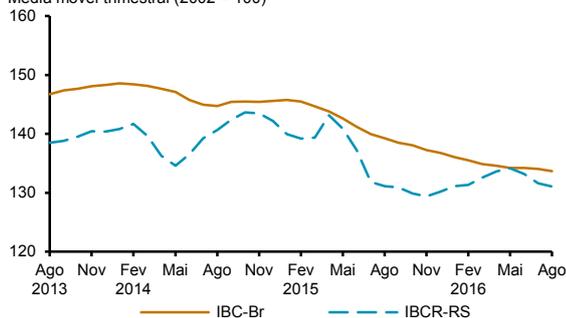
Fonte: IBGE e BCB

A trajetória do IPCA da Região Metropolitana de Curitiba indica continuidade do processo de desinflação. O indicador variou 0,48% no terceiro trimestre (1,49% no segundo), resultado de desaceleração dos preços livres e de queda dos preços administrados, que repercutiu o impacto do recuo de 11,19% na tarifa de energia elétrica residencial. A evolução dos preços livres decorreu, principalmente, da dissipação da alta nos preços de alimentação e da desaceleração da inflação subjacente no setor de serviços. O índice de difusão atingiu média de 51,2% no trimestre encerrado em setembro (58,1% em igual período de 2015).

## Rio Grande do Sul

**Gráfico 5.12 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul**

Dados dessazonalizados  
Média móvel trimestral (2002 = 100)



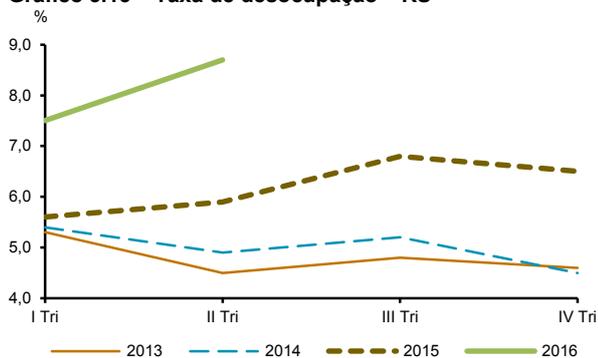
O PIB do estado recuou 3,1% no segundo trimestre de 2016, ante retração de 4,4% no trimestre anterior, em relação a iguais trimestres do ano anterior, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). A moderação repercutiu retrações menos intensas em todos os setores, com destaque para os crescimentos da construção e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), no âmbito da indústria. Indicador mais tempestivo da atividade econômica, o IBCR-RS diminuiu 2,3% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao encerrado em maio, quando havia crescido 2,1% na mesma base de comparação, favorecido pelo impacto da concentração de colheitas, sobretudo da soja e do milho.

Sob a ótica da demanda, o volume de serviços não financeiros repercutiu a retomada gradual da atividade industrial e a colheita das safras de verão. Nesse contexto, o indicador registrou arrefecimento do ritmo de retração no trimestre até agosto, segundo dados da PMS do IBGE.

As despesas com consumo seguem influenciadas pelo reduzido dinamismo do mercado de crédito e pelo processo de distensão no mercado de trabalho, com redução da massa de rendimentos e do rendimento médio. Nesse cenário, as vendas do comércio ampliado permaneceram, na margem, em declínio no trimestre até agosto (-1,0%), mas em intensidade menor do que no trimestre finalizado em maio (-2,3%), contribuindo para a melhora da confiança dos empresários – o indicador Icec atingiu 89,8 pontos no terceiro trimestre do ano, ante 82,8 pontos no trimestre.

De fato, o mercado de trabalho do estado segue contribuindo negativamente para o desempenho do comércio, embora registre resultados menos desfavoráveis na margem. Nesse sentido, segundo o Caged, houve corte de 24,2 mil postos formais no trimestre encerrado em agosto (44,6 mil em igual trimestre de 2015), período em que o nível de emprego formal recuou 0,6% (retração de 0,9% no trimestre finalizado em maio), dados dessazonalizados. Adicionalmente, de acordo com a PNADC do IBGE, a taxa de desocupação atingiu 8,7% no segundo trimestre, ante 7,5% no anterior, aumento decorrente de redução da população ocupada e crescimento da PEA, com impactos negativos sobre o rendimento médio e a massa salarial.

**Gráfico 5.13 – Taxa de desocupação – RS**



Fonte: IBGE (PNADC)

Nesse cenário, o ICF, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), seguiu em trajetória declinante e registrou 57 pontos no trimestre encerrado em setembro, mantendo-se na zona que denota falta de confiança (abaixo de 100 pontos). Esse desempenho refletiu reduções nos indicadores que avaliam a confiança de consumidores com renda de até dez salários mínimos e de renda superior a dez salários mínimos.

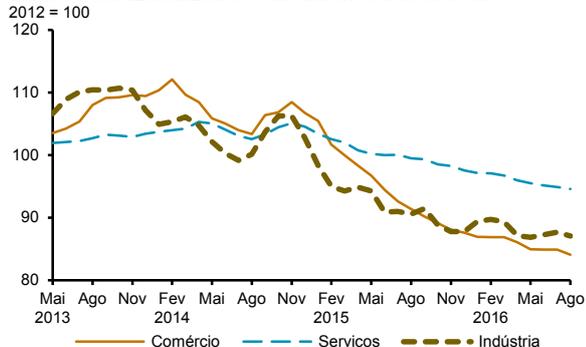
O desempenho do mercado de crédito também contribuiu para o reduzido dinamismo dos gastos com consumo. O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil retraiu, em agosto, 1,7% no trimestre e 1,0% em doze meses, com recuo mais acentuado no segmento de pessoas jurídicas, sobretudo pela redução das operações junto à indústria de alimentos e bebidas e do comércio. A relativa estabilidade na inadimplência das operações de crédito, que atingiu 3,4% no período, refletiu redução no segmento de pessoas físicas e ampliação no de jurídicas.

Ressalte-se que o menor dinamismo das operações de crédito envolvendo o segmento de pessoas jurídicas não impediu a reação da indústria, em ambiente de crescimentos da produção e das compras do setor, e de melhora nas perspectivas dos empresários. A produção industrial aumentou, na margem, 0,3% no trimestre encerrado em agosto, ante retração de 3,2% no trimestre finalizado em maio, destacando-se o desempenho do segmento metal-mecânico, conforme a PIM, IBGE. Na mesma base de comparação, segundo a Fiergs, as compras da indústria aumentaram 3,0%, embora os estoques de produtos finais tenham permanecido acima do planejado, evolução consistente com o crescimento do Iceli no terceiro trimestre, com destaque para a melhora das expectativas empresariais para os próximos seis meses. Apesar da recuperação da atividade, a indústria do estado segue operando com elevada ociosidade – o NUCI atingiu média de 78,2% no trimestre até agosto (78,9% no findo em maio), série dessazonalizada.

Ainda no âmbito da oferta, a safra de grãos gaúcha – importante vetor de dinamismo da economia local – deverá atingir 31,4 milhões de toneladas em 2016 (17,1% da produção nacional), recuando 1,4% no ano, apesar do recorde na safra de soja. O VBP real dos principais produtos agrícolas gaúchos deverá diminuir 0,5% em 2016, conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

**Gráfico 5.14 – Comércio, serviços e indústria - RS**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

**Tabela 5.10 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul**

Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		Variação % 2016/2015
		Produção <sup>2/</sup> 2015	2016	
Grãos	75,7	31 821	31 381	-1,4
Soja	47,2	15 700	16 190	3,1
Arroz	18,5	8 679	7 504	-13,5
Milho	6,6	5 564	4 724	-15,1
Trigo	2,1	1 392	2 182	56,7
Feijão	0,7	96	88	-7,9
Outras lavouras				
Fumo	8,9	415	324	-22,0
Mandioca	3,3	1 155	1 105	-4,3
Uva	2,4	876	416	-52,6
Maçã	1,7	599	485	-18,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2015.

2/ Estimativa segundo o LSPA de setembro de 2016.

**Tabela 5.11 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-setembro**

Discriminação	US\$ milhões		
	Valor		Var. %
	2015	2016	
Agricultura e pecuária	3 938	3 656	-7,2
Indústria de transformação <sup>1/</sup>	9 613	8 804	-8,4
Alimentos e bebidas	2 908	2 666	-8,3
Produtos químicos	1 406	1 223	-13,0
Fumo	1 171	1 065	-9,1
Calçados e couros	722	734	1,7
Veículos	673	705	4,8
Máquinas e equipamentos	637	587	-7,8
Celulose, papel e prod de papel	190	475	150,0
Produtos de metal	292	291	-0,3
Borracha e plástico	240	219	-8,8
Madeira	99	129	30,3
Móveis	134	128	-4,5

Fonte: MDIC/Secex

1/ Itens selecionados.

A relevante participação da soja nas vendas externas contribuiu para que o *superavit* da balança comercial do estado aumentasse 14,0% nos nove primeiros meses do ano, em bases interanuais. Ressalte-se que esta expansão foi condicionada, em especial, pela retração de 24,6% nas importações (-16,8% nos preços e -9,4% no *quantum*), compatível com o cenário de retração da renda interna e da indústria, no período considerado.

O IPCA na região metropolitana de Porto Alegre evidenciou desaceleração da inflação no estado. O indicador variou 1,13% no terceiro trimestre do ano, ante 1,85% no segundo, evolução associada, em especial, às desacelerações, de 2,08% para 0,92%, dos preços livres, e de 2,03% para 1,10% na inflação subjacente no setor de serviços. O índice de difusão atingiu 51,7%, ante 61,0% em setembro de 2015.

## Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

**Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC**  
Brasil e regiões<sup>1/</sup>

Discriminação	%				
	2015		2016		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	-2,4	-1,4	-1,3	-0,9	-0,4
Norte	-1,4	-1,6	-1,3	1,1	1,0
Nordeste	-2,4	-1,8	-1,7	-1,5	-1,0
Centro-Oeste	-0,7	-1,4	0,1	-1,5	-2,1
Sudeste	-2,1	-0,3	-1,8	0,3	0,5
Sul	-4,8	-0,9	-0,2	1,5	-1,1

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

**Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas**

Brasil e regiões<sup>1/</sup>

Discriminação	Variação percentual				
	2015		2016		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
<b>Comércio varejista</b>					
Brasil	-2,6	-0,8	-3,0	-0,9	-0,9
Norte	-3,8	-1,5	-4,6	-3,5	-2,4
Nordeste	-3,7	-1,2	-3,5	-2,5	-2,3
Centro-Oeste	-2,0	-1,9	-3,4	-2,8	-1,6
Sudeste	-1,9	-0,3	-2,7	-0,7	0,1
Sul	-3,3	-2,0	-1,7	-0,8	-0,1
<b>Comércio ampliado</b>					
Brasil	-2,9	-2,9	-1,7	-2,3	-2,4
Norte	-4,4	-3,6	-2,0	-4,4	-3,3
Nordeste	-4,3	-4,2	-2,6	-2,8	-2,0
Centro-Oeste	-2,4	-5,7	-1,6	-2,7	-2,9
Sudeste	-1,3	-1,9	-1,8	-2,3	-2,7
Sul	-4,4	-3,3	-1,9	-0,9	-0,8

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

A evolução recente de importantes indicadores da atividade, em âmbito nacional e regional, evidencia o processo de estabilização da atividade econômica do país (Tabela 6.1). Regionalmente esse movimento vem ocorrendo de forma heterogênea, mostrando-se menos relevante nas regiões em que a atividade agrícola detém maior representatividade e mais intenso naquelas em que a indústria apresentou sinais mais expressivos de resiliência. Nesse contexto, destacaram-se, nos trimestres encerrados em maio e em agosto, as recuperações nos IBCR do Sudeste e do Norte.

A análise dos indicadores de demanda ratifica os impactos negativos dos processos de distensão do mercado de trabalho e de maior restrição no mercado de crédito sobre a trajetória das vendas do comércio, movimentos que se delineiam desde meados de 2015. Destaque-se que enquanto a retração da renda real sensibiliza as vendas de maneira geral, as condições do crédito têm impactado com mais intensidade as vendas de bens de maior valor agregado. Nesse sentido, a desagregação das vendas do comércio ampliado mostra que embora venham ocorrendo retrações nos segmentos mais dependentes da evolução da renda e nos vinculados ao dinamismo do mercado de crédito, o movimento é mais intenso no segundo grupo (Tabela 6.2). De fato, as vendas do comércio ampliado, influenciadas principalmente pela retração da comercialização de veículos no Sudeste, no Sul e no Centro-Oeste, recuaram mais intensamente que as do comércio varejista, no trimestre finalizado em agosto, período em que se destacaram, ainda, as diminuições das vendas de móveis e eletrodomésticos, principalmente no Nordeste, e de combustíveis e lubrificantes.

Cabe apontar que, de acordo com a evolução do Indicador da Confiança do Empresário do Comércio, calculado pela CNC, as perspectivas para o setor são positivas, particularmente no Norte. Nesse sentido, os indicadores em nível nacional e regionais registram trajetória ascendente, movimento impulsionado, em especial, pelo desempenho dos sub-índices

**Tabela 6.3 – Volume de serviços**Brasil e regiões<sup>1/</sup>

Discriminação	%				
	2015		2016		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	-1,4	-1,5	-1,7	-0,7	-0,6
Norte	-0,6	-2,2	-1,9	-2,4	-2,5
Nordeste	-2,2	-1,2	-2,0	-2,1	-2,3
Centro-Oeste	1,7	-0,5	0,9	-5,2	-0,9
Sudeste	-1,9	-1,6	-0,6	-1,1	0,1
Sul	-1,0	-1,0	-0,9	-2,6	-1,1

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

**Tabela 6.4 – Operações de crédito do SFN<sup>1/</sup>**

Agosto de 2016

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 544	1 512	3 056	-2,6	0,9	-0,9	-4,1	4,2	-0,1
Norte	43	73	116	-2,4	1,4	-0,1	-7,9	5,3	0,0
Nordeste	161	239	399	-2,8	1,4	-0,3	-5,7	5,4	0,6
Centro-Oeste	133	191	324	-3,0	0,6	-0,9	-5,3	4,7	0,3
Sudeste	969	705	1 674	-2,5	1,1	-1,1	-3,0	3,5	-0,3
Sul	239	304	543	-2,3	0,3	-0,9	-5,8	4,5	-0,3

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 6.5 – Inadimplência do crédito do SFN<sup>1/</sup>**

Agosto de 2016

Discriminação	Inadimplência			Variação em p.p.					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	3,0	3,9	3,5	-0,0	-0,2	-0,1	0,6	0,3	0,5
Norte	5,4	4,7	5,0	-0,2	-0,3	-0,3	0,8	0,4	0,5
Nordeste	3,9	4,8	4,5	-0,2	-0,2	-0,2	0,7	0,4	0,5
Centro-Oeste	3,5	3,6	3,5	-0,2	0,0	-0,1	0,9	0,4	0,6
Sudeste	2,5	4,1	3,2	0,0	-0,3	-0,0	0,5	0,2	0,4
Sul	3,6	3,0	3,3	-0,2	-0,2	-0,2	0,8	0,2	0,5

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil com pelo menos uma parcela em atraso superior a 90 dias.

**Tabela 6.6 – Geração de postos de trabalho<sup>1/</sup>**

Discriminação	Mil				
	2015		2016		
	Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	-355,6	-395,4	-800,5	-254,2	-219,7
Norte	-12,4	-35,6	-49,0	-22,2	-10,2
Nordeste	-42,9	-7,5	-159,8	-92,4	-16,4
Centro-Oeste	-5,3	-48,5	-48,3	-2,1	-1,7
Sudeste	-191,4	-244,9	-453,3	-99,3	-144,0
Sul	-103,6	-58,9	-90,1	-38,2	-47,5

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

relativos às expectativas quanto à evolução do setor e da empresa. O índice de Intenção de Consumo da Famílias, também calculado pela CNC, embora apresente menor dinamismo, também registra evolução favorável, em especial no Centro-Oeste.

Acompanhando a evolução do comércio varejista, a retração do volume de serviços não financeiros apresentou acomodação, na margem, no trimestre terminado em agosto, comparativamente ao encerrado em maio, de acordo com dados dessazonalizados (Tabela 6.3). A evolução mais favorável ocorreu no Sudeste, apoiada no crescimento no segmento de informações e comunicação e no menor recuo no de serviços prestados às famílias.

Relativamente aos principais condicionantes da evolução dos indicadores de demanda, o mercado de crédito segue mostrando dinamismo reduzido, em ambiente de maior aversão ao risco por parte dos ofertantes e redução da renda das famílias. O saldo das operações<sup>19</sup> recuou na margem, no trimestre encerrado em agosto, destacando-se, no segmento de pessoas físicas, as elevações no Norte, Nordeste e Sudeste, e no segmento de pessoas jurídicas, as retrações no Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste.

A taxa de inadimplência dessas operações diminuiu, na mesma base de comparação. Ocorreram recuos generalizados, nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, em todas as regiões do país.

A distensão no mercado de trabalho nos últimos trimestres, consistente com o menor dinamismo da atividade econômica, segue impactando negativamente as vendas do comércio varejista e a absorção de serviços. A taxa de desocupação no país aumentou 3,0 p.p., para 11,3%, no segundo trimestre do ano, em relação a igual período de 2015, refletindo variações de -1,5% na população ocupada e de 1,8% na força de trabalho, com ênfase no aumento de 3,4 p.p. registrado no Sudeste.

Adicionalmente, estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE), relacionadas ao mercado de trabalho formal, indicam a eliminação de 219,709 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em agosto (355.647 em igual período de 2015), destacando-se a redução no corte de vagas no comércio, exceto no Nordeste e no Centro-Oeste, e o aumento das demissões na construção civil, em

19/ Consideram-se as operações superiores a R\$ 1 mil registradas no Sistema de Informações de Crédito (SCR).

**Tabela 6.7 – Taxa de desocupação**

Discriminação <sup>1/</sup>	%				
	2015		2016		
	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
Brasil	8,3	8,9	9,0	10,9	11,3
Norte	8,5	8,8	8,7	10,5	11,2
Nordeste	10,3	10,8	10,5	12,8	13,2
Centro-Oeste	7,4	7,5	7,4	9,7	9,7
Sudeste	8,3	9,0	9,6	11,4	11,7
Sul	5,5	6,0	5,7	7,3	8,0

Fonte: IBGE

1/ Taxa trimestral.

**Tabela 6.8 – Produção física da indústria**Brasil e regiões<sup>1/</sup>

Discriminação	Peso <sup>2/</sup>	%				
		2015		2016		
		Ago	Nov	Fev	Mai	Ago
Brasil	100,0	-3,1	-3,6	-2,9	0,0	0,7
Norte	5,9	-4,1	0,6	-0,8	3,6	1,2
Nordeste	9,5	0,1	-3,8	-3,1	3,0	-0,9
Centro-Oeste	3,5	4,7	-3,6	-1,8	0,1	0,5
Sudeste	62,7	-3,1	-3,9	-3,0	1,7	0,5
Sul	18,5	-3,2	-2,9	-1,6	0,3	0,6

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

especial no Sudeste, em linha com o final das obras relacionadas às Olimpíadas. A análise por setor evidencia, ainda, continuidade da eliminação de postos formais no segmento de serviços e expressiva redução no ritmo de demissões na indústria de transformação.

A evolução do emprego na indústria mostra-se compatível com os resultados recentes do setor – após recuar, na margem, desde o trimestre encerrado em dezembro de 2014, a produção física da indústria manteve-se estável no trimestre finalizado em maio e cresceu 0,7% no terminado em agosto. A indústria extrativa registrou expansões respectivas de 0,3% e 1,4% nos trimestres mencionados, destacando-se os crescimentos nos segmentos minério de ferro, no Norte, e petróleo e gás, no Nordeste e no Sudeste, com ganhos de produtividade. A indústria de transformação cresceu 0,2% e 0,6%, respectivamente, nos trimestres considerados, evolução favorecida pela recuperação das indústrias de veículos automotores e de outros equipamentos de transporte, em especial no Sudeste e no Sul<sup>20</sup>.

A evolução recente dos indicadores de confiança dos empresários sugere perspectivas favoráveis para a indústria. Nesse sentido, o Icei atingiu 53,7 pontos em setembro (51,5 pontos em agosto e 35,7 pontos em setembro de 2015), melhora associada, em especial, aos desempenhos dos indicadores do Sul, Norte e Nordeste. Ressalte-se, em nível nacional e regional, o aumento da confiança nos componentes de expectativas quanto à economia e à empresa.

O ambiente de retração da atividade interna, embora com relativa estabilidade nos meses recentes, e o cenário de recuperação moderada da economia dos principais parceiros bilaterais repercutiu na trajetória da balança comercial do país, que registrou *superavit* de US\$36,2 bilhões nos nove primeiros meses do ano (US\$10,2 bilhões em igual período de 2015). As importações recuaram 24,0% e as exportações, 4,5%, impactadas por retração dos preços.

Houve melhora nos resultados comerciais em todas as regiões, com ênfase na reversão, de *deficit* de US\$2,1 bilhões para *superavit* de US\$11,3 bilhões, registrada no Sudeste. Relativamente às importações, sobressaíram as reduções nas de combustíveis e lubrificantes e de bens de consumo duráveis, em todas as regiões, e nas de bens de

**Tabela 6.9 – Balança comercial regional – FOB**

Janeiro-Setembro

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Total	144,5	139,4	134,3	103,2	10,2	36,2
Norte	10,1	9,4	8,9	5,9	1,3	3,5
Nordeste	10,8	9,4	17,2	14,0	-6,4	-4,7
Centro-Oeste	18,1	19,4	7,3	5,8	10,7	13,6
Sudeste	71,0	67,2	73,0	55,9	-2,1	11,3
Sul	31,1	30,0	27,7	21,6	3,4	8,4
Outros <sup>1/</sup>	3,4	4,1	0,1	0,0	3,3	4,1

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

20/ Assinale-se que a série de produção de veículos automotores no Nordeste não é ainda passível de dessazonalização.

**Tabela 6.10 – IPCA**  
Variação trimestral<sup>1/</sup>

Discriminação	Peso	2015		2016			%
		Set	Dez	Mar	Jun	Set	
<b>IPCA</b>							
Brasil	100,0	1,39	2,82	2,62	1,75	1,04	
Norte	4,2	0,38	3,76	2,72	2,03	1,28	
Nordeste	14,8	1,03	2,88	2,86	1,95	1,17	
Centro-Oeste	7,1	1,42	3,34	2,25	1,26	1,21	
Sudeste	57,6	1,44	2,68	2,58	1,77	1,02	
Sul	16,3	1,78	2,74	2,70	1,68	0,82	
<b>Livres</b>							
Brasil		1,06	2,74	2,89	1,56	1,21	
Norte		0,08	3,73	3,66	2,20	1,24	
Nordeste		0,99	3,04	3,29	1,45	1,18	
Centro-Oeste		0,75	3,05	2,56	1,48	1,14	
Sudeste		1,04	2,58	2,81	1,48	1,29	
Sul		1,56	2,64	2,73	1,88	0,93	
<b>Monitorados</b>							
Brasil		2,43	3,04	1,78	2,34	0,53	
Norte		1,45	3,81	-0,60	1,46	1,46	
Nordeste		1,17	2,30	1,31	3,76	1,15	
Centro-Oeste		3,53	4,23	1,28	0,56	1,40	
Sudeste		2,65	2,97	1,91	2,66	0,21	
Sul		2,49	3,06	2,62	1,02	0,46	

Fonte: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

capital, no Sul. No âmbito das exportações, destaque para o melhor desempenho das de básicos, no Norte e no Sudeste, onde também aumentaram as vendas de semimanufaturados.

O cenário de retração da atividade econômica e os primeiros resultados positivos do processo de ajuste em curso na economia do país vem contribuindo para a continuidade do processo de desinflação, iniciado no começo de 2016. No terceiro trimestre do ano esse movimento ocorreu com intensidade semelhante em todas as regiões, exceto no Centro-Oeste, onde a inflação registrou relativa estabilidade em relação ao trimestre anterior.

A desaceleração dos preços livres foi mais acentuada no Sul e no Norte, embora nesta região ocorressem, ainda, aumentos em itens do grupo alimentos importantes na cesta de consumo local. A variação dos preços monitorados recuou acentuadamente no Sudeste e no Nordeste, repercutindo, em especial, retrações no preço da gasolina. A inflação de serviços também tem apresentado trajetória declinante na margem, ressaltando-se que a inflação subjacente do grupo, embora em patamar mais elevado, registra, de modo geral, tendência de redução mais acentuada<sup>21</sup>.

Considerados intervalos de doze meses até setembro, a inflação do Norte e do Nordeste foi mais elevada do que a nacional, desempenho associado, essencialmente, ao impacto dos preços dos alimentos, que possuem maior peso na cesta de consumo naquelas regiões e tendem a ser mais voláteis. A variação dos preços de serviços tem apresentado declínio gradual.

21/ Conceito e metodologia referentes à inflação subjacente de serviços podem ser encontrados no boxe "Inflação no setor de serviços", publicado no Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil em setembro de 2016.

## Evolução regional da indústria: uma abordagem com foco no porte das empresas

Este boxe analisa a estrutura e a evolução da indústria nas distintas regiões geográficas do país, no período de 2007 a 2014, com ênfase nas trajetórias do Valor da Transformação Industrial real (VTI), do pessoal ocupado na indústria, da produtividade e do Custo Real por Pessoa Ocupada (CRPO). Objetivando identificar o impacto do tamanho das empresas sobre seu desempenho nos últimos anos, as mesmas foram segmentadas em dois grupos, de acordo com o número de empregados, no âmbito deste estudo - as empresas com 5 a 99 empregados constituem o Grupo A e aquelas com 100 ou mais empregados, o Grupo B. A média de empregados nos respectivos grupos atingiu 18 e 365, no período considerado.

O VTI<sup>1</sup> cresceu 25,6% no Brasil, de 2007 a 2014, impulsionado pela expansão de 37,0% nas empresas do Grupo A (Tabela 1). O aumento mais acentuado

**Tabela 1 - VTI - taxas de crescimento**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2007-2014
<b>Brasil</b>	<b>14,0%</b>	<b>-11,0%</b>	<b>17,3%</b>	<b>5,5%</b>	<b>0,0%</b>	<b>3,1%</b>	<b>-3,0%</b>	<b>25,6%</b>
Grupo A	8,2%	-2,0%	11,8%	6,1%	4,5%	-1,7%	6,0%	37,0%
Grupo B	15,3%	-12,9%	18,6%	5,3%	-1,0%	4,3%	-5,0%	22,9%
<b>Norte</b>	<b>14,2%</b>	<b>-13,5%</b>	<b>33,5%</b>	<b>4,6%</b>	<b>-9,4%</b>	<b>7,3%</b>	<b>-6,5%</b>	<b>25,3%</b>
Grupo A	10,8%	-21,3%	15,8%	1,0%	21,8%	0,5%	-0,2%	24,6%
Grupo B	14,8%	-12,3%	36,0%	5,0%	-13,0%	8,4%	-7,5%	25,4%
<b>Nordeste</b>	<b>14,5%</b>	<b>-9,9%</b>	<b>11,8%</b>	<b>6,0%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,1%</b>	<b>2,8%</b>	<b>29,0%</b>
Grupo A	15,4%	8,0%	14,9%	15,1%	9,3%	-1,9%	5,8%	87,0%
Grupo B	14,4%	-13,1%	11,2%	4,0%	-0,5%	2,0%	2,1%	19,0%
<b>Sudeste</b>	<b>13,8%</b>	<b>-13,2%</b>	<b>17,5%</b>	<b>5,1%</b>	<b>-0,6%</b>	<b>1,6%</b>	<b>-4,4%</b>	<b>17,7%</b>
Grupo A	5,3%	-2,1%	10,8%	5,6%	2,0%	-3,6%	6,3%	26,0%
Grupo B	15,6%	-15,3%	19,0%	5,0%	-1,2%	2,7%	-6,6%	15,9%
<b>Sul</b>	<b>13,3%</b>	<b>-7,4%</b>	<b>13,7%</b>	<b>6,6%</b>	<b>1,4%</b>	<b>7,0%</b>	<b>-1,3%</b>	<b>36,2%</b>
Grupo A	10,9%	-3,8%	13,5%	5,7%	3,5%	2,9%	5,3%	43,6%
Grupo B	14,1%	-8,6%	13,8%	6,9%	0,7%	8,4%	-3,4%	33,8%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>20,0%</b>	<b>8,7%</b>	<b>17,5%</b>	<b>6,4%</b>	<b>14,6%</b>	<b>6,7%</b>	<b>0,4%</b>	<b>100,1%</b>
Grupo A	17,9%	9,7%	6,7%	1,7%	16,4%	-3,5%	10,0%	73,4%
Grupo B	20,7%	8,3%	21,2%	7,8%	14,1%	9,7%	-2,1%	109,4%

Fonte: IBGE

1/ São considerados dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), a preços de 2014. Utilizados como deflatores os IPCA regionais.

ocorreu no Centro-Oeste (100,1%), única região com crescimento em todos os anos considerados, e o mais reduzido, no Sudeste (17,7%). A segmentação de acordo com o número de empregados revela que o VTI das empresas do Grupo A registrou a maior expansão no Nordeste (87,0%), enquanto o VTI das empresas do Grupo B cresceu mais acentuadamente no Centro-Oeste (109,4%).

O aumento do VTI do Centro-Oeste repercutiu em sua participação no indicador do país, que passou de 3,4%, em 2007, para 5,5%, em 2014, contrastando com o recuo de 3,9 p.p. registrado, no mesmo período, na participação do VTI do Sudeste. Ressalte-se que, embora apenas o VTI do Sudeste apresentasse recuo na participação no indicador do país, no período considerado, sua participação persistiu a mais elevada, atingindo 58,4% em 2014 (Tabela 2).

**Tabela 2 - VTI - Participação regional das empresas dos Grupos A e B**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Brasil</b>	<b>100,0%</b>							
Grupo A	18,7%	17,7%	19,5%	18,6%	18,7%	19,6%	18,7%	20,4%
Grupo B	81,3%	82,3%	80,5%	81,4%	81,3%	80,4%	81,3%	79,6%
<b>Norte</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,5%</b>	<b>6,2%</b>
Grupo A	13,9%	13,5%	12,2%	10,6%	10,3%	13,8%	12,9%	13,8%
Grupo B	86,1%	86,5%	87,8%	89,4%	89,7%	86,2%	87,1%	86,2%
<b>Nordeste</b>	<b>9,6%</b>	<b>9,7%</b>	<b>9,8%</b>	<b>9,4%</b>	<b>9,4%</b>	<b>9,5%</b>	<b>9,3%</b>	<b>9,9%</b>
Grupo A	14,6%	14,8%	17,7%	18,2%	19,7%	21,3%	20,6%	21,2%
Grupo B	85,4%	85,2%	82,3%	81,8%	80,3%	78,7%	79,4%	78,8%
<b>Sudeste</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,2%</b>	<b>60,7%</b>	<b>60,8%</b>	<b>60,6%</b>	<b>60,2%</b>	<b>59,3%</b>	<b>58,4%</b>
Grupo A	17,6%	16,3%	18,3%	17,3%	17,4%	17,8%	16,9%	18,8%
Grupo B	82,4%	83,7%	81,7%	82,7%	82,6%	82,2%	83,1%	81,2%
<b>Sul</b>	<b>18,4%</b>	<b>18,3%</b>	<b>19,0%</b>	<b>18,5%</b>	<b>18,7%</b>	<b>18,9%</b>	<b>19,6%</b>	<b>20,0%</b>
Grupo A	24,7%	24,2%	25,2%	25,1%	24,9%	25,4%	24,4%	26,1%
Grupo B	75,3%	75,8%	74,8%	74,9%	75,1%	74,6%	75,6%	73,9%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>3,4%</b>	<b>3,6%</b>	<b>4,4%</b>	<b>4,4%</b>	<b>4,5%</b>	<b>5,1%</b>	<b>5,3%</b>	<b>5,5%</b>
Grupo A	25,8%	25,4%	25,6%	23,3%	22,3%	22,6%	20,4%	22,4%
Grupo B	74,2%	74,6%	74,4%	76,7%	77,7%	77,4%	79,6%	77,6%

Fonte: IBGE

O emprego industrial do Centro-Oeste, acompanhando a trajetória do VTI da região, cresceu acentuadamente no período analisado (46,6%), destacando-se a expansão no Grupo B. Em relação ao emprego industrial nas demais regiões, destaque para o aumento modesto no Sudeste, compatível com a evolução do respectivo VTI, e para o crescimento relevante no segmento de empresas de menor porte, no Nordeste (Tabela 3).

**Tabela 3 - Pessoal Ocupado na Indústria - taxas de crescimento**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2007-2014
<b>Brasil</b>	<b>4,8%</b>	<b>0,9%</b>	<b>7,3%</b>	<b>2,8%</b>	<b>0,7%</b>	<b>3,0%</b>	<b>-1,5%</b>	<b>19,1%</b>
Grupo A	6,3%	1,5%	4,7%	2,3%	-0,3%	0,8%	0,6%	16,8%
Grupo B	3,7%	0,5%	9,1%	3,2%	1,4%	4,4%	-2,9%	20,6%
<b>Norte</b>	<b>3,4%</b>	<b>-5,1%</b>	<b>9,0%</b>	<b>8,6%</b>	<b>-2,0%</b>	<b>8,4%</b>	<b>-1,6%</b>	<b>21,5%</b>
Grupo A	5,0%	-5,9%	6,2%	5,1%	-3,1%	5,9%	0,6%	13,8%
Grupo B	2,5%	-4,7%	10,6%	10,5%	-1,4%	9,7%	-2,7%	25,7%
<b>Nordeste</b>	<b>4,0%</b>	<b>4,3%</b>	<b>8,9%</b>	<b>3,7%</b>	<b>-4,3%</b>	<b>6,6%</b>	<b>-3,2%</b>	<b>21,1%</b>
Grupo A	7,4%	3,2%	11,2%	8,4%	-10,6%	13,4%	-0,4%	34,9%
Grupo B	2,3%	4,9%	7,7%	1,1%	-0,6%	3,1%	-4,8%	14,0%
<b>Sudeste</b>	<b>5,4%</b>	<b>-0,4%</b>	<b>7,1%</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,4%</b>	<b>0,3%</b>	<b>-1,5%</b>	<b>14,9%</b>
Grupo A	6,9%	0,4%	2,3%	0,9%	0,9%	-3,1%	1,0%	9,5%
Grupo B	4,3%	-0,9%	10,6%	2,7%	1,8%	2,5%	-3,1%	18,7%
<b>Sul</b>	<b>3,5%</b>	<b>1,3%</b>	<b>6,7%</b>	<b>2,9%</b>	<b>1,2%</b>	<b>5,0%</b>	<b>-0,7%</b>	<b>21,4%</b>
Grupo A	4,8%	2,3%	5,9%	1,9%	2,3%	2,3%	1,4%	22,7%
Grupo B	2,5%	0,5%	7,4%	3,7%	0,3%	7,2%	-2,3%	20,4%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>7,3%</b>	<b>8,7%</b>	<b>6,6%</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,7%</b>	<b>7,3%</b>	<b>-1,5%</b>	<b>46,6%</b>
Grupo A	5,6%	11,0%	8,1%	3,4%	0,1%	3,5%	-5,4%	28,4%
Grupo B	8,6%	7,0%	5,5%	7,2%	10,0%	10,1%	1,1%	60,9%

Fonte: IBGE

A participação do emprego industrial regional no agregado nacional registrou relativa estabilidade de 2007 a 2014, ocorrendo recuo de 1,9 p.p. na participação do emprego do Sudeste e aumento de 1,1 p.p. na do Centro-Oeste (Tabela 4).

**Tabela 4 - Participação regional do Pessoal Ocupado na Indústria nos Grupos A e B**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Brasil</b>	<b>100,0%</b>							
Grupo A	40,8%	41,4%	41,6%	40,6%	40,4%	40,0%	39,2%	40,0%
Grupo B	59,2%	58,6%	58,4%	59,4%	59,6%	60,0%	60,8%	60,0%
<b>Norte</b>	<b>3,6%</b>	<b>3,5%</b>	<b>3,3%</b>	<b>3,4%</b>	<b>3,6%</b>	<b>3,5%</b>	<b>3,7%</b>	<b>3,7%</b>
Grupo A	35,6%	36,1%	35,8%	34,9%	33,8%	33,4%	32,6%	33,3%
Grupo B	64,4%	63,9%	64,2%	65,1%	66,2%	66,6%	67,4%	66,7%
<b>Nordeste</b>	<b>12,7%</b>	<b>12,6%</b>	<b>13,0%</b>	<b>13,2%</b>	<b>13,3%</b>	<b>12,7%</b>	<b>13,1%</b>	<b>12,9%</b>
Grupo A	33,8%	34,9%	34,5%	35,2%	36,9%	34,4%	36,6%	37,7%
Grupo B	66,2%	65,1%	65,5%	64,8%	63,1%	65,6%	63,4%	62,3%
<b>Sudeste</b>	<b>53,7%</b>	<b>54,0%</b>	<b>53,3%</b>	<b>53,2%</b>	<b>52,8%</b>	<b>53,1%</b>	<b>51,8%</b>	<b>51,8%</b>
Grupo A	41,3%	42,0%	42,3%	40,4%	40,0%	39,8%	38,4%	39,4%
Grupo B	58,7%	58,0%	57,7%	59,6%	60,0%	60,2%	61,6%	60,6%
<b>Sul</b>	<b>25,3%</b>	<b>25,0%</b>	<b>25,1%</b>	<b>25,0%</b>	<b>25,0%</b>	<b>25,1%</b>	<b>25,6%</b>	<b>25,8%</b>
Grupo A	43,2%	43,8%	44,2%	43,9%	43,4%	43,9%	42,8%	43,7%
Grupo B	56,8%	56,2%	55,8%	56,1%	56,6%	56,1%	57,2%	56,3%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>4,8%</b>	<b>4,9%</b>	<b>5,2%</b>	<b>5,2%</b>	<b>5,4%</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,9%</b>
Grupo A	44,0%	43,3%	44,3%	44,9%	44,0%	41,7%	40,2%	38,6%
Grupo B	56,0%	56,7%	55,7%	55,1%	56,0%	58,3%	59,8%	61,4%

Fonte: IBGE

Ao final do período considerado, o VTI e pessoal empregado na indústria permaneceram concentrados no Sudeste (58,4% e 51,8%, respectivamente), seguindo-se a representatividade do Sul (20,0% e 25,8%, na ordem).

Ressalte-se, no entanto, a discrepância entre as participações do VTI e do pessoal ocupado nas empresas dos Grupos A e B – a participação do VTI das empresas de menor porte é mais reduzido, em nível nacional e em todas as regiões, do que a do pessoal empregado, sugerindo a ocorrência de produtividade do trabalho mais elevada nas empresas do Grupo B.

A produtividade do trabalho<sup>2</sup> é maior, em âmbito nacional e regional, nas empresas do Grupo B, e apresenta diferenças inter-regionais acentuadas, resultado da combinação de diferentes especializações, padrão salarial distinto e níveis heterogêneos de intensidade de capital envolvido (Tabela 5).

**Tabela 5 - Produtividade<sup>1/</sup>**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2007-2014
<b>Brasil</b>	<b>125,8</b>	<b>136,9</b>	<b>120,8</b>	<b>132,0</b>	<b>135,4</b>	<b>134,4</b>	<b>134,7</b>	<b>132,7</b>	<b>5,5%</b>
Grupo A	57,6	58,7	56,7	60,5	62,8	65,8	64,2	67,6	17,3%
Grupo B	172,8	192,2	166,5	180,9	184,7	180,2	180,1	176,1	1,9%
<b>Norte</b>	<b>218,5</b>	<b>241,5</b>	<b>220,0</b>	<b>269,5</b>	<b>259,4</b>	<b>239,8</b>	<b>237,3</b>	<b>225,5</b>	<b>3,2%</b>
Grupo A	85,2	89,9	75,2	82,0	78,8	99,1	94,0	93,3	9,5%
Grupo B	292,2	327,2	300,9	370,0	351,5	310,3	306,6	291,5	-0,2%
<b>Nordeste</b>	<b>95,6</b>	<b>105,3</b>	<b>90,9</b>	<b>93,3</b>	<b>95,4</b>	<b>101,1</b>	<b>95,9</b>	<b>101,9</b>	<b>6,6%</b>
Grupo A	41,4	44,5	46,6	48,1	51,1	62,5	54,0	57,4	38,6%
Grupo B	123,3	137,8	114,2	117,9	121,3	121,4	120,1	128,8	4,4%
<b>Sudeste</b>	<b>146,2</b>	<b>157,8</b>	<b>137,5</b>	<b>150,9</b>	<b>155,6</b>	<b>152,4</b>	<b>154,3</b>	<b>149,7</b>	<b>2,4%</b>
Grupo A	62,2	61,2	59,7	64,6	67,6	68,3	68,0	71,5	15,1%
Grupo B	205,4	227,7	194,5	209,4	214,1	207,9	208,1	200,6	-2,4%
<b>Sul</b>	<b>91,5</b>	<b>100,2</b>	<b>91,6</b>	<b>97,6</b>	<b>101,1</b>	<b>101,4</b>	<b>103,2</b>	<b>102,6</b>	<b>12,2%</b>
Grupo A	52,3	55,4	52,1	55,8	58,0	58,7	59,0	61,3	17,0%
Grupo B	121,2	135,0	122,8	130,2	134,3	134,8	136,3	134,7	11,1%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>91,1</b>	<b>101,9</b>	<b>101,9</b>	<b>112,2</b>	<b>113,2</b>	<b>122,8</b>	<b>122,1</b>	<b>124,4</b>	<b>36,5%</b>
Grupo A	53,5	59,7	59,0	58,3	57,3	66,6	62,1	72,3	35,1%
Grupo B	120,8	134,2	135,9	156,1	156,9	162,8	162,3	157,2	30,1%

<sup>1/</sup> Considerados valores de R\$1000,00 a preços de 2014, corrigido pelo IPCA regional.

Fonte: IBGE

2/ Utilizado, como proxy, o Valor da Transformação Industrial – VTI por trabalhador da indústria.

O Norte, evidenciando a concentração de segmentos intensivos em capital, como o de eletroeletrônicos e o extrativo mineral, apresentou produtividade 70,0% superior à média nacional em 2014. Ressalte-se que participação expressiva da extração mineral no VTI da região influenciou o comportamento da produtividade ao longo do período, condicionada, em certa medida, pela variação do preço do minério de ferro.

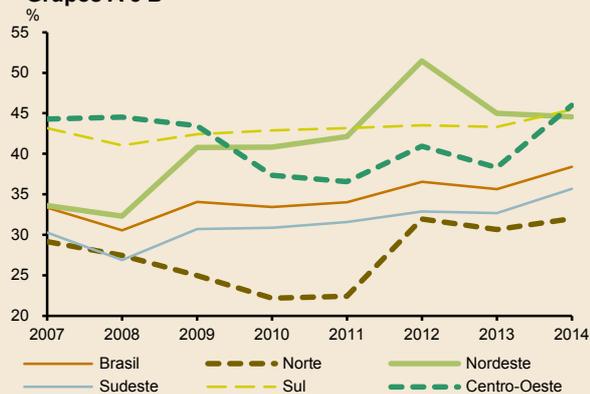
Relativamente à evolução da produtividade no período analisado, destaque para o aumento de 36,5% no Centro-Oeste, impulsionado pelo impacto da expansão de 55,8% registrada na produtividade do setor de alimentos, que deteve participação média de 47,0% no VTI da região, no período analisado. De outro lado, a produtividade no Sudeste, cresceu 2,4% no período, refletindo os impactos da crise econômica sobre a cadeia produtiva industrial da região.

Ressalte-se, ainda, o aumento de 38,6% da produtividade das empresas do Grupo A, no Nordeste – o maior em todas as regiões –, influenciado, em parte, pelo aumento da produtividade dos setores produtos alimentícios (37,0%) e confecção (53,7%), nos quais a representatividade de empresas de menor parte é relevante.

Embora, conforme a Tabela 5, a produtividade das empresas do Grupo A tenha aumentado expressivamente de 2007 a 2014, seu nível persiste em patamar significativamente inferior ao das empresas do Grupo B, evidenciando que o porte da empresa é determinante para a produtividade. A relação entre a produtividade das empresas nos Grupos A e B, em nível nacional e regional, encontra-se no Gráfico 1, com a maior produtividade relativa das empresas do Grupo A ocorrendo no Nordeste – cuja cadeia produtiva destina-se a bens de menor valor agregado – e a menor, no Norte – região com segmentos industriais de alta concentração de capital.

O CRPO, definido como a razão entre remuneração, encargos e benefícios, e o número de pessoas ocupadas, em moeda corrente de 2014, registrou, no período analisado, crescimento superior ao da produtividade em todas as regiões, conforme mostram as Tabelas 5 e 6.

**Gráfico 1 - Relação entre a Produtividade nos Grupos A e B**



**Tabela 6 - CRPO1'**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2007-2014
<b>Brasil</b>	<b>38,8</b>	<b>40,7</b>	<b>40,8</b>	<b>42,0</b>	<b>43,9</b>	<b>45,4</b>	<b>47,1</b>	<b>48,6</b>	<b>25,1%</b>
Grupo A	25,2	25,8	26,2	26,3	27,3	28,6	27,5	28,4	12,8%
Grupo B	48,3	51,2	51,2	52,8	55,2	56,6	59,7	62,1	28,6%
<b>Norte</b>	<b>36,4</b>	<b>37,4</b>	<b>37,7</b>	<b>42,8</b>	<b>45,7</b>	<b>45,5</b>	<b>44,3</b>	<b>45,1</b>	<b>23,8%</b>
Grupo A	22,0	21,9	23,6	22,3	23,9	27,5	25,6	25,9	17,6%
Grupo B	44,4	46,2	45,5	53,8	56,8	54,5	53,4	54,7	23,2%
<b>Nordeste</b>	<b>26,1</b>	<b>26,9</b>	<b>27,4</b>	<b>27,7</b>	<b>29,0</b>	<b>31,3</b>	<b>31,4</b>	<b>33,0</b>	<b>26,5%</b>
Grupo A	17,0	17,8	18,7	18,6	19,1	21,0	20,3	21,2	24,5%
Grupo B	30,8	31,8	31,9	32,6	34,7	36,7	37,8	40,2	30,6%
<b>Sudeste</b>	<b>47,3</b>	<b>49,4</b>	<b>49,8</b>	<b>50,4</b>	<b>52,9</b>	<b>54,5</b>	<b>57,6</b>	<b>59,0</b>	<b>24,7%</b>
Grupo A	29,0	29,4	30,0	30,0	31,3	32,1	30,9	31,3	7,9%
Grupo B	60,1	63,9	64,3	64,2	67,2	69,3	74,2	76,9	27,9%
<b>Sul</b>	<b>30,4</b>	<b>32,0</b>	<b>32,0</b>	<b>34,5</b>	<b>35,4</b>	<b>36,2</b>	<b>37,5</b>	<b>38,9</b>	<b>28,0%</b>
Grupo A	22,0	23,1	23,0	23,9	24,9	25,7	25,6	26,9	22,5%
Grupo B	36,8	38,9	39,1	42,8	43,3	44,3	46,3	48,2	30,9%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>23,8</b>	<b>26,8</b>	<b>27,2</b>	<b>28,7</b>	<b>31,4</b>	<b>32,0</b>	<b>33,6</b>	<b>36,0</b>	<b>51,3%</b>
Grupo A	18,8	20,7	21,1	21,0	21,5	24,4	23,5	25,8	37,5%
Grupo B	27,7	31,5	32,1	35,0	39,2	37,5	40,4	42,4	52,9%

1/ Considerados valores de R\$1000,00 a preços de 2014, corrigido pelo IPCA regional.

Fonte: IBGE

Nesse contexto, a participação do CRPO na produtividade cresceu em todas as regiões, com a menor elevação ocorrendo no Centro-Oeste e a maior, no Sudeste (Tabela 7).

**Tabela 7 - CRPO / Produtividade**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Brasil</b>	<b>30,9%</b>	<b>29,7%</b>	<b>33,8%</b>	<b>31,8%</b>	<b>32,4%</b>	<b>33,8%</b>	<b>35,0%</b>	<b>36,6%</b>
Grupo A	43,6%	43,9%	46,3%	43,5%	43,6%	43,4%	42,8%	42,0%
Grupo B	27,9%	26,6%	30,7%	29,2%	29,9%	31,4%	33,1%	35,2%
<b>Norte</b>	<b>16,7%</b>	<b>15,5%</b>	<b>17,1%</b>	<b>15,9%</b>	<b>17,6%</b>	<b>19,0%</b>	<b>18,7%</b>	<b>20,0%</b>
Grupo A	25,8%	24,3%	31,4%	27,2%	30,3%	27,8%	27,2%	27,7%
Grupo B	15,2%	14,1%	15,1%	14,5%	16,2%	17,6%	17,4%	18,8%
<b>Nordeste</b>	<b>27,3%</b>	<b>25,6%</b>	<b>30,1%</b>	<b>29,7%</b>	<b>30,4%</b>	<b>30,9%</b>	<b>32,7%</b>	<b>32,4%</b>
Grupo A	41,1%	39,9%	40,2%	38,7%	37,4%	33,7%	37,5%	36,9%
Grupo B	25,0%	23,1%	27,9%	27,7%	28,6%	30,2%	31,4%	31,2%
<b>Sudeste</b>	<b>32,3%</b>	<b>31,3%</b>	<b>36,2%</b>	<b>33,4%</b>	<b>34,0%</b>	<b>35,8%</b>	<b>37,3%</b>	<b>39,4%</b>
Grupo A	46,7%	48,0%	50,2%	46,4%	46,3%	47,0%	45,5%	43,8%
Grupo B	29,3%	28,1%	33,0%	30,6%	31,4%	33,3%	35,7%	38,3%
<b>Sul</b>	<b>33,2%</b>	<b>31,9%</b>	<b>34,9%</b>	<b>35,4%</b>	<b>35,0%</b>	<b>35,7%</b>	<b>36,3%</b>	<b>37,9%</b>
Grupo A	42,0%	41,6%	44,2%	42,8%	43,0%	43,9%	43,4%	44,0%
Grupo B	30,4%	28,8%	31,8%	32,9%	32,3%	32,9%	34,0%	35,8%
<b>Centro-Oeste</b>	<b>26,1%</b>	<b>26,3%</b>	<b>26,7%</b>	<b>25,6%</b>	<b>27,8%</b>	<b>26,1%</b>	<b>27,5%</b>	<b>28,9%</b>
Grupo A	35,1%	34,7%	35,7%	36,1%	37,5%	36,6%	37,7%	35,8%
Grupo B	22,9%	23,5%	23,6%	22,4%	25,0%	23,0%	24,9%	26,9%

Fonte: IBGE

Em resumo, a produtividade da indústria aumentou, no período analisado, em todas as regiões, sobretudo no Centro-Oeste, com ênfase no desempenho das empresas do Grupo A. A variação da produtividade ocorreu em cenário de crescimento mais intenso do custo do trabalho, limitando margens de lucratividade da indústria. As indústrias do Centro-Oeste e do Sudeste que, considerado o crescimento do VTI, apresentaram o melhor e o pior desempenho no período, registraram o menor e o maior crescimento da relação entre custo do trabalho e produtividade, respectivamente. Adicionalmente, embora a produtividade registrasse, de 2007 a 2014, aumento mais robusto nas empresas do Grupo A do que no Grupo B, seu nível segue em patamar mais elevado no segundo grupo, evidenciando o impacto de ganhos de escala e de uso mais intensivo de capital.

## Economia baiana: estrutura produtiva e desempenho recente

Este boxe analisa a estrutura produtiva da economia baiana, seu desempenho recente e suas perspectivas no atual cenário econômico interno e externo. Análise semelhante foi realizada no Boletim Regional do Banco Central divulgado em julho/2012.

A economia baiana caracteriza-se por significativa concentração espacial, concentrada na Região Metropolitana de Salvador (RMS), com ênfase no Polo petroquímico de Camaçari e nas atividades do comércio e da administração pública. O surgimento de novos polos dinâmicos – cultura de grãos no oeste, fruticultura irrigada no sertão do São Francisco e produção de celulose no extremo sul – de baixa inserção nas cadeias produtivas locais e, em parte, voltados para a exportação, não modificou substancialmente a vulnerabilidade da economia do estado aos movimentos do mercado internacional. Por outro lado, a grande extensão do território baiano situado no semiárido – aproximadamente 70% da área do estado – tem limitado as possibilidades de transformação das bases econômicas e sociais. Mais recentemente, a implantação de novas indústrias de bens finais e a realização de investimentos no interior do estado sinalizam perspectivas de início de um processo de desconcentração espacial e de diversificação da matriz produtiva.

**Gráfico 1 – Crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB)**



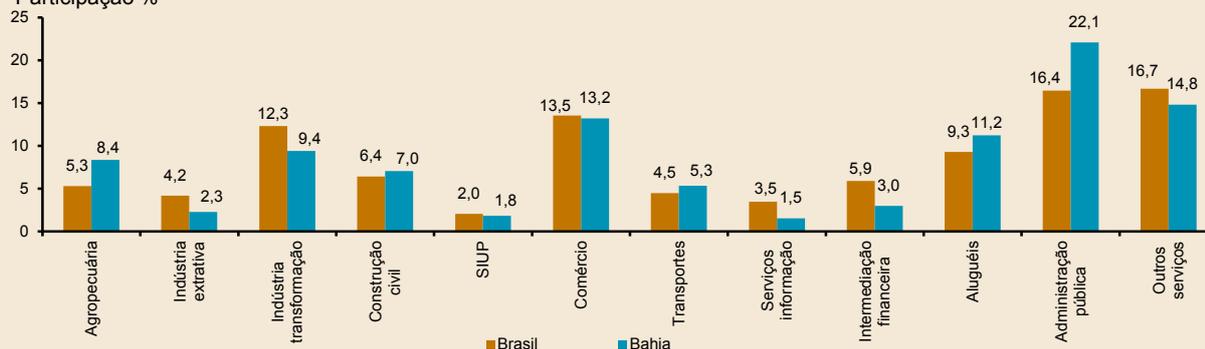
Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a economia baiana registrou, a exemplo do observado em âmbito nacional, arrefecimento da atividade nos dois últimos anos. Nesse sentido, o Produto Interno Bruto (PIB) baiano recuou 3,2% em 2015, influenciado pelo recuo de 9,5% na indústria de transformação, e 3,8% em 2016<sup>1</sup>, impactado pela retração de 15,1% na indústria extrativa, ante recuos respectivos de 3,9% e 4,9% no indicador nacional. O PIB *per capita* da Bahia atingiu R\$15.400,00 em 2015, representando 53,4% do nacional, ante 46,5% em 2012.

1/ Do terceiro trimestre de 2015 ao segundo trimestre de 2016.

A composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) baiano distingue-se do nacional pela maior representatividade da agricultura, que respondeu, em média, por 7,9% do PIB na Bahia no período 2010 – 2015, ante 5,1% no Brasil. Na mesma base de comparação, o setor de serviços e a indústria representaram 69,6% e 22,4%, respectivamente, do PIB do estado, ante, na mesma ordem, 69,5% e 25,4% no país. Ressalte-se que a participação da agricultura no VAB registra, nos últimos anos, trajetória crescente no Brasil e tendência indefinida na Bahia.

**Gráfico 2 – Valor Agregado Bruto (VAB) – 2015**

Participação %



Fonte: IBGE; SEI

**Tabela 1 – PIB da Bahia por regiões econômicas – 2013**

Regiões econômicas	PIB		Var. nominal 2013/2010
	R\$ milhões	Distr. %	
<b>Bahia</b>	<b>204 265,32</b>	<b>100,0</b>	<b>32,3</b>
Metropolitana de Salvador	85 281,07	41,8	20,0
Paraguaçu	17 793,17	8,7	51,8
Litoral Sul	16 808,31	8,2	40,1
Oeste	12 990,07	6,4	71,3
Sudoeste	11 614,35	5,7	38,5
Extremo Sul	10 640,35	5,2	28,2
Litoral Norte	10 726,08	5,3	53,2
Nordeste	9 097,50	4,5	17,9
Recôncavo Sul	7 595,09	3,7	55,2
Piemonte da Diamantina	4 618,62	2,3	31,6
Serra Geral	4 650,71	2,3	42,9
Baixo Médio São Francisco	4 280,56	2,1	32,0
Chapada Diamantina	3 287,77	1,6	39,5
Irecê	2 552,77	1,2	41,6
Médio São Francisco	2 328,88	1,1	47,6

Fonte: IBGE; SEI

Ratificando a concentração espacial da atividade econômica no estado, estatísticas da SEI mostram que, em 2013, três municípios respondiam por 38,3% do PIB do estado: Salvador, com destaque para serviços (25,8%), Camaçari, onde estão situados importantes segmentos da indústria de transformação (7,2%), e Feira de Santana, município de ligação para as principais rodovias federais e estaduais e no qual também se localizam atividades industriais (5,3%).

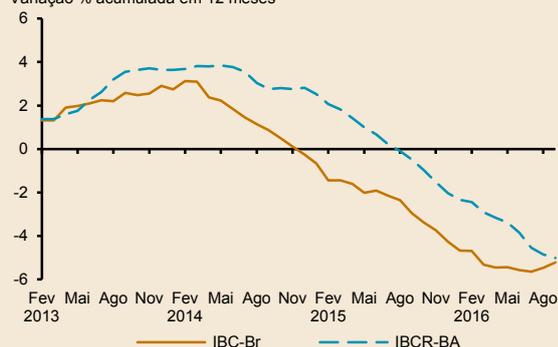
O Índice de Atividade Econômica Regional da Bahia (IBCR-BA) variou 2,8% em 2014 e -2,0% em 2015. No período de doze meses encerrado em setembro de 2016, o indicador retraiu 5,0%, ante recuo de 5,2% do índice nacional.

A agricultura baiana representou 6,5% do valor da produção agrícola (VPA) nacional em 2015, conforme a pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, com participações de 6,0% na produção de grãos e de 7,1% nas demais lavouras.

A safra de grãos representou 48,5% do VPA do estado em 2015, com destaque para as safras de algodão e de soja – segunda e sexta maiores do país,

**Gráfico 3 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central**

Variação % acumulada em 12 meses



Fonte: BCB

**Tabela 2 – Principais produtos primários**

Descrição	Participação no VPA da Bahia		Representação no Brasil		%
	2005	2015	2005	2015	
	<b>Total</b>	100,0	100,0	6,9	
Soja	16,0	25,9	4,9	4,9	
Algodão	12,8	14,6	14,0	32,6	
Cacau	6,9	7,3	66,3	58,7	
Milho	6,1	6,7	4,3	3,9	
Café	6,0	6,3	5,9	6,9	
Banana	5,6	5,1	15,7	15,3	
Mandioca	6,1	4,1	9,9	8,5	
Feijão	6,5	3,6	12,4	10,4	
Mamão	4,1	3,3	35,4	48,0	
Cana-de-açúcar	4,0	2,7	2,0	1,0	
Tomate	1,5	2,3	5,5	8,2	
Coco-da-baía	2,8	2,1	31,6	31,7	
Sisal	2,7	2,0	94,6	98,4	
Batata-inglesa	1,4	1,8	5,0	7,4	
Cebola	1,2	1,8	16,0	16,8	
Maracujá	1,3	1,7	27,0	32,1	
Laranja	2,6	1,5	4,3	4,7	
Uva	2,8	1,0	12,4	7,7	
Manga	3,0	1,0	46,9	20,5	

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

respectivamente -, que, em conjunto, representaram 38,0% do VPA daquele ano. No âmbito das demais culturas, a Bahia foi o maior produtor nacional de cacau e banana em 2015 (58,7% e 15,3% do VPA nacional, respectivamente), destacando-se também as produções de café, mandioca e cana-de-açúcar.

A safra de grãos da Bahia cresceu 60,0% nos últimos dez anos, atingindo 8,5 milhões de toneladas em 2015, com ênfase nos aumentos nas produções de soja (87,9%), milho (66,0%) e algodão (45,5%), cuja representatividade na produção nacional cresceu 7,0 p.p., para 29,4%, no período. Ressalte-se, ainda, o aumento da produção de feijão no estado, que após recuar 77,0% de 2005 a 2012, em consequência da severa estiagem que vem atingindo a área produtora baiana nos últimos anos, vem recuperando sua participação na agricultura brasileira.

De acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de setembro de 2016, do IBGE, a safra de grãos do estado deverá recuar 35,8% no ano, refletindo condições climáticas adversas que tem impactado todas as principais culturas do estado.

O Valor de Transformação Industrial (VTI) da Bahia atingiu R\$44,4 bilhões em 2014 (4,0% do VTI do país, ante 5,0% em 2007), segundo a Pesquisa Industrial Anual – Empresa, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sua composição setorial revela predomínio da indústria de transformação, concentrada nas indústrias de derivados de petróleo e petroquímica, responsáveis por 28,9% e 16,6%, respectivamente, do VTI baiano no ano – embora representativa, a participação conjunta desses segmentos recuou 8,9 p.p. de 2007 a 2014.

Nesse contexto, o aumento da diversificação do parque industrial do estado registrado no período repercutiu, sobretudo, o dinamismo da indústria extrativa e de três segmentos da indústria de transformação: produtos alimentícios; produtos de borracha e material plástico; produtos de minerais não-metálicos, que em conjunto, foram responsáveis por 14,9% do VTI da Bahia em 2014 (9,2% em 2007). Vale ressaltar, ainda, a redução da participação da indústria automobilística, que passou de 10,7% do VTI, em 2011, para 4,9%, em 2014.

Em relação à participação na indústria brasileira, sobressaíram, de 2007 a 2014, os aumentos nas

representatividades dos segmentos celulose e papel, minerais não-metálicos, produtos de borracha e de material plástico, e metalurgia, contrastando com a redução da importância das atividades petroquímica e fabricação de petróleo.

**Tabela 3 – Estrutura da produção industrial – Bahia**

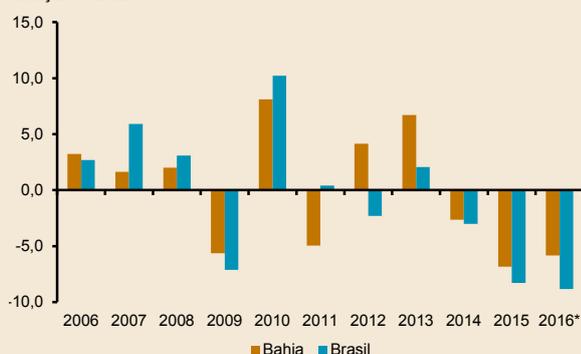
Atividades econômicas conforme Valor da Transformação Industrial (VTI)

Atividades econômicas	%			
	Participação no VTI da Bahia		Representação no segmento industrial nacional	
	2007	2014	2007	2014
<b>Indústrias extrativas</b>	4,9	8,1	3,0	2,4
<b>Indústrias de transformação</b>	95,1	91,9	5,1	4,3
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	36,3	28,9	15,3	12,2
Fabricação de produtos químicos	19,0	16,6	12,3	9,6
Fabricação de produtos alimentícios	4,9	7,1	2,0	1,9
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	5,6	6,6	7,7	9,0
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	3,2	5,1	4,6	5,6
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	6,4	4,9	3,4	2,7
Metalurgia	3,8	4,1	2,4	3,4
Fabricação de bebidas	2,1	2,7	3,4	3,4
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,1	2,6	1,7	2,9
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	2,8	2,4	8,7	5,9
Outras atividades industriais	9,8	10,8	3,9	3,5
<b>TOTAL DA INDÚSTRIA</b>	100,0	100,0	5,0	4,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual - Empresa

**Gráfico 4 – Produção Industrial**

variação % anual



Fonte: IBGE

\*2016: doze meses até setembro

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE, a indústria baiana cresceu 4,6% de 2005 a 2015, ante expansão de 2,2% no país. Destacaram-se, no período, aumentos significativos nas atividades celulose e papel (61,9%), fabricação de bebidas (61,3%) e minerais não-metálicos (51,2%), contrastando com os recuos nas indústrias de veículos (22,4%), metalurgia (17,4%) e produtos químicos (6,6%).

Vale ressaltar que a indústria baiana retraiu em 2011, repercutindo o impacto da interrupção no fornecimento de energia elétrica no primeiro trimestre daquele ano, especialmente sobre a produção das empresas instaladas no Polo de Camaçari. Em 2013, o setor cresceu 3,8%, ante expansão de 1,2% no país, destacando-se os desempenhos das atividades metalurgia básica (21,9%), impulsionado por investimentos em inovações tecnológicas para a modernização da produção de cobre e derivados; indústria automobilística (19,5%) e refino de petróleo e produção de álcool (13,2%).

**Tabela 4 – Evolução do comércio varejista**

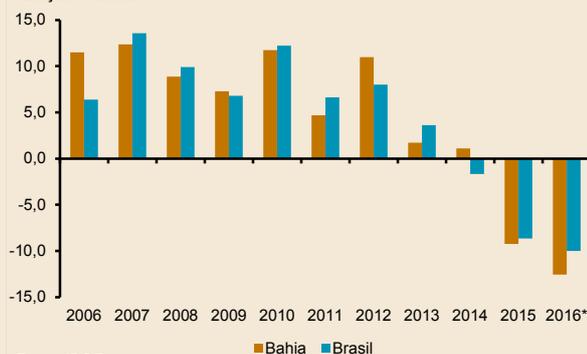
2005-2015

Setores	Var. % média anual	
	Bahia	Brasil
<b>Comércio varejista</b>	5,9	5,8
Combustíveis e lubrificantes	2,0	2,3
Hipermercados e supermercados	4,5	4,9
Tecidos, vestuário e calçados	3,3	2,5
Móveis e eletrodomésticos	10,0	7,7
Art. farmac., méd., ortopéd., de perf. e cosmét.	9,8	9,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	5,7	3,3
Equip. e mat. para escritório, informát. e comunic.	-4,8	15,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	16,5	10,1
<b>Comércio varejista ampliado</b>	5,9	5,5
Automóveis e motocicletas	6,5	4,8
Material de construção	3,5	4,5

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

**Gráfico 5 – Comércio Varejista Ampliado**

variação % anual

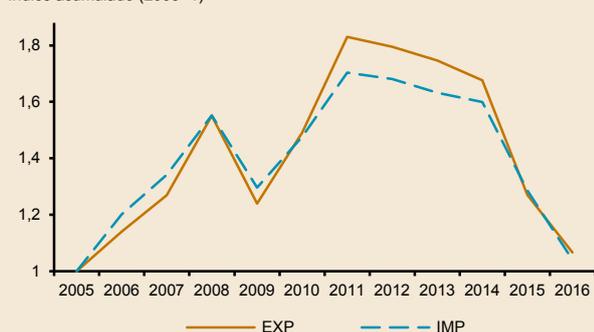


Fonte: IBGE

\*2016: doze meses até setembro

**Gráfico 6 - Preços do comércio exterior da Bahia**

índice acumulado (2005=1)



Fonte: MDIC

Em doze meses até setembro de 2016, a atividade industrial no estado recuou 5,8%, em comparação à retração de 8,8% em âmbito nacional, evolução condicionada, em grande parte, por recuos nos segmentos veículos (22,0%), produtos de minerais não-metálicos (17,0%) e derivados de petróleo (8,9%).

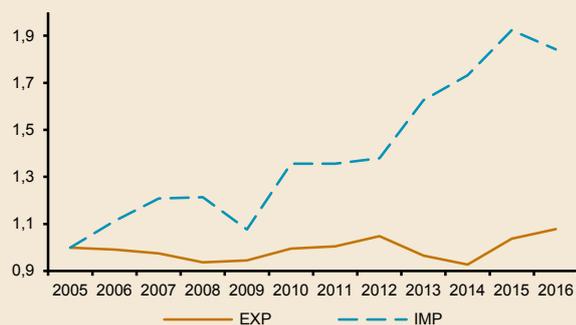
O volume de vendas do comércio ampliado registrou aumento médio anual de 5,9% de 2005 a 2015 (5,5% no país), de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE. Conforme observado em nível nacional, a crise econômica impactou o comércio ampliado baiano a partir de 2013, destacando-se, em ambiente de deterioração da renda das famílias e desaceleração do crédito, as retrações nas vendas de móveis e eletrodomésticos, combustíveis e lubrificantes e veículos, que acumularam recuos respectivos de 6,1%, 13,1% e 19,9% no triênio encerrado em 2015. O comércio ampliado do estado retraiu 12,5% no intervalo de doze meses encerrado em setembro de 2016, com ênfase nos desempenhos negativos das atividades combustíveis e lubrificantes (18,7%), veículos (12,7%) e material de construção (11,7%).

A balança comercial do estado registrou sucessivos *superávits* a partir de 2002, com destaque para o recorde de US\$3,5 bilhões, em 2012.

As exportações apresentaram aumentos crescentes no triênio 2010-2012, favorecidos pela evolução dos preços das *commodities* e pelo crescimento das economias de importantes parceiros comerciais, em especial China e Mercosul. Após 2012, em cenário de declínio da demanda externa e redução nos preços das exportações, ocorreu a reversão da trajetória de expansão das vendas externas da Bahia. Nesse contexto, as exportações baianas registraram recuo anual de 11,2%, no triênio seguinte; e redução de 12,7% nos nove primeiros meses de 2016, em relação a igual intervalo de 2015.

As *commodities* representaram, em média, 63,2% das exportações baianas a partir de 2013, com destaque para celulose, petróleo, soja, cobre e algodão. Vale ressaltar que a participação dos manufaturados na pauta de exportação da Bahia recuou de 51,0%, em 2013, para 38,3%, em 2015, enquanto a dos produtos básicos aumentou 9,4 p.p., para 29,6%, no período.

**Gráfico 7 - Quantum do comércio exterior da Bahia**  
índice acumulado (2005 = 1)



Fonte: MDIC

**Tabela 5 – Volume Exportado, principais produtos e países**

2013-2016\*

Descrição	US\$ milhões			
	China	EUA	Argentina	Demais países
Pastas químicas de madeira	2 453	380	0	2 337
Óleos Combustíveis	0	100	283	2 864
Soja	1 954	59	0	1 198
Hidrocarbonetos	16	913	4	1 106
Catodos de Cobre	1 743	33	0	131
Automóveis	0	0	1 447	393
Farelo extr.óleo.soja	2	0	0	1 386
Algodão	217	6	5	1 059
Pneumáticos	2	488	81	296
Cobre em barras, perfis, fios	35	0	451	271
Demais produtos	600	1 715	1 253	7 189

Fonte: MDIC

\*Nove primeiros meses do ano

**Tabela 6 – Volume importado, principais produtos e países**

2013-2016\*

Descrição	US\$ milhões			
	Argentina	Chile	Argélia	Demais países
Naftas	113	0	3 511	2 372
Minérios de cobre	0	2 621	0	973
Automóveis	1 661	0	0	1 259
Veículos de carga	1 829	0	0	27
Motores, gerad. elétr.	0	0	0	1 096
Trigo	224	0	0	398
Catodos de cobre	0	439	0	113
Demais produtos	329	578	54	13 868

Fonte: MDIC

\*Nove primeiros meses do ano

As vendas de básicos, que responderam por 24,5% do total exportado no período 2013-2016<sup>2</sup>, concentraram-se em *commodities* agrícolas – soja, farelo de soja e algodão responderam por 74,1% das exportações da categoria, no período. Os embarques de produtos industrializados corresponderam a 75,5% do total, destacando-se óleos combustíveis, automóveis de passageiros e hidrocarbonetos, entre os manufaturados; e pastas químicas de madeira e catodos de cobre, entre os semimanufaturados.

China, EUA e Argentina adquiriram, em conjunto, 43,9% das exportações baianas no período. As compras da China concentraram-se em celulose, soja e catodos de cobre (87,6% do total) e as da Argentina, em automóveis de passageiros, óleos combustíveis e cobre (61,9% do total).

Refletindo a dinâmica da atividade econômica interna, as importações aumentaram, em média, 6,6% a.a. de 2008 a 2014, e recuaram 10,7% em 2015 e 22,5% nos nove primeiros meses de 2016, em relação a igual período do ano anterior.

A retração das importações baianas registrada a partir de 2015 repercutiu reduções nas aquisições em todas as grandes categorias econômicas, exceto combustíveis e lubrificantes. As aquisições de bens intermediários, que corresponderam a 65,9% do total no período 2013-2016<sup>3</sup>, apresentaram trajetória descendente nos dois últimos anos, destacando-se os recuos nas de naftas, minérios de cobre e trigo. O mesmo comportamento ocorreu com as compras de bens de consumo duráveis (10,9% do total), ressaltando-se a redução acentuada nas relativas a automóveis, e com as de bens de capital, em especial de veículos de carga e motores e geradores elétricos.

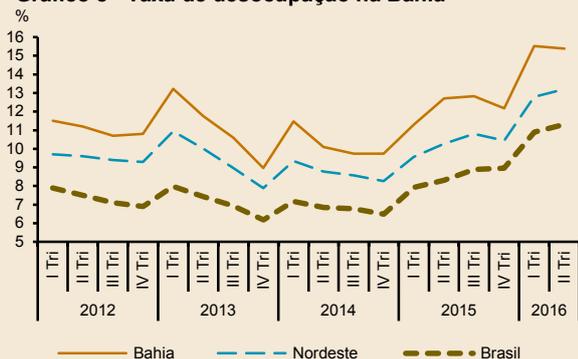
As importações provenientes da Argentina, Chile e Argélia representaram 36,1% das aquisições baianas no período 2013 a 2016. As importações originárias da Argentina concentraram-se em automóveis de passageiros, veículos de carga e trigo e as procedentes do Chile, em minérios de cobre e catodos de cobre.

A taxa de desocupação na Bahia atingiu, em média, 11,2% no período 2012 a 2015, ante 9,5% no

2/ Nove primeiros meses de 2016.

3/ Nove primeiros meses de 2016.

**Gráfico 8 - Taxa de desocupação na Bahia**



Fonte: IBGE/PNADC Trimestral

**Tabela 7 – Geração de Postos Formais na Bahia**

Setores	2013	2014	2015	2015 <sup>1/</sup>	2016 <sup>1/</sup>
Total	23 605	1 644	-83 076	-47 695	-39 984
Serviços	8 253	12 170	-21 230	-13 225	-15 819
Administração pública	636	7	-1 599	-53	1 652
Comércio	7 259	5 744	-11 470	-10 938	-13 927
Ind. de transformação	1 329	-3 149	-8 822	-1 662	-1 561
Construção civil	7 324	-9 796	-33 814	-26 234	-12 956
Agropecuária	-2 111	-2 776	-4 980	5 209	3 974
Outros <sup>2/</sup>	915	-556	-1 161	-792	-1 347

Fonte: MTPS/Caged

<sup>1/</sup> Período de janeiro a setembro de 2016

<sup>2/</sup> Inclui serviços industriais de utilidade pública e indústria extrativa

**Tabela 8 – Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais, na força de trabalho por nível de instrução**

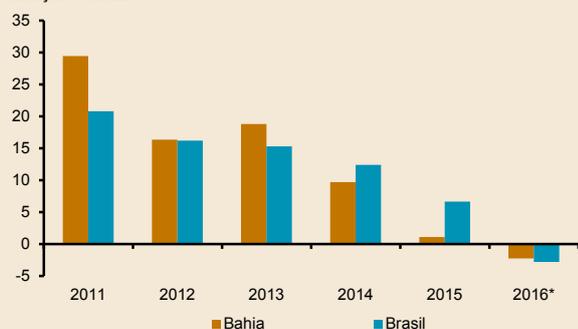
2º Trimestre 2016

	%		
	Bahia	Nordeste	Brasil
Sem instrução e menos de 1 ano	11,3	11,7	7,1
Fundamental ou equivalente incompleto	27,0	26,1	21,6
Fundamental ou equivalente completo	6,8	8,3	10,1
Médio ou equivalente incompleto	7,9	7,0	6,5
Médio ou equivalente completo	32,5	30,9	32,5
Superior ou equivalente incompleto	4,4	4,4	5,4
Superior ou equivalente completo	10,2	11,6	16,8

Fonte: PNAD Contínua/ IBGE

**Gráfico 9 - Operações de crédito**

variação % anual



Fonte: BCB

\*Valores de 2016 referentes ao mês de agosto - variação de oito meses

Nordeste e 7,5% no Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE. A taxa registra trajetória ascendente, situando-se em 12,3% em 2015 e em 15,5% no primeiro semestre de 2016, maior nível da série histórica. O desemprego atinge principalmente as mulheres (18,3%), aqueles que completaram o ensino fundamental, mas não completaram o ensino médio (21,9%) e os jovens com idade entre 14 a 24 anos (32,9%).

O rendimento médio real do trabalho na Bahia atingiu R\$1.238,00 no segundo trimestre de 2016 (64,4% da média nacional, ante 68,3% no primeiro trimestre de 2012). O rendimento recuou 3,9% no estado, desde o início de 2012, ante expansões de 1,7% no Nordeste e de 1,8% no Brasil.

A economia do estado detinha 2,3 milhões empregos formais em 2015 (4,8% e 26,0% do total no país e na região), dos quais 59,4% no setor de serviços e na administração pública, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Caged/MTPS). Ressalte-se que, em 2015, ocorreu corte de 83 mil vagas formais na Bahia, primeiro resultado negativo desde o início da série histórica em 1999. No mesmo sentido, houve eliminação de 40 mil postos de trabalho nos nove primeiros meses de 2016 dos quais 15,8 mil no setor de serviços, 13,9 mil no comércio e 13 mil na construção civil.

O saldo das operações de crédito na Bahia, consideradas operações superiores a R\$1 mil, cresceu 98,5% de 2010 a 2015 (94,1% no país), atingindo R\$112,44 bilhões ao final de 2015 (3,6% do total nacional). Houve expansão de 127,7% dos empréstimos a pessoas físicas (superior às registradas no Brasil e no Nordeste) e de 70,7% no segmento de pessoas jurídicas. Em agosto de 2016, o estoque de crédito recuou 2,2% em relação a dezembro de 2015, com aumento de 1,0% na carteira de pessoas físicas e recuo 6,3% na de pessoas jurídicas.

Os investimentos industriais realizados na Bahia ao longo de 2016 totalizam R\$2,8 bilhões, com estimativa de geração de 5.182 empregos diretos. Desse total, 87,9% ocorreram no interior do estado, sugerindo interiorização da atividade econômica,

conforme dados preliminares da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia. Para 2017, estão previstos R\$4,1 bilhões em investimentos, com a maior parte direcionada ao segmento de eletricidade e gás.

As perspectivas para a economia baiana, no médio prazo, condicionam-se aos impactos do ajuste do macroeconômico em curso, à concretização dos investimentos previstos e à maturação de investimentos realizados, que podem contribuir para a desconcentração espacial e diversificação da base produtiva do estado.

## Indicadores regionais e nacionais

---

**Tabela 1 – Indicadores regionais e nacionais - variações no trimestre encerrado no mês de referência**

Indicador	Fonte	Ref.	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Brasil		var%
			t	t-1	t	t-1	t	t-1	t	t-1	t	t-1	t	t-1	
IBCR (ajuste sazonal)	BCB	ago-16	1,0	1,1	-1,0	-1,0	-2,1	-1,5	0,3	0,5	-1,1	1,5	-0,4	-0,9	
Comércio Ampliado (ajuste sazonal)	IBGE	ago-16	-3,3	-4,4	-2,0	-2,8	-2,9	-2,7	-2,3	-2,7	-0,8	-0,9	-2,0	-2,3	
Comércio Varejista (ajuste sazonal)	IBGE	ago-16	-2,4	-3,5	-2,3	-2,5	-1,6	-2,8	0,1	-0,7	-0,1	-0,8	-0,9	-0,9	
Produção Industrial (ajuste sazonal)	IBGE	ago-16	1,2	3,6	-0,9	3,0	0,5	0,1	0,6	1,7	0,6	0,3	0,7	0,0	
Extrativa (ajuste sazonal)	IBGE	ago-16	0,8	3,9	1,3	-1,9	-	-	2,7	0,8	-	-	1,8	0,3	
Transformação (ajuste sazonal)	IBGE	ago-16	1,9	3,5	-1,3	3,0	0,6	0,9	0,6	1,7	0,6	0,3	0,6	0,3	
Caged (mil)	MTPS	ago-16	-10,2	-22,2	-16,4	-92,4	-1,7	-2,1	-144,0	-99,3	-47,5	-38,2	-219,7	-254,2	
Taxa de desemprego <sup>1/</sup> %	IBGE	jun-16	11,2	10,5	13,2	12,8	9,7	9,7	11,4	11,7	8,0	7,3	11,3	10,9	
Ocupados	IBGE	jun-16	-0,3	-1,3	-0,3	-3,0	7,3	7,2	0,7	-1,3	-0,9	-1,2	0,2	-1,7	
PEA	IBGE	jun-16	0,5	0,7	0,2	-0,4	8,1	8,0	1,0	0,7	1,8	0,6	0,6	0,4	
Rendimento Médio Real	IBGE	jun-16	1515,0	1494,0	1290,0	1296,0	2258,0	2257,0	2313,0	2375,0	2133,0	2145,0	1921,0	1949,0	
Icei (pontos)	CNI	set-16	52,4	42,0	54,7	47,1	51,1	42,5	49,0	38,8	51,7	41,1	53,7	45,7	
Icec (pontos)	CNC	set-16	97,1	85,0	99,0	86,0	94,0	85,4	86,2	77,1	87,8	82,8	90,2	80,6	
Crédito Total - Saldo	BCB	ago-16	-0,05	-0,57	-0,3	-0,3	-0,9	-0,8	-1,1	-1,2	-0,6	-0,5	-0,9	-0,9	
Inadimplência <sup>1/</sup> (%)	BCB	ago-16	4,99	5,24	4,45	4,64	3,53	3,62	3,05	3,20	3,23	3,40	3,46	3,57	
IPCA <sup>2/</sup>	IBGE	set-16	1,28	2,03	1,17	1,95	1,21	1,26	1,02	1,77	0,82	1,67	1,04	1,75	
Livres	IBGE	set-16	1,24	2,20	1,18	1,46	1,14	1,48	1,29	1,48	0,93	1,88	1,21	1,56	
Comercializáveis	IBGE	set-16	1,75	2,04	1,58	1,40	1,58	1,33	1,56	1,81	0,77	2,11	1,43	1,76	
Não comercializáveis	IBGE	set-16	0,58	2,41	0,79	1,53	0,79	1,61	1,09	1,22	1,08	1,66	1,01	1,39	
Monitorados	IBGE	set-16	1,46	1,46	1,15	3,75	1,40	0,56	0,21	2,66	0,47	1,02	0,53	2,34	

Indicador	Ref.	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Brasil		
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Saldo Balança Comercial (US\$ milhões)	Mdic	set-16	3 478,9	1 259,9	-4 660,6	-6 380,0	13 626,4	10 708,1	11 326,8	-2 069,3	8 368,0	3 427,0	36 204,5	10 240,2
Exportação (US\$ milhões)	Mdic	set-16	9 400,0	10 128,3	9 372,3	10 797,7	19 380,5	18 058,0	67 200,4	70 970,4	29 875,0	31 098,0	139 397,6	144 495,7
Importação (US\$ milhões)	Mdic	set-16	5 918,4	8 868,4	14 032,8	17 177,7	5 754,1	7 349,9	55 873,7	73 039,7	21 607,0	27 671,0	103 193,0	134 255,5
Primário <sup>3/</sup> (R\$ milhões, ac. ano)	BCB	jun-16	-1 530,6	-1 341,3	-1 148,8	-568,3	-2 244,3	-3 324,3	-8 551,0	-15 158,0	-2 744,7	-4 604,0	22 682,0	-17 383,0
Dívida líquida (R\$ milhões)	BCB	jun-16	14 219,2	11 770,1	55 502,9	62 385,5	30 434,2	28 762,8	537 363,0	513 149,0	102 416,8	86 647,0	241 601,0	182 101,0
Produção de Grãos (var. %)	IBGE	set-16	-14,9	21,2	-40,1	4,3	-16,1	8,1	-2,1	8,9	-4,1	6,3	-12,3	7,7

1/ Taxa no período correspondente

2/ Percentual acumulado no período correspondente

3/ (+) déficit (-) superavit

**Tabela 2 – Indicadores regionais e nacionais - variações em doze meses encerrados no mês de referência**

Indicador	Fonte	Ref.	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Brasil		var%
			2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
IBCR	BCB	ago-16	-3,5	-1,2	-5,8	-1,0	-4,0	-0,8	-3,5	-1,2	-4,0	0,2	-5,5	-2,9	
Comércio Ampliado	IBGE	ago-16	-13,4	-1,6	-13,4	-3,6	-13,8	-6,6	-7,8	-5,5	-11,8	-5,7	-10,2	-2,9	
Comércio Varejista	IBGE	ago-16	-11,0	0,4	-9,8	-2,3	-9,3	-3,8	-4,9	-1,4	-7,0	-1,1	-6,7	-2,6	
Produção Industrial	IBGE	ago-16	-3,0	-4,4	-4,0	-0,7	-1,2	4,0	-9,3	-6,8	-8,2	-6,5	-9,3	-5,5	
Extrativa	IBGE	ago-16	10,9	5,7	-4,3	-2,4	-11,7	-2,1	-10,9	7,5	-	-	-10,3	8,6	
Transformação	IBGE	ago-16	-15,6	-12,0	-4,0	-0,5	-0,7	4,2	-9,1	-8,7	-8,2	-6,5	-9,2	-7,3	
Caged (mil)	MTPS	ago-16	-116,9	-85,3	-276,0	-169,0	-100,6	-77,2	-941,5	-624,2	-234,7	-131,8	-1 669,8	-1 087,6	
Taxa de desemprego <sup>1/</sup> %	IBGE	jun-16	9,8	7,7	11,8	9,2	8,6	6,4	11,7	8,3	6,8	4,7	10,0	7,4	
Ocupados	IBGE	jun-16	0,3	1,8	-2,3	1,7	7,3	7,4	-0,7	0,3	-0,4	0,4	-1,0	0,8	
PEA	IBGE	jun-16	2,6	2,3	0,6	2,2	8,0	7,9	2,6	1,0	1,9	1,0	1,9	1,5	
Rendimento Médio Real	IBGE	jun-16	1 516,0	1 592,5	1 302,5	1 349,8	2 278,0	2 353,3	2 356,0	2 381,0	2 175,0	2 279,0	1 947,0	1 996,0	
Isci (pontos)	CNI	set-16	42,0	44,7	43,5	43,9	42,6	41,2	38,8	37,3	41,2	38,9	43,0	38,7	
Icec (pontos)	CNC	set-16	89,2	104,1	87,6	93,8	86,9	98,7	79,0	90,9	83,3	90,3	83,0	94,9	
Crédito Total - Saldo	BCB	ago-16	-0,02	7,68	0,6	9,3	0,3	13,3	-0,4	10,3	-0,3	6,4	-0,1	9,7	
Inadimplência <sup>1/</sup> (%)	BCB	ago-16	4,99	4,50	4,45	3,93	3,53	2,91	3,10	2,80	3,22	2,53	3,46	3,01	
IPCA <sup>2/</sup>	IBGE	set-16	10,15	8,15	9,15	8,63	8,29	9,55	8,29	9,48	8,17	10,80	8,48	9,49	
Livres	IBGE	set-16	11,26	7,00	9,26	7,50	8,48	7,33	8,40	7,20	8,43	8,59	8,68	7,48	
Comercializáveis	IBGE	set-16	11,54	5,82	9,75	6,21	9,26	7,00	9,33	5,78	8,94	8,35	9,47	6,41	
Não comercializáveis	IBGE	set-16	10,90	8,55	8,77	8,83	7,85	7,60	7,68	8,31	7,94	8,82	7,99	8,41	
Monitorados	IBGE	set-16	6,23	12,34	8,77	12,82	7,65	17,04	7,95	16,85	7,33	18,49	7,90	16,36	

Indicador	Ref.	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul		Brasil		
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Saldo Balança Comercial (US\$ milhões)	Mdic	set-16	4 793,8	1 982,8	-5 052,1	-9 815,9	17 572,2	12 877,4	13 018,4	-3 616,1	9 928,0	1 119,0	45 637,3	6 933,0
Exportação (US\$ milhões)	Mdic	set-16	12 478,6	14 075,5	13 230,1	14 657,5	25 294,3	23 128,5	90 671,6	98 980,4	38 948,0	40 521,0	186 036,1	195 961,8
Importação (US\$ milhões)	Mdic	set-16	7 682,0	12 092,8	18 282,1	24 473,4	7 722,1	10 251,1	77 653,2	102 596,5	29 020,0	39 402,0	140 398,8	189 028,7
Primário <sup>3/</sup> (R\$ milhões)	BCB	jun-16	64,4	1 177,6	-1 148,8	-568,3	-3 093,0	-511,4	-852,0	5 317,0	906,0	-3 278,0	147 036,0	-17 383,0
Dívida líquida (R\$ milhões, ac. ano)	BCB	jun-16	14 219,2	11 770,1	55 502,9	62 385,5	30 434,2	28 762,8	537 363,0	513 149,0	102 417,0	86 647,0	2 411 601,0	182 015,0
Produção de Grãos (var. %)	IBGE	set-16	-14,9	21,2	-40,1	4,3	-16,1	8,1	-2,1	8,9	-4,1	6,3	-12,3	7,7

1/ Taxa no período correspondente  
2/ Percentual acumulado no período correspondente

3/ (+) déficit; (-) superávit; Brasil corresponde ao resultado do Governo Central e dos Governos Regionais.

# Apêndice

---

**Banco Central do Brasil**

**Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil**

# Banco Central do Brasil

---

**Presidente**  
**Ilan Goldfajn**

**Diretor de Política Econômica**  
**Carlos Viana de Carvalho**

**Chefe do Departamento Econômico**  
**Tulio José Lenti Maciel**

## **Representações Regionais do Departamento Econômico**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Recife**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo**

# Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

---

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belém  
Chefe de Equipe: Priscila Furtado dos Santos

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro  
Caixa Postal 651  
66010-020 – Belém (PA)  
*E-mail:* pa.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte  
Chefe de Equipe: Rodrigo Lage de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho  
Caixa Postal 887  
30170-001 – Belo Horizonte (MG)  
*E-mail:* mg.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba  
Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico  
Caixa Postal 1.408  
80530-914 – Curitiba (PR)  
*E-mail:* pr.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza  
Chefe de Equipe: Afonso Eduardo de Oliveira Jucá

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro  
Caixa Postal 891  
60140-061 – Fortaleza (CE)  
*E-mail:* ce.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre  
Chefe de Equipe: Maria Juliana Zeilmann Fabris

Rua 7 de setembro, 586 – Centro  
Caixa Postal 919  
90010-190 – Porto Alegre (RS)  
*E-mail:* rs.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Recife  
Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro  
Caixa Postal 1.445  
50040-090 – Recife (PE)  
*E-mail:* pe.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro  
Chefe: Leandro Siani Pires

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro  
Caixa Postal 495  
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)  
*E-mail:* rj.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Salvador  
Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva

1ª Avenida, 160  
Centro Administrativo da Bahia  
41745-001 – Salvador (BA)  
*E-mail:* ba.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo  
Chefe: Maurício Barreto Campos

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista  
Caixa Postal 8.984  
01310-922 – São Paulo (SP)  
*E-mail:* gtspa.depec@bcb.gov.br

## Siglas

---

<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>Caged</b>	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
<b>CNC</b>	Confederação Nacional do Comércio
<b>CNI</b>	Confederação Nacional da Indústria
<b>Conab</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>Condepe/Fidem</b>	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
<b>Cotepe</b>	Comissão Técnica Permanente do ICMS
<b>CRPO</b>	Custo Real por Pessoa Ocupada
<b>CSP</b>	Companhia Siderúrgica do Pecém
<b>Depec</b>	Departamento Econômico
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>Fecomércio SP</b>	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
<b>Fecomércio-RS</b>	Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
<b>FEE</b>	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
<b>Fieg</b>	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
<b>Fiemg</b>	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
<b>FIEMT</b>	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso
<b>Fiepe</b>	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
<b>Firjan</b>	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
<b>FJP</b>	Fundação João Pinheiro
<b>FPE</b>	Fundo de Participação dos Estados
<b>FPM</b>	Fundo de Participação dos Municípios
<b>Fundeb</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
<b>IBCR</b>	Índice de Atividade Econômica Regional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICC</b>	Índice de Confiança do Consumidor
<b>ICCBH</b>	Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte
<b>Iceb</b>	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
<b>Icec</b>	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
<b>Icei</b>	Índice de Confiança do Empresário Industrial
<b>ICF</b>	Intenção de Consumo das Famílias
<b>ICIT</b>	Índice de Confiança da Indústria de Transformação
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>IGP-DI</b>	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
<b>Ipardes</b>	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
<b>Ipece</b>	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
<b>LSPA</b>	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
<b>Mapa</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MDIC</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>MTPS</b>	Ministério do Trabalho e Previdência Social
<b>Nuci</b>	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
<b>p.p.</b>	Pontos percentuais
<b>PAM</b>	Produção Agrícola Municipal
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa
<b>PIA</b>	Pesquisa Industrial Anual
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIM</b>	Pesquisa Industrial Mensal
<b>PMC</b>	Pesquisa Mensal do Comércio
<b>PMS</b>	Pesquisa Mensal de Serviços
<b>PNADC</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
<b>RMBH</b>	Região Metropolitana de Belo Horizonte
<b>RMF</b>	Região Metropolitana de Fortaleza
<b>RMRJ</b>	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
<b>RMS</b>	Região Metropolitana de Salvador
<b>RMSP</b>	Região Metropolitana de São Paulo
<b>RMV</b>	Renda Mensal Vitalícia
<b>SCR</b>	Sistema de Informações de Crédito
<b>Seade</b>	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
<b>SEI</b>	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
<b>SIF</b>	Serviço de Inspeção Federal
<b>SIUP</b>	Serviços Industriais de Utilidade Pública
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>VAB</b>	Valor Adicionado Bruto
<b>VBP</b>	Valor bruto da produção
<b>VPA</b>	Valor da produção agrícola
<b>VTI</b>	Valor da Transformação Industrial
<b>ZPE</b>	Zona de Processamento de Exportação